



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

VANESSA SILVA DO AMARAL

**INSTRUMENTOS DO ESTADO E DOS ATORES SOCIAIS NO USO
SUSTENTÁVEL DA RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ - MARAJÓ**

Belém
2016

VANESSA SILVA DO AMARAL

**INSTRUMENTOS DO ESTADO E DOS ATORES SOCIAIS NO USO
SUSTENTÁVEL DA RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ - MARAJÓ**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Área: Desenvolvimento Socioambiental.
Linha de Pesquisa: Sociedade, urbanização e estudos populacionais.

Orientadora: Ligia T. Lopes Simonian.

Belém
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Amaral, Vanessa Silva do

Instrumentos do Estado e dos atores sociais no uso sustentável da Reserva Extrativista Mapuá - Marajó / Vanessa Silva do Amaral, Ligia Terzinha Lopes Simonian. – 2016.

135 f. : il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.

1. Reservas naturais - Pará 2. Reservas naturais – Conservação. 3. Sustentabilidade. 4. Mapuá. I. Simonian, Ligia Terzinha Lopes, orientadora. II. Título.

CDD 22 ed. 338.72°98115

VANESSA SILVA DO AMARAL

**INSTRUMENTOS DO ESTADO E DOS ATORES SOCIAIS NO USO
SUSTENTÁVEL DA RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ - MARAJÓ**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Área: Desenvolvimento Socioambiental.

Banca Examinadora:

Profª Drª. Ligia T. Lopes Simonian
Orientadora – PPGDSTU/ NAEA/ UFPA

Profº. Dr. Hisakhana Pahoona Corbin
Examinador – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profª Drª. Ponciana Freire de Aguiar
Examinador – PPGED/UFPA

Aprovado em: ____/____/____

Aos meus pais, maiores incentivadores e amigos; Alberto e Madalena que sempre apoiam, respeitam e acreditam em todos os meus sonhos.

Aos meus amigos inseparáveis, que durante a longa jornada de estudos estiveram por perto me fazendo companhia. Em especial ao Rick, por fazer parte dessa rotina desde a graduação.

In memoriam a minha querida amiga Lúcia Vilas Boas pela dedicação em prol da causa animal e, assim como os meus pais, por ter me incentivado em muitos momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela grande dádiva que é a minha vida e pela vida de todos aqueles que me ajudam, incentivam e apoiam.

À prof^a. Dr^a. Ligia T. L. Simonian pela paciência, pelas orientações bem como por compartilhar conhecimentos basilares comigo desde a época do FIPAM XXIII.

A minha querida e amada família (Alberto, Madalena, Renato e Manoel) que sempre acreditou nos meus sonhos. Pela ajuda emocional e financeira que se estende para além do curso de mestrado; por dedicarem a mim amor incondicional e por dispensarem cuidados aos meus pequeninos nos momentos em que precisei me ausentar.

Aos leais e autênticos amigos que tive a oportunidade de conhecer no PPGDSTU, em especial ao David Silva, Josimar Freitas e Thiago Alan pelos debates e pela excelente companhia sempre com muita alegria bem como ao Jondison Rodrigues pelas profundas reflexões, discussões, paciência e, acima de tudo, amizade pois teve a sensibilidade de perceber os tortuosos momentos que mais precisei, sempre me fazendo acreditar que tudo daria certo. São amigos que vão além do curso, são amigos para a vida.

Agradeço também aos estimados amigos do FIPAM XXIII por toda a contribuição, mesmo que indiretamente.

Aos notáveis professores do PPGDSTU pela contribuição no amadurecimento acadêmico. Principalmente aos professores Ponciana Freire e Hisakhana Corbin.

À Rosângela Mourão, bibliotecária do NAEA, pelas orientações de normatização do trabalho e também por se mostrar sempre acessível e disposta a ajudar.

Aos moradores da Reserva Extrativista Mapuá, por toda a receptividade, pela contribuição fundamental nesta pesquisa e por me concederem entrevistas.

Agradeço ao Benedito Charles, Ivanildo Brilhante e Admilson Barbosa, que foram meus guias e grande companheiros na primeira viagem à Mapuá, quando tudo era desconhecido para mim. Agradeço pela companhia, pelas longas conversas a respeito da RESEX e por me permitirem, na ocasião, fazer parte da equipe, pois assim foi possível ter contato com várias comunidades durante o pré-campo.

Agradeço a Manoel Ferreira, Edna Barbosa e Josi do STTR / Breves que também tiveram grande contribuição pelos relatos orais a respeito da história de Mapuá.

À Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa (FAPESPA) pela bolsa de mestrado.

Agradeço de todo o coração a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização desta pesquisa de mestrado.

[...] sou como um viajante que de repente se encontra numa vila estranha sem saber como ali chegou; e ocorrem-me esses casos dos que perdem a memória, e são outros durante muito tempo. Fui outro durante muito tempo [...] e acordo agora no meio da ponte, debruçado sobre o rio, e sabendo que existo mais firmemente do que fui até aqui. Mas a cidade é-me incógnita, as ruas novas, e o mal sem cura. Espero, pois, debruçado sobre a ponte, que me passe a verdade, e eu me restabeleça nulo e fictício, inteligente e natural.

(Fernando Pessoa)

RESUMO

A Amazônia é a região do Brasil que mais possui Unidades de Conservação (UC), particularmente Reservas Extrativistas (RESEX). Uma delas é a RESEX Mapuá, no Marajó, Brasil e fonte empírica dessa pesquisa. Nesta dissertação buscou-se identificar e analisar os instrumentos do Estado e dos atores sociais no processo de construção de uma política de promoção de sustentabilidade socioambiental na RESEX Mapuá, no Marajó, desde sua criação, em 2005. Para tanto, estão contemplados neste trabalho os seguintes objetivos específicos: a) Analisar os interesses e os impactos advindos da institucionalização enquanto RESEX; b) Identificar e caracterizar as políticas de desenvolvimento já promovidas na RESEX Mapuá; c) Identificar e analisar os conflitos sociopolíticos das políticas públicas para promoção da sustentabilidade na RESEX Mapuá, tomando como análise o Projeto SANEAR Amazônia. A relevância do estudo é que há lacunas no debate sobre UC, dentre elas: a) o papel do Estado, os seus instrumentos de planejamento e gestão; b) como o Estado dialoga com os atores locais no processo de sustentabilidade socioambiental e os conflitos entre esses "atores"; c) como os atores locais conduzem e orientam por si mesmo sua sustentabilidade socioambiental, tendo o Estado como auxiliador financeiro do processo. Para tal empreitada foram realizadas pesquisas de campo, observações diretas, pesquisa participativa, relatos orais dos moradores locais, registros fotográficos e entrevistas com um representante do ICMBIO e associação de moradores. Foram utilizadas duas fontes teórico-analíticas: a teoria neo-institucionalista, proposta por Hall e Taylor e a teoria de campos, de Bourdieu. O principal instrumento do Estado é o uso de dispositivo jurídico (o decreto que cria a Reserva Extrativista Mapuá é um deles) como forma de conter o desflorestamento bem como valorizar identidades, saberes locais e a melhoria da saúde da população; e o Estado ser financiador e facilitador de políticas "construídas" pela associação de moradores locais da RESEX. O Projeto SANEAR é algo emblemático, pois também permitiu ser um instrumento dos atores sociais na Reserva Mapuá, sobretudo pela criação de parcerias com o governo federal e estadual para qualificar e capacitar para desenvolverem e se apropriarem de tecnologias sociais, principalmente relacionadas à área de saneamento e saúde. Contudo, esse projeto é uma "Política Pública Teste", "modelo". Apesar dessa "Política Pública Teste" obterem resultados significativos, em outras RESEX, principalmente concernente à diminuição de doenças provenientes de consumo hídrico (dos rios) e a promoção da sustentabilidade (sócio)ambiental, ela possui dois pontos questionáveis: 1) não é política pública continuada e intersetorial; e, 2) não se processou de modo democrático, de participação social, na construção conjunta dessa política.

Palavras-chave: Reserva Extrativista. Sustentabilidade. Mapuá. Marajó. Amazônia.

ABSTRACT

Amazon Region is the Brazilian region with the most Conservation Units (CU), particularly Extractive Reserves (ER). ER Mapuá, in Marajó, is one of them and it is the empiric source for this research. This theses sought to analyze the State's instruments and the social actors in the process of constructing a social policy for social sustainability in the ER Mapuá since its foundation in 2005. For this purpose, the following specific aims were considered: a) analyzing the interests and impacts emerged from the institutionalization process being a ER; b) identifying and describing development policies already promoted in the ER Mapuá; c) identifying and analyzing the sociopolitical conflicts in the public policies that are promoting sustainability in the ER Mapuá taking as a basis the SANEAR Amazônia Project. The relevance of this study is in the fact that exist lacks in the debate about CU among them the following: a) State's role, its instruments of planning and management; b) how the State dialogues with the local actors in the socioenvironmental sustainability process and the conflicts between the "actors"; c) how the local actors conduct their own socioenvironmental sustainability taking the State as a sponsor for the whole process. Field research, direct observation, participative research, oral reports from the local inhabitants, photographs, interviews with an ICMBIO representative and the Neighborhood Association were performed. Two theoretical sources were used for analyzing: the neo-institutionalist theory, proposed by Hall and Taylor, and the Bourdieu's field theory. The main State's instrument is the use of legal procedures (the Decree which created the Mapuá Extractive Reserve is one of them) in order to control potential deforestation as well as to value identities, local knowledge, and population's health; and the State being sponsor and facilitator of policies "created" by the ER's neighborhood association. The Project SANEAR is something emblematic also because of its function as an instrument for the social actors in the Mapuá Reserve, especially for stablishing partnerships with the federal and state government to qualify and enable development through social technologies, mostly those ones related to health and sanitation. Nevertheless, this project is a "Public Policy Try"- "model". Even with this "Public Policy Try" significant results were obtained, in other ERs – particularly in what concerns to reduction of diseases related to water intake (river water) and the promoting of sustainability (socio) environmental, it has two questionable points: 1) it is not a continuing and intersectoral public policy; 2) it did not happen in a democratic way, with social cooperation for its construction.

Keywords: Extractive Reserve. Sustainability. Mapuá. Marajó. Amazonia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Mesorregião do Marajó e localização das Áreas Protegidas e Unidades de Conservação.....	20
Mapa 2 -	Localização das comunidades da RESEX Mapuá.....	31
Quadro 1 -	Características físico-naturais do arquipélago do Marajó.....	46
Quadro 2 -	Unidades de Conservação no arquipélago do Marajó.....	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	UC na Amazônia Brasileira.....	19
Figura 2 -	UC Federais – RPPN, Centros Especializados e Coordenações Regionais.....	36
Figura 3 -	Características da Região de Integração (RI) do Marajó.....	48
Figura 4 -	Características demográficas da Região de Interação (RI) do Marajó.....	48
Figura 5 -	Taxa de desmatamento na RI do Marajó.....	53
Figura 6 -	Percentual de renda e desigualdade na RI do Marajó.....	54
Figura 7 -	Taxa de analfabetismo da Região de Integração (RI) do Marajó.....	55
Figura 8 -	Quantidade de postos de saúde na RI do Marajó.....	56
Figura 9 -	Percentual de saneamento e habitação da RI do Marajó.....	57
Figura 10 -	IDHM da RI do Marajó.....	58
Figura 11 -	Unidades de Conservação que compõem a ARPA.....	77
Figura 12 -	Imagens dos dois sistemas de Acesso à Água Pluvial.....	87
Figura 13 -	UC com atuação do SANEAR Amazônia.....	89
Figura 14 -	Metas e etapas de execução do Programa SANEAR Amazônia.....	95

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Urna funerária localizada no cemitério indígena, Vila Amélia.....	62
Fotografia 2 -	Capela construída sobre o cemitério indígena, Vila Amélia.....	63
Fotografia 3 -	Escola na Comunidade Lago do Socó.....	80
Fotografia 4 -	Indícios de aula na escola da Comunidade Lago do Socó.....	81
Fotografia 5 -	Indícios de aula na escola da Comunidade Lago do Socó.....	81
Fotografia 6 -	Reunião na comunidade São Benedito.....	96
Fotografia 7 -	Reunião na comunidade Santa Rita.....	98
Fotografia 8 -	Casa na comunidade Lago do Socó.....	100
Fotografia 9 -	Reunião na comunidade Santa Maria.....	101
Fotografia 10 -	Reunião na Associação Agrícola Boa Esperança, comunidade Santíssima Trindade.....	102
Fotografia 11 -	Capacitação para a construção dos componentes físicos das TS.....	103
Fotografia 12 -	Sede da AMOREMA com componentes físicos para as TS.....	104
Fotografia 13 -	Sistema Multiuso Autônomo localizado no Espaço Criança da Floresta, comunidade Bom Jesus.....	105
Fotografia 14 -	Banheiro para área de terra firme e para área de várzea, comunidade Bom Jesus.....	106
Fotografia 15 -	Primeira turma do curso de capacitação Gestão da Água e Saúde Ambiental, comunidade.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	RESEX contempladas no programa SANEAR Amazônia.....	29
Tabela 2 -	Municípios e metas por lote / Projeto SANEAR Amazônia.....	91
Tabela 3 -	Parcelas e condições de pagamento.....	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AABE	Associação Agrícola Boa Esperança
AMOREMA	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista de Mapuá
AMOREX	Associação de Moradores de Reservas Extrativistas
ANAHP	Associação Nacional de Hospitais Privados
APA	Área de Proteção Ambiental
AP1MC	Associação Programa Um Milhão de Cisternas
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASPROC	Associação de Produtores Rurais de Caruari
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADÚNICO	Cadastro Único
CD	Conselho Deliberativo
CFR	Casa Familiar Rural
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CNMA	Conferência Nacional do Meio Ambiente
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP	Conferência das Partes
CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia
DAP	Declarações de Aptidão do PRONAF
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FLONA	Floresta Nacional
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GIZ	Agência de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento
GT MFC UC Marajó	Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário nas UC de Uso Sustentável do Marajó
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDEFLOR	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IFT	Instituto Floresta Tropical
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCM	Memorial Chico Mendes
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MFC	Manejo Florestal Comunitário
MFCF	Manejo Florestal Comunitário Familiar
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAA	Programa para Aquisição de Alimento Escolar
PAEX	Projeto de Assentamento Extrativista
PDTSAM	Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó
PLADES	Planejamento do Desenvolvimento
PNAE	Política Nacional de Alimentação Escolar
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REAJ	Reserva Extrativista Alto Juruá
RESEX	Reserva Extrativista
RI	Região de Integração
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STTR / BREVES	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Breves
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUS	Sistema Único de Saúde
TFVS	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde
TI	Terra Indígena
TS	Tecnologia Social
UC	Unidade de Conservação
UnB	Universidade de Brasília
Z- 62	Colônia de Pescadores de Breves

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Procedimentos metodológicos.....	23
1.2	Visitas exploratórias e percursos metodológicos: uma breve descrição	29
2	RESERVAS EXTRATIVISTAS (NO BRASIL, NO MARAJÓ E EM BREVES) E SUSTENTABILIDADE: UMA CONSTRUÇÃO LENTA.....	34
2.1	Unidades de Conservação e as Reservas Extrativistas no Brasil: promoção de sustentabilidade?.....	37
2.2	O Marajó, o município de Breves e suas Reservas: uma breve retomada histórica, econômica e social.....	45
3	INSTRUMENTOS NA PROMOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO DA RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ.....	62
3.1	A RESEX Mapuá: uma memória (ainda) não institucionalizada.....	62
3.2	Decreto 20 de maio de 2005 que cria a Reserva Extrativista Mapuá, no Marajó: uma análise crítica.....	70
3.3	Políticas de desenvolvimento para a RESEX Mapuá.....	74
3.3.1	A realidade escolar da RESEX Mapuá: comunidade Lago do Socó.....	79
4	A RELAÇÃO PROGRAMA CISTERNAS E O PROJETO SANEAR NA RESEX MAPUÁ.....	85
4.1	"SANEAR Amazônia" nas Reservas Extrativistas.....	87
4.2	"SANEAR Amazônia" na RESEX Mapuá.....	92
4.3	Conflitos sociopolíticos e crítica ao Projeto SANEAR na RESEX Mapuá..	107
5	CONCLUSÃO.....	110
	REFERÊNCIAS.....	113
	APÊNDICES.....	122
	ANEXOS.....	127

1 INTRODUÇÃO

A evolução da política ambiental é caracterizada por um histórico diverso de importantes acontecimentos ao longo do século XX, tal histórico tem influenciado os rumos das políticas ambientais no mundo, no Brasil e mais especificamente na Amazônia, região do país que possui o maior número de Unidades de Conservação (UC), particularmente Reservas Extrativistas (RESEX). Uma delas é a RESEX Mapuá, no Marajó, fonte empírica desta pesquisa.

A evolução da política ambiental brasileira pode ser analisada a partir da década de 1930, quando tiveram início ações de regulamentação da apropriação dos recursos naturais necessários ao processo de industrialização (PECCATIELLO, 2011, p. 72). A [...] Criação de áreas protegidas no Brasil, já que, desde a instituição da República, em 1889, esta questão vinha sendo tratada com imobilismo quase total [...]. Destacam-se a criação de dispositivos legais – Código das Águas (1934), Código de Mineração (1934), Código Florestal (1934), Código de Pesca (1938) e Estatuto da Terra (1964); de agências setoriais ao longo da década de 1960 – Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e a criação e delimitação de zonas naturais protegidas – Parque Nacional do Itatiaia (1937), Parque Nacional do Iguaçu (1939), Parque Nacional da Serra dos Órgãos (1939), Floresta Nacional de Araripe-Apodí (1946), Parque Nacional do Araguaia (1959), Parque Nacional das Emas (1961), Parque Nacional das Sete Quedas (1961) (PECCATIELLO, 2011, p.74).

A “evolução” da política ambiental brasileira pontuada por Peccatiello acima, assinala que criação de instrumentos¹ e a prática de delimitação de territórios para conservação biodiversidade/ecossistema é disseminada no Brasil a partir de 1934 (no artigo 9º do Código Florestal e na Constituição Federal de 1934) e influenciada desde o final do século XIX, principalmente com a criação de unidades de conservação nos Estados Unidos.

Entretanto, nos termos de Campos e Castro (2006); Costa e Murata (2015); Dumith (2013) e Silva (2007) a consolidação de uma legislação única que englobasse os principais aspectos de criação, implementação, manutenção, gestão e fiscalização em prol de um uso e desenvolvimento sustentável do ambiente (protegido por Lei, instrumentos que são abrangidos de regras formais e as informais² de áreas protegidas) só viria a ocorrer no ano 2000, com a Lei 9.985/2000, com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

¹ A discussão a respeito de instrumentos e instituições neste trabalho será retomada no capítulo 4.

² As instituições são compostas por regras formais e informais. As formais são as leis e constituições escritas e impostas por agentes ou governo com poder de coerção; já as informais são os costumes, tradições, tabus, códigos de conduta, entre outros que são geralmente formados na própria sociedade (NORTH, 1994).

As UC, como um todo, vêm sendo concebidas como “inovações institucionais” para a gestão socioambiental, orientadas para atender, pelo menos, duas grandes metas de conservação, que muitas vezes se contradizem ou entram em conflito entre si: a criação de UC de Proteção Integral para garantir a preservação e manutenção das funções ecológicas de fragmentos ecossistêmicos considerados prioritários; e o estabelecimento de UC de Uso Sustentável orientadas para a proteção e conservação dos modos de vida das populações tradicionais³ (DUMITH, 2013, p. 72).

O Brasil possui 320 UC federais geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), espalhadas em todos os biomas brasileiro - Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Marinho. Segundo o ICMBIO, dessas 320 UC, 137 são UC de Proteção Integral e 173 são UC de Uso Sustentável (ICMBIO, 2015). Contudo, o mapa interativo georeferenciado⁴ do ICMBIO mostra outros dados: 125 UC de Proteção Integral e 177 UC de Uso Sustentável, com o total de 302 UC (ICMBIO, 2015a).

A Amazônia é a região do Brasil que mais possui UC, particularmente RESEX. Segundo ICMBIO (2015) são 111 UC na Amazônia, dessas, 36 são RESEX: Mapuá, Rio Jutai, Rio Ouro Preto, Riozinho da Liberdade, Verde para Sempre, Alto Juruá, Alto Tarauacá, Araí Peroba, Arapixi, Arióca Pruanã, Auati-Paraná, Barreiro das Antas, Chico Mendes, Gurupá-Melgaço, Baixo Juruá, Cazumbá-Iracema, Lago do Capanã Grande, Médio Purus, Rio Cajari, Extrativista de Ciriaco, Ipaú-Anilzinho, Ituxi, Lago do Cuniã, Marinha Cuinarana, Marinha Mestre Lucindo, Marinha Mocapajuba, Médio Juruá, Quilombo do Frexal, Renascer, Rio Cautário, Resex Rio Iriri, Rio Unini, Rio Xingu, Riozinho do Anfrísio, Tapajós-Arapiuns e Terra Grande Pracuúba.

São cinco RESEX no estado do Acre, nove no Amazonas, uma no Amapá, quatro no Maranhão, 15 no Pará e quatro em Rondônia. Note-se que nesse bioma, Roraima e Tocantins são os únicos estados onde não se instituiu nenhuma dessas UC⁵ (ICMBIO, 2015a).

³ Nesta dissertação, utiliza-se as denominações de populações tradicionais proposta por Simonian (2000) que são caboclos, ribeirinhos, camponeses, quilombolas e indígenas. Bem como a definição de Arruda (1999, p. 92) que as define como “comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas”.

⁴ O mapa, disponível no site do ICMBIO, ajuda a visualizar as UC do território brasileiro.

⁵ Cabe destacar que essa ampliação deve-se “também, ao Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006 que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), seus princípios, suas diretrizes, seus objetivos e suas estratégias, e dá outras providências. Esse plano adveio da Sétima Conferência das Partes - COP 7 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), realizada na República da Malásia, em fevereiro de 2004, as partes signatárias, dentre elas o Brasil, decidiram adotar o Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da CDB (Decisão VII/28). Esse Programa de Trabalho tem por objetivo estabelecer e manter, até 2010, em relação a áreas terrestres e, até 2012, no que toca a áreas marinhas, sistemas nacionais e regionais de áreas protegidas abrangentes, eficazmente administradas e ecologicamente representativos. Assim, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), além de constituir um instrumento para implementação do Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da CDB, atende às deliberações:- da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Summit for the Sustainable Development - WSSD*); - do Plano Estratégico da Convenção sobre

As RESEX surgem com a finalidade de gerar desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, com finalidade também de inclusão social e econômica das populações que vivem dentro ou no entorno dessas áreas (COSTA, MURATA, 2015; SILVA; SIMONIAN, 2015). Para Silva (2007, p. 295-296): “As RESEX foram efetivamente a primeira grande síntese amazônica moderna não-indígena de um novo modelo de desenvolvimento humano local, associada ao ideário de preservação dos ecossistemas naturais com base em áreas protegidas”.

Apesar da criação de poucas UC, a partir de 2011 (no Governo Dilma Rousseff⁶) a estruturação ou aparato jurídico-legal e institucional brasileiro, via SNUC, favoreceu sobremaneira a contenção do desflorestamento e perda de cobertura vegetal, conseqüentemente da redução da perda da biodiversidade. No entanto, contribuiu no surgimento e intensificação de conflitos sociais, econômicos, cultural, étnicos (BATISTA; SIMONIAN, 2013; SILVA, 2015; SILVA; SIMONIAN, 2015; SILVA, 2007). Segundo Costa e Murata (2015, p. 96):

[...] muitos dos conflitos socioambientais envolvendo grupos sociais e UC ocorrem devido à implantação de unidades de Proteção Integral, de caráter restrito à ocupação e uso humano. Essas populações são então realocadas ou indenizadas e precisam restringir seu uso e acesso a alguns recursos naturais. Sendo essas atividades praticadas consuetudinariamente e, sendo essas populações detentoras dos direitos da propriedade, cria-se um conflito e um debate entre essas duas vertentes.

Tais conflitos ocorrem em razão de instrumentos inadequados ou pouco eficientes para atender às populações residentes na UC bem como no entorno dessas áreas. Dentre tais instrumentos inadequados (problemas) ou pouco eficientes estão: educacionais, capital social reduzido, déficit de moradia e saneamento básico, problemas de saúde, assistência técnica para gestão da produção agrícola sustentável/sustentada, problemas fundiários (COSTA, 2010; SILVA, 2009; 2007; SIMONIAN, 2005). Além da conduta de diálogo baseada no

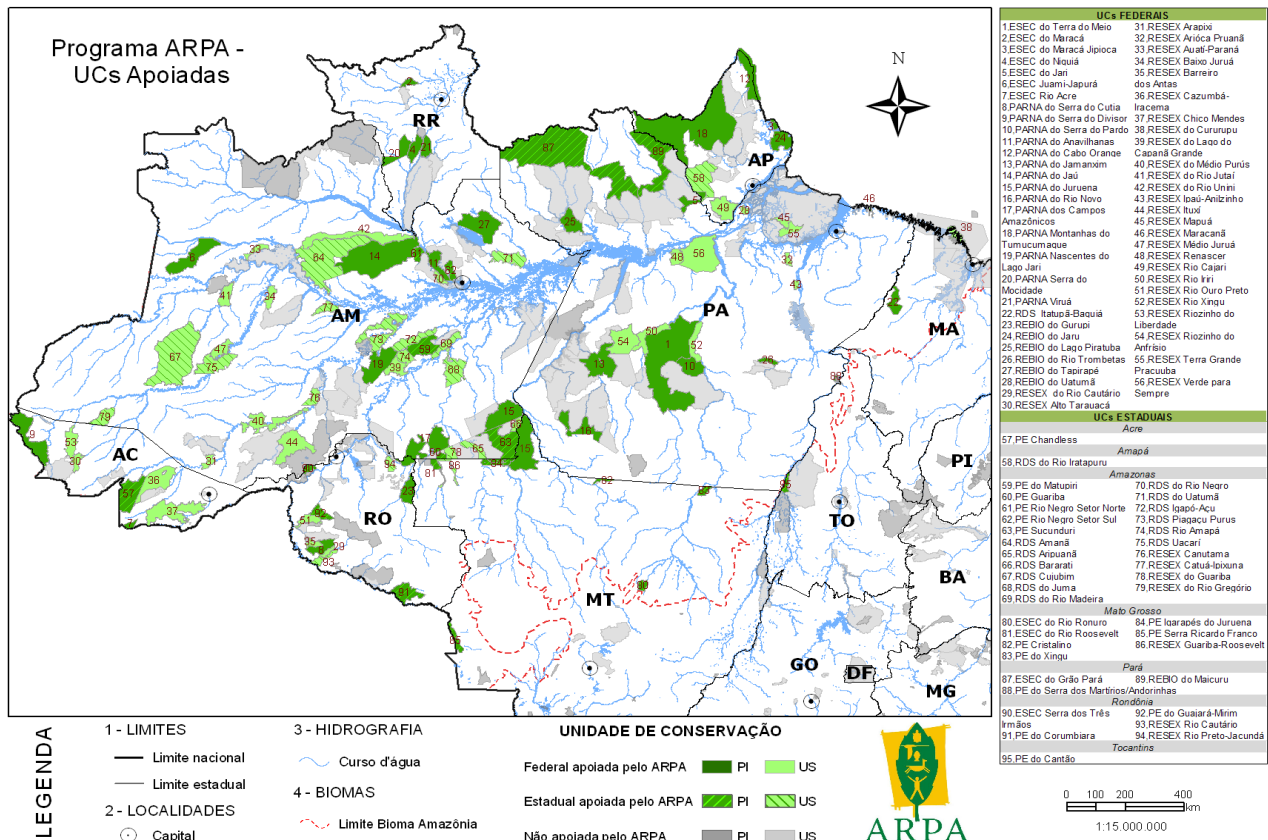
Diversidade Biológica (proteção de pelo menos 10% de cada ecorregião até 2010); - das Conferências Nacionais do Meio Ambiente/CNMA (2003, 2005).

⁶ Desde 2011, foram apenas três novas UC, contra 81 de FHC e 77 de Lula. As três UC assinadas por Dilma desde 2011, uma no Rio Grande do Norte e duas no Paraná, totalizam somente 44.033 ha. Quase nada de ganho (0,08%) se comparado aos 75 milhões de hectares de UC já existentes em 2011 (REBIA, 2015). Mesmo com essa redução na criação de UC, o Decreto de 10 de outubro de 2014, veio “criar” a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, localizada no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará. Além disso, Decreto de 10 de outubro de 2014, veio “criar” a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, localizada no Município de Marapanim, Estado do Pará e a da Reserva Extrativista Marinha Cuinarana, localizada no Município de Magalhães Barata, Estado do Pará.

estatuto, nos quais os técnicos/especialista (messiânicos), consultores e *experts* responsáveis por povos ou populações locais incapazes de se autogerir⁷.

Conforme aponta Rebia (2015), o Estado brasileiro tem promovido a criação de UC, porém, o gerenciamento não acompanha o processo de criação das UC, quando não ocorre como ficções jurídicas, sobreposições territoriais ou equívocos sobre o número de UC na Amazônia, que seria 36 UC, porém a figura 1 (a seguir) mostra que há muito mais que isso.

Figura 1 - UC na Amazônia Brasileira



Fonte: ICMBIO (2015a).

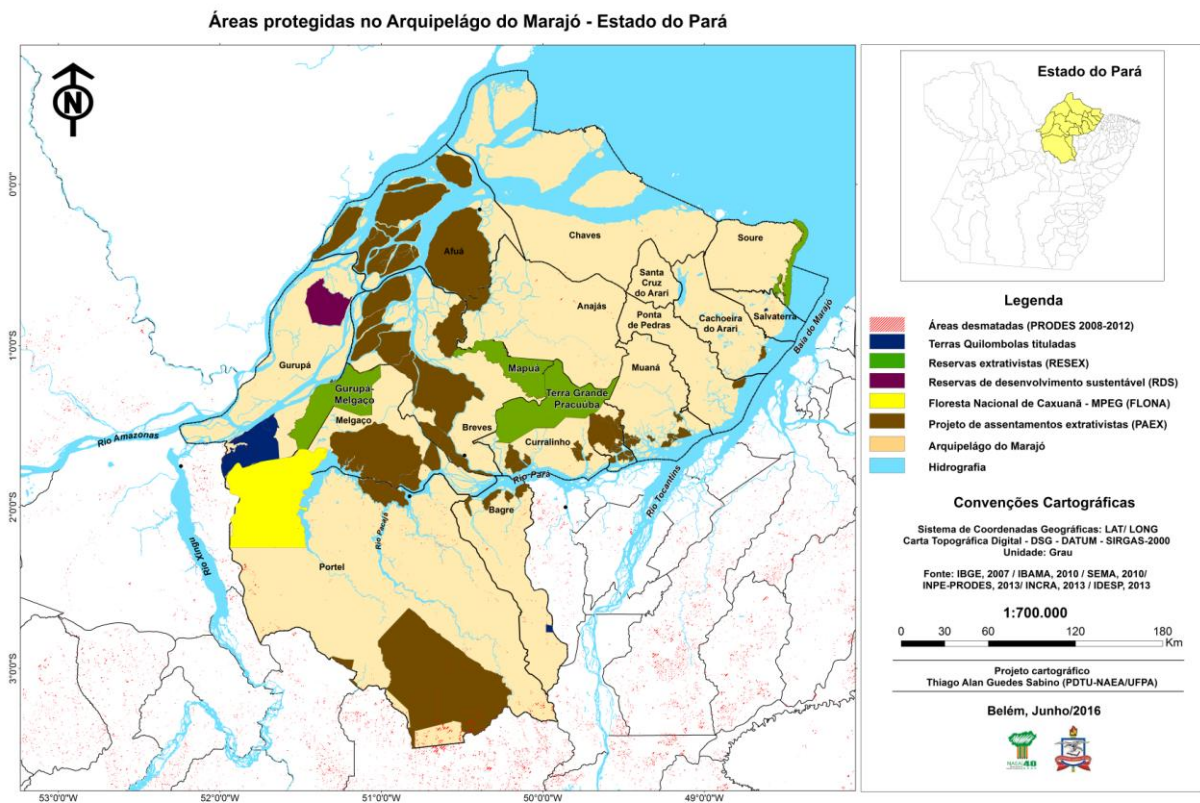
Um dos equívocos e contradições são os conselhos deliberativos, que conforme Silva et al. (2013), os conselhos deliberativos configuram-se apenas uma meta a ser cumprida. Aspecto esse que acaba enfraquecendo qualquer tipo de sustentabilidade institucional e

⁷ “Por sua vez, os extrativistas desenvolvem uma ação sustentada em representações e simbologias constituídas no exercício cotidiano do mundo da vida local, historicamente edificado, dando a esse lugar uma especificidade cultural peculiar, inclusive em termos de manejo e conservação dos recursos naturais” (ROSA; SILVA, 2015, p.187). Há vício dos técnicos dos órgãos públicos, de classificar ou ordenar hierarquicamente indivíduos ou grupos considerados minoritários, baseado, sobretudo, na fórmula básica: distinção, pequenez, homogeneidade e autossuficiência (SILVA, 2015). É algo até contraditório, pois desde a criação da primeira RESEX (Alto Juruá – Decreto nº 98.863), a política pautava-se no reconhecimento explícito de que as populações extrativistas seriam protagonistas de seus territórios (DUMITH, 2013).

socioambiental (SILVA, 2007; SILVA et al., 2015), e fragmentando e intensificando os interesses e disputas quanto à forma de uso e apropriação de recurso comuns nas UC.

A RESEX Mapuá apresenta algumas similaridades com as demais Reservas criadas no Brasil em relação aos problemas e conflitos. Esta foi criada pelo Decreto de 20 de maio de 2005 (Anexo A), que dispõe sobre a criação da RESEX Mapuá, no município de Breves, no Estado do Pará. No mapa a seguir é possível ter uma representação geral das UC no Marajó, dentre elas, a Reserva Extrativista Mapuá. (Mapa 1).

Mapa 1 - Mesorregião do Marajó e localização das Áreas Protegidas e Unidades de Conservação



Fonte: Mesorregião do Marajó e localização das Áreas Protegidas e Unidades de Conservação (2016)

De acordo com Magalhães (2014) e Renó, Renó e Santos (2010), a RESEX Mapuá surgiu a partir de reivindicações da população local frente a uma proposta realizada pela empresa Ecomapuá Conservação Ltda. Essa empresa realizou reuniões com os moradores locais com o objetivo de obter apoio na criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável Particular. Por essa proposta, as comunidades seriam beneficiadas com a criação da Reserva que, por sua vez, atuaria em um sistema de concessão de uso por um período de cem anos.

Porém, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Breves (STTR/Breves), viu com certa desconfiança os interesses reais da empresa em questão; e,

então, o STTR juntamente com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) passaram a apoiar a população local no processo de criação da RESEX, todavia conduzido pela população, pelo STTR e CNS. Isso resultou na elaboração, por parte do STTR, de um ofício (Ofício nº 078 de 04 de novembro de 2002, vide Anexo B), protocolado no dia 25 de novembro de 2005 no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a solicitação de vistoria no local, com o objetivo de discutir e propor a criação da RESEX Mapuá.

Mesmo tendo sido criada há quase onze anos, a RESEX Mapuá ainda não possui plano de manejo, apenas o Conselho Deliberativo (CD) (Anexo C); que, aliás, o CD, ficou algum tempo sem atuação, retomando as atividades em maio de 2014 (MAGALHÃES, 2014). Logo, o que se sinaliza é que alguns elementos relacionados aos instrumentos formais, entre eles o plano de manejo, não estão funcionando como deveriam na RESEX conforme o SNUC e o ICMBIO. Deu-se continuidade, deste modo, a uma política de gerenciamento ineficaz e com grande limitação na promoção de sustentabilidade ambiental, social e econômica, que, aliás, essa perspectiva se reproduz em outras Reservas Extrativistas seja na região amazônica ou em outras regiões do país (FREITAS; RIVAS, 2014; FREITAS; FLORENTINO; SOUZA, 2015; FREITAS et al., 2015)⁸.

É importante notar que apenas a criação de unidades de conservação não é suficiente para garantir a sustentabilidade socioambiental (FREITAS; FLORENTINO; SOUZA, 2015). É preciso qualificar a população local para fortalecer a participação da mesma nos processos decisórios na UC. Além disso, é necessário, sobretudo, ter instrumentos do Estado que sejam eficientes para garantir tal sustentabilidade bem como regras que possam convergir com práticas seculares das populações locais nas RESEX, uma gestão e uma política compartilhada dos recursos naturais, regulação fundiária e na promoção do desenvolvimento e conservação ambiental de forma dialética.

Problemáticas e incongruência, articuladas a falta de eficiência do Estado e a participação da população local ainda se mostram muito presentes em Reservas Extrativistas (FREITAS; RIVAS, 2014), deste modo, a partir do questionamento central do estudo, foram elaboradas as seguintes questões da problemática estudada:

Quais os instrumentos do Estado e dos atores locais para garantir a sustentabilidade socioambiental da Reserva Extrativista Mapuá, Marajó, Brasil? Quais os interesses e impactos advindos da institucionalização enquanto RESEX? Quais conflitos sociopolíticos e a crítica às

⁸ Este debate será retomado no capítulo 3.

políticas públicas para promoção da sustentabilidade na RESEX Mapuá, tomando como análise o Projeto SANEAR Amazônia?

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral identificar e analisar os instrumentos do Estado e dos atores sociais no processo de construção de uma política de promoção de sustentabilidade socioambiental da RESEX Mapuá, no Marajó, desde sua criação, em 2005. Para tanto, estão contemplados neste trabalho objetivos específicos como:

- a) Analisar os interesses e os impactos advindos da institucionalização enquanto RESEX;
- b) Identificar e caracterizar as políticas de desenvolvimento já promovidas na RESEX Mapuá;
- c) Identificar e analisar os conflitos sociopolíticos das políticas públicas para promoção da sustentabilidade na RESEX Mapuá, tomando como análise o Projeto SANEAR Amazônia;

Portanto, considerou-se como hipótese para este estudo: 1) o principal instrumento do Estado é uso de dispositivo jurídico (o decreto que cria a Reserva Extrativista Mapuá é uma delas) como forma de conter um possível desflorestamento bem como valorizar identidades e saberes locais; e, 2) o Estado ser financiador e facilitador de políticas construídas pela associação de moradores locais da RESEX. 3) Já o instrumento dos atores sociais na Reserva Mapuá pauta-se, sobretudo pela criação de parcerias com o governo federal e estadual para qualificar e capacitar os atores sociais a desenvolverem e se apropriarem de tecnologias sociais, principalmente relacionadas à área de saneamento e saúde, configurando-se uma espécie de autonomia dos atores locais da tutela do Estado.

A relevância desse estudo (justificativa) ancora-se na argumentação de que muitos trabalhos sobre UC, particularmente sobre RESEX, vem pesquisando: i) os conflitos étnicos, territoriais e ambientais nas RESEX; ii) os planos de manejo e conselhos deliberativos; iii) os espaços e usos de conservação e preservação de seus ecossistemas; iv) a articulação dos pontos i e ii. Contudo há lacunas no debate sobre UC, dentre elas: a) o papel do Estado, os seus instrumentos de planejamento e gestão; b) como o Estado dialoga com os atores locais no processo de sustentabilidade socioambiental e os conflitos entre esses "atores"; c) como os atores locais conduzem e orientam por si mesmo sua sustentabilidade socioambiental, tendo o Estado como auxiliador financeiro do processo.

Logo, o motivo norteador do estudo, está na necessidade de apresentação do cenário, das inquietações, insatisfações e aspirações relacionadas às políticas e uso sustentável da

RESEX Mapuá. Ao mesmo tempo, mostrar em instituições formais (ligadas às regras do Estado) e as informais (com as regras dos atores sociais).

1.1 Procedimentos metodológicos

Para estruturar este trabalho foram adotadas técnicas conforme mostra Creswell (2007): identificação das palavras-chave, pesquisas bibliográficas, estabelecimento de prioridades na pesquisa bibliográfica, resumo dos artigos mais relevantes e revisão de literatura. Na parte inicial do estudo é feita uma apresentação do município de Breves tanto nos aspectos ambientais, históricos e socioeconômicos. Para tal empreitada foram coletadas fontes e saberes múltiplos (interdisciplinar): em fontes antropológicas, sociológicas, históricas, econômicas e geográficas do município onde está localizada a RESEX do presente estudo.

A importância da análise de dados de forma interdisciplinar se dá na possibilidade de abranger as mais diversas ciências para compreender sistemicamente uma determinada dinâmica e fenômeno social complexo. Segundo Gusdorf (1983), a questão da interação interdisciplinar é tão antiga quanto o próprio pensamento ocidental, pois ela é retomada com mais ou menos insistência desde os sofistas gregos. Porém, com o passar do tempo, a questão interdisciplinar foi deixando de ser levada em consideração uma vez que, de acordo com Teixeira (2004, p. 58):

No início do século XXI constata-se que o conhecimento científico está, no seu processo de desenvolvimento, cada vez mais subdividido em setores numerosos e especializados. Evidencia-se que cada segmento da pesquisa científica perdeu a capacidade de se comunicar com o exterior e adotou uma linguagem que, muitas vezes e ainda, apenas é compreensível a seus colegas especialistas mais próximos. As terminologias especializadas fizeram do desenvolvimento científico uma gigantesca “torre de Babel”, onde cada um coloca e trata seus minúsculos problemas sem se preocupar demais com a significação ou as consequências que estes podem ter sobre os outros domínios.

Para Veiga-Neto (2002), a interdisciplinaridade seria tal disposição dos saberes em que diferentes disciplinas se fundiriam num único saber mais abrangente. Ou seja, é preciso tomar conhecimento de outras ciências e trabalhar em parceria para que se tenha um melhor êxito e um estudo mais amplo. Japiassú (1976) ainda afirma, que a interdisciplinaridade se apresenta como um tríplice protesto: contra um saber fragmentado, contra um divórcio entre universidade e sociedade e contra o conformismo das situações adquiridas e das ideias recebidas ou impostas.

Ainda segundo o autor, a interdisciplinaridade não aceita que cada ciência se desenvolva independente da outra e, por conta dos problemas da sociedade estarem mais complexos, é essencial um saber mais abrangente, envolvendo várias ciências para se obter a melhor solução possível a partir da análise de diferentes ciências em relação a um objeto a ser estudado. Portanto, para Japiassú (1976), a interdisciplinaridade não se resume a uma junção de disciplinas. A questão interdisciplinar no presente trabalho é realizada a partir de uma abordagem da construção de objeto em uma espécie de trabalho em equipe conforme mostra Guimarães (2002, p. 15),

A interdisciplinaridade, portanto seria um caminho para superar a compartimentalização do saber e a dicotomização do conhecimento e a acentuada especialização, caracterizadores da Ciência Moderna, sendo que essa superação apenas é possível e fecunda a partir de um trabalho em equipe, onde se forma uma espécie de sujeito coletivo.

Guimarães (2002) afirma que a proposta interdisciplinar não significa um abandono da disciplina, mas sim uma valorização da disciplina. A proposta de Guimarães (2002), é que o objeto seria um eixo norteador da pesquisa e que, a partir desse eixo surgiriam várias disciplinas com infinitas possibilidades. De acordo com o Guimarães (2002, p. 24): [...] "na definição do objeto de pesquisa numa perspectiva interdisciplinar deve-se pensar que de cada disciplina nasce um fio imaginário com infinitas possibilidades de distensão e retração, característico de sua função elástica".

Para organizar e coordenar a pesquisa foram utilizados métodos de Teixeira (2004), que, segundo o autor, são grandes desafios para a pesquisa saber: organizar e coordenar que diz respeito ao planejamento da pesquisa, comunicação e linguagem que se referem aos discursos a serem registrados por meio de questionários semiestruturados e entrevistas.

Com a compreensão de Teixeira (2004), foi possível a segunda etapa do trabalho que conta com pesquisas de campo, observações diretas, pesquisa participativa e relatos orais dos moradores locais com a finalidade de verificar os instrumentais de sustentabilidade na unidade de conservação. Além disso, também se buscaram fundamentos qualitativos onde foram aplicados os questionários semiestruturados e entrevistas para compreender questões relevantes ao presente estudo.

Segundo Gunter (2006), as pesquisas quantitativa e qualitativa se diferem por alguns fatores: postura do pesquisador, estratégia de coleta de dados, estudo de caso, papel do sujeito, aplicabilidade e uso dos resultados da pesquisa. Conforme Creswell (2007), um projeto pode contar, entre outras, com três técnicas tais como: técnica qualitativa, técnica

quantitativa e de métodos mistos. Cada uma dessas técnicas aborda os elementos, como por exemplo, as alegações de conhecimento, estratégia de investigação e métodos, de diferentes formas. Para entender questões referentes à memória da RESEX Mapuá não institucionalizada foram adotadas técnicas de Montenegro (1994) com a história oral a fim de resgatar a historicidade que contemple a compreensão das representações sociais atuais.

Desta forma, em relação aos atores sociais, foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados nas comunidades Bom Jesus, Nossa Senhora das Graças (Vila Amélia) e Lago do Socó. Essa coleta de dados também ocorreu por meio de conversas informais, gravação em áudio e observações em campo. Dessa maneira, foi possível perceber de que forma os atores sociais garantem o uso sustentável da RESEX Mapuá. As três comunidades foram escolhidas segundo alguns critérios:

A primeira, justifica-se por ser a de maior visibilidade, pois abriga a Casa Familiar Rural (CFR), a sede da Associação de Moradores de Mapuá (AMOREMA), e o espaço Criança da Floresta. A comunidade em questão foi a primeira a receber capacitação do projeto SANEAR Amazônia tanto no que tange a construção de tecnologias sociais como Gestão da Água para Consumo Humano. A segunda, justifica-se por conta da comunidade em questão, a Vila Amélia, ser a referência no que diz respeito à memória de Mapuá por abrigar sítio arqueológico; este por sua vez encontra-se abandonado. Já a terceira comunidade é vista pelos próprios comunitários como a mais esquecida até mesmo por ser de mais difícil acesso.⁹

Depois de escolher as comunidades, o estudo contou com a sistematização das informações coletadas em campo, cruzamento dos dados e conclusão da pesquisa esclarecendo, assim, as suposições emancipatórias e construtivistas bem como entrevistas, questionários semiestruturados e observações de campo uma vez que a técnica qualitativa, segundo Creswell (2007), pode contar com dois tipos de alegação de conhecimento baseado em perspectiva construtivista e/ou perspectivas reivindicatórias. A primeira baseando-se em diferentes significados das experiências individuais e também significado social e historicamente construídos e a segunda baseada em políticas orientadas para a mudança.

Nesta segunda etapa, foram utilizados como base alguns princípios para coleta de dados pautados em Yin (2001), que são:

- a) Utilização de várias fontes de evidência;
- b) Criação de um banco de dados para o estudo de caso;

⁹ A partir de notas de campo da pesquisadora em relação ao tempo de viagem para cada comunidade da Reserva Extrativista Mapuá. Leva-se até 17 horas para chegar até ela (comunidade Lago do Socó), percurso dividido entre barco de linha e pequena embarcação a motor (rabeta).

c) Manutenção do encadeamento de evidências.

A pesquisa, conforme Yin (2001), não pode utilizar apenas a observação participante e nem somente a análise de documentos. A pesquisa, para o autor e também para a elaboração deste estudo, deve ser pautada em várias fontes de evidência para que possa ser mais convincente a partir de uma ampla diversidade de questões. Já a criação do banco de dados para o estudo de caso é fundamentalmente importante por conta organização que este proporciona à pesquisa. Conforme mostra Yin (2001, p. 124), "[...] a falta de um banco de dados formal é a maior deficiência para a maioria da pesquisa de estudo de caso". O encadeamento de evidências é importante para o fortalecimento da confiabilidade e também para que o leitor possa seguir as etapas em qualquer direção.

A discussão proposta no presente estudo leva em consideração os instrumentos do Estado e dos atores sociais quanto ao uso sustentável e, para ser desenvolvida, foram utilizadas duas fontes teórico-analíticas: a teoria neo-institucionalista, proposta por Hall e Taylor (2003); e, a teoria de campos por meio da análise de Bourdieu (2004). Em relação ao enfoque neoinstitucionalista sociológico, toma-se como base o proposto por Hall e Taylor (2003), ou seja, o estudo será desenvolvido a partir de duas correntes: o neoinstitucionalismo histórico e o sociológico. A primeira corrente está relacionada com o modo com que as instituições políticas atuam; assim, o neo-institucionalismo histórico é definido, segundo Hall e Taylor (2003, p. 196):

[...] os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política. Isso se estende das regras de uma ordem constitucional ou dos procedimentos habituais de funcionamento de uma organização até às convenções que governam o comportamento dos sindicatos ou as relações entre bancos e empresas.

Relacionar instituições e comportamento dos atores sociais não é tarefa fácil. Ainda segundo esses mesmos autores,

Uma questão crucial para toda análise institucional é a seguinte: como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos? Afinal, é em última análise por intermédio das ações de indivíduos que as instituições exercem influência sobre as situações políticas. De modo geral, os neo-institucionalistas fornecem dois tipos de resposta a essa questão, que poderíamos designar como a “perspectiva calculadora” e a “perspectiva cultural”. Cada uma delas responde de modo ligeiramente diferente a três questões básicas: como os atores se comportam, que fazem as instituições, por que as instituições se mantêm? (HALL; TAYLOR, 2003, p. 197).

Logo, o neo-institucionalismo histórico está ligado ao poder e aos jogos de interesse e isso gera conflito beneficiando alguns em detrimento do interesse de outros. Portanto, para

analisar as questões pertinentes ao trabalho será levado em consideração o viés do neo-institucionalismo histórico na perspectiva cultural. Aliás, diferentemente da calculadora, essa não é meramente estratégica, pois depende da visão de mundo que o indivíduo tem frente às tomadas de decisão.

Outra "corrente" neo-institucionalista utilizada neste estudo foi à sociológica que procura explicar a razão de determinadas instituições adotarem certos procedimentos. Conforme Hall e Taylor (2003), essa corrente leva em consideração a relação entre instituições e ações individuais, com um enfoque cultural. Nesse sentido, os atores sociais agem de acordo com seus interesses pessoais, a partir da visão de mundo, no processo de tomada de decisões.

No entendimento de Furlaneto (2008, p. 56), três pontos precisam ser levados em consideração em relação às dimensões institucionais: "[...] o território local, com seus governos locais agindo como articuladores e aglutinadores das políticas de desenvolvimento; a participação da sociedade; e as parcerias público-privadas". É neste contexto que surge a relação entre instituições e capital social que influenciam, segundo Putnam (2002), na eficiência das instituições.

Essa ideia é corroborada por Bourdieu (2004) que define, de forma mais complexa, o *habitus* como a construção de possibilidades de comportamento. É o jogo que está sendo jogado; um jogo de disputas onde os atores sociais procuram ter certo reconhecimento no campo em que atuam. Portanto, a teoria de campos bourdieusiana também será uma importante ferramenta para verificar como os "atores sociais" atuam na RESEX Mapuá.

Sendo assim, a segunda abordagem diz respeito ao campo que é um espaço onde acontecem as relações sociais, no qual as instituições podem conformar um campo, com diversos tipos de regras, jogos e conflitos sociais. Desse modo, torna-se importante neste estudo associar instituições com a teoria de campos.

Segundo Bourdieu (1996, p. 50),

O social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um "campo de forças", uma estrutura que constringe os agentes nele envolvidos, quanto um "campo de lutas", em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura.

Ainda segundo Bourdieu, o campo é

Algo parecido a una clase o, más generalmente, a um grupo movilizadado por y para la defensa de sus intereses, sólo puede llegar a existir a costa y al cabo de una labor

colectiva de construcción inseparablemente teórica y práctica [...] Dicho de otro modo, la labor simbólica de constitución o de consagración que es necesaria para crear un grupo unido (imposición de nombres, de siglas, de signos de adhesión, manifestaciones públicas, etc.) tiene tantas más posibilidades de alcanzar el éxito cuanto que los agentes sociales sobre los que se ejerce estén más propensos, debido a su proximidad en el espacio de las posiciones sociales y también de las disposiciones y de los intereses asociados a estas posiciones, a reconocerse mutuamente y a reconocerse en un mismo proyecto (político u otro) (BOURDIEU, 1997, p. 49).

Um campo envolve, grupos ou instituições que possuem um *habitus*¹⁰ (a posição ocupada em um determinado campo) e conforma esse campo. Cada agente e/ou grupo tem uma “função específica” com a finalidade de conservar ou transformar o campo. Nestes termos, os campos se estruturam a partir de alianças e conflitos entre os agentes.

A teoria de Bourdieu é associada a orientação de Oliveira (1996): ver, ouvir e escrever bem como a utilização de registros fotográficos como proposta por Simonian (2007). Em relação a Oliveira (1996), pode-se inferir que o ver é um olhar a partir do amadurecimento intelectual, o ouvir é a aplicação de entrevistas e o escrever é a sistematização dos dados obtidos no campo e na literatura existente em relação ao objeto deste estudo.

Nesta técnica, foram realizadas conforme Simonian (2007) e Thompson (2002), observações diretas, conversas informais, entrevistas, bem como registros fotográficos. O objetivo aqui é explorar questões relevantes que estejam relacionadas com a temática do estudo. Deste modo, foi possível observar de que maneira o Estado e os atores sociais estão garantindo a sustentabilidade na Reserva Extrativista Mapuá.

Assim, a pesquisa tem como interpretação e análise o método hipotético-dedutivo. Ao desenvolvê-la, pautou-se em análise de dados: documentos do Estado, análise de planos e projetos voltados para a área em questão, relatórios em sítios oficiais relacionados à questão ambiental (ICMBIO); também, em entrevistas com agentes do órgão gestor da RESEX: ICMBIO, na pessoa do gestor local, com agentes da Associação de Moradores de Mapuá (AMOREMA), líderes comunitários e população de um modo geral.

¹⁰ *Habitus* é um sistema de (de disposições adquiridas) esquemas de percepção, apreciação e ação fundados no mapeamento, reconhecimento e incorporação de estímulos condicionais e convencionais que tende reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos, re-produzindo relações sociais objetivas (BOURDIEU, 2002b), formando esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão (BOURDIEU, 1997).

1.2 Visitas exploratórias e percursos metodológicos: uma breve descrição¹¹

O período exploratório de pré-campo iniciou-se em 2015, entre os dias 17 a 20 de junho. Então fez-se um acompanhamento de uma atividade da Associação de Moradores da Reserva Extrativista Mapuá (AMOREMA), precisamente da apresentação do Projeto de Implantação de Saneamento em Comunidades da Amazônia e do cadastro de famílias para recebimento de tecnologias sociais¹². A AMOREMA é a executora do projeto, o qual beneficiará 300 famílias da RESEX Mapuá, em Breves; 200 da RESEX de Soure, em Soure; e 260 da RESEX Arióca-Pruanã, em Oeiras do Pará, totalizando 760 famílias contempladas¹³ (Tabela 1).

Tabela 1 - RESEX contempladas no programa SANEAR¹⁴ Amazônia

Estado	Reserva extrativista	Famílias beneficiadas	Municípios
AC	Chico Mendes	500	Assis Brasil, Brasiléia, Rio Branco e Xapuri
AM	Baixo Juruá	170	Juruá e Uarani
AM	Médio Juruá	500	Carauari
AP	Rio Cajari	500	Laranjal do Jari e Marzagão
PA	Arióca Pruanã	260	Oeiras do Pará
PA	Mapuá	300	Breves
PA	Soure	200	Soure
PA	Terra Grande Praccuúba	370	Curralinho e São Sebastião da Boa Vista

Fonte: Adaptada pela autora a partir de MDS (2015).

Ainda durante a pesquisa exploratória e com base no contrato efetuado, os critérios para que a família seja contemplada no programa é: i) participar de todas as reuniões (com ao menos um representante da família); ii) ter Número de Identificação Social (NIS); e, iii) renda per capita de até um salário mínimo.

Teve-se também a oportunidade de assistir e participar das reuniões para explanação do projeto SANEAR e cadastro das famílias que se concentrou em quatro comunidades e, para deslocamento, a pesquisadora, viajou juntamente com a equipe responsável pela atividade. A pesquisadora se deslocou em barco próprio da associação durante os quatro dias de viagem parando apenas durante a noite para dormir e seguindo viagem no dia seguinte.

¹¹ No último capítulo será retomado não só a questão exploratória e metodológica, mas os desdobramentos da pesquisa e ponto central desta dissertação.

¹² Cisternas e banheiros.

¹³ Vide anexo o contrato que evidencia a quantidade de beneficiados no projeto.

¹⁴ A discussão em relação ao programa será retomada no quarto capítulo deste estudo.

Assim, quase toda a área da RESEX foi percorrida pela referida equipe (Mapa 2). A atividade se deu da seguinte forma¹⁵:

a) Primeiro dia: No primeiro dia (17 de junho de 2015) o encontro se deu na comunidade São Benedito do Mapuá, no qual foi realizada uma reunião com as comunidades de Nossa Senhora das Graças (conhecida por Vila Amélia) e Perpétuo Socorro.

b) Segundo dia: A reunião ocorreu no Centro Comunitário de Santa Rita do Cumaru (Comunidade de Santa Rita), que teve presente os moradores das comunidades de São Sebastião do Canta Galo, Assembleia (Nova Esperança e Bela Vista) e os moradores do Perpétuo Socorro que faltaram no primeiro dia de reunião. As famílias do Lago do Socó deveriam ter participado neste dia, porém, não compareceu ninguém da comunidade. Assim, foi enviada uma pessoa da equipe até o local para fazer o cadastro das famílias. A equipe seguiu viagem para a próxima comunidade, parando apenas para o descanso noturno na comunidade do Canta Galo.

c) Terceiro dia: O encontro se deu na comunidade Santa Maria. Para deslocamento foi preciso deixar o barco da AMOREMA no local onde a equipe dormiu (no trapiche da comunidade Canta Galo), e a equipe seguiu de rabeta, pois para acesso à próxima comunidade não há como chegar com embarcação grande. Na reunião estavam presente as famílias do Perpétuo Socorro do Lago do Canaticum e Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré. Ao final do dia a equipe voltou para a comunidade do Canta Galo e foi seguida viagem na embarcação da AMOREMA até a próxima comunidade. Neste dia não houve parada para descanso noturno já que a próxima comunidade a ser visitada fica muito distante da comunidade de Santa Maria.

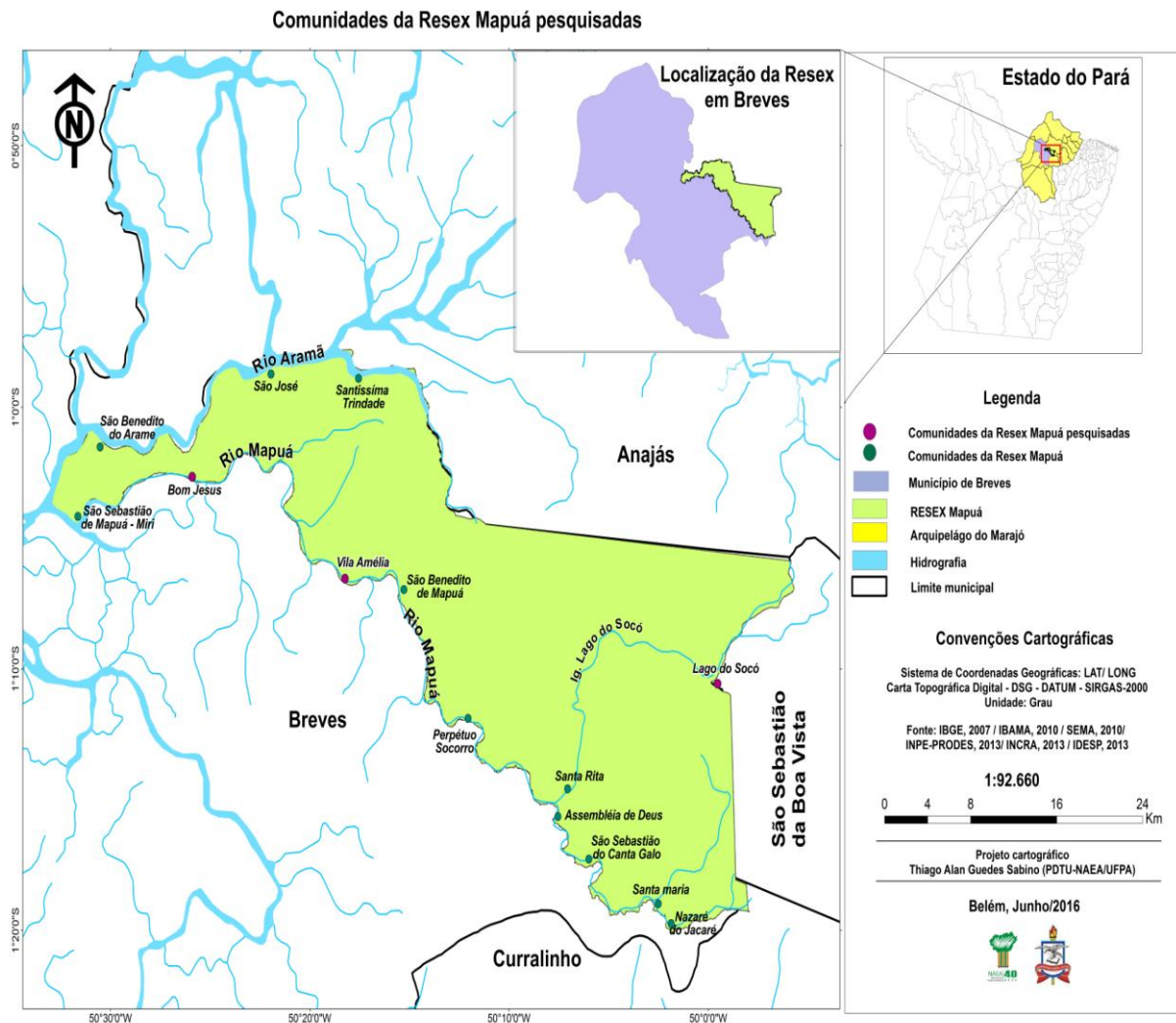
d) Quarto dia: O encontro foi na "Boa Esperança"¹⁶, localizada na comunidade Santíssima Trindade, na afluição do rio Aramã. Neste dia participaram também Santíssima Trindade, famílias das Igrejas Evangélicas do Paraíso¹⁷ e São José. A São Benedito do Aramã não participou, pois nesse dia estava acontecendo o velório de uma pessoa da comunidade. Com relação a essas visitas e reuniões, ver Mapa 2.

¹⁵ De acordo com o observado em campo, as atividades realizadas na RESEX são concentradas nos quatro núcleos comunitários (comunidades São Benedito, Santa Rita, Santa Maria e Santíssima Trindade) para atingir o maior número de participantes possíveis, pois esses núcleos são de mais fácil acesso para as comunidades do entorno.

¹⁶ Associação Agrícola Boa Esperança (AABE).

¹⁷ Resolveu-se pontuar que também participaram os membros da Igreja Evangélica do Paraíso, pois, eles criaram uma comunidade não-oficial até mesmo pelo distanciamento com o núcleo central, a Associação Agrícola.

Mapa 2 - Localização das comunidades da RESEX Mapuá



Fonte: Localização das comunidades da RESEX Mapuá (2016)

Durante os quatro encontros foram feitas explicações a respeito do projeto SANEAR. Com apresentação dos objetivos do projeto, a importância do mesmo e as etapas do projeto. Como também eram apresentados alguns diagnósticos da Reserva Médio Juruá¹⁸ com relação à qualidade da água para o consumo; em seguida foi informado que haveria capacitação:

1) formação de um corpo de trabalhadores locais para construção dos componentes físicos da tecnologia social;

2) capacitação para uso e gestão dessa tecnologia e conseqüentemente a formação de agentes de saúde ambiental ou local de acesso à água bem como sobre saúde ambiental relacionado à tecnologia social de acesso a água. Por fim, era realizado um cadastro das famílias para que essas pudessem fazer parte do projeto.

¹⁸ Nesta RESEX, ocorreu a primeira experiência do projeto SANEAR.

As famílias foram avisadas a respeito do local e data das reuniões com antecedência, mas, para lembrá-los, Antônio Gonçalves, conhecido como Galo, esteve à frente da equipe nos dias das viagens para avisar (lembrar) as famílias a respeito das reuniões. As reuniões começavam pela parte da manhã com a explanação a respeito do projeto, com intervalo para o almoço e, pela parte da tarde, eram realizados os cadastros das famílias. A atividade se repetiu dessa maneira nas quatro comunidades onde foram realizadas as reuniões.

Dessa maneira, foi possível ter uma noção geral da RESEX Mapuá, ter contato com as lideranças e comunitários de cada uma das comunidades percorridas e ouvir os principais anseios da população a partir de conversas informais e algumas entrevistas já realizadas neste momento. A pesquisadora também participou de todas as reuniões ocorridas nesses quatro dias e foi possível perceber as principais dúvidas da população em relação ao projeto.

O presente estudo está dividido do seguinte modo: no segundo capítulo é trabalhada a questão das Reservas Extrativistas no Brasil e no Marajó. Neste sentido, é realizada uma análise em relação à garantia da sustentabilidade nas unidades de conservação. Também é apresentada, no capítulo, uma retomada econômica, social e história do arquipélago do Marajó e, mais especificamente, em Breves. Esse capítulo tem como objetivo fazer um apanhado geral a respeito das unidades de conservação bem como uma apresentação do cenário dessas UC no Marajó.

O terceiro capítulo tem por objetivo identificar os principais instrumentos do Estado e dos atores sociais na promoção de sustentabilidade em UC. No primeiro momento é apresentada a memória da RESEX Mapuá (ainda) não institucionalizada, em seguida é apresentada a criação da UC como instrumento para a garantia da sustentabilidade. No decorrer do capítulo são apresentados alguns cenários como as políticas de desenvolvimento para a Reserva Extrativista bem como os limites da sustentabilidade na referida Reserva.

O quarto e último capítulo faz uma relação entre o Programa Cisternas e o Projeto SANEAR Amazônia mostrando as principais características entre os dois programas. A partir do programa no semiárido foi pensado este benefício para a Amazônia, para as populações extrativistas tendo início no estado do Amazonas e, posteriormente, ampliado para oito RESEX do estado do Pará, dentre elas está a RESEX Mapuá, onde o principal objetivo é o de levar água de qualidade para as famílias ribeirinhas. Neste capítulo é apresentado o atual cenário do SANEAR na RESEX Mapuá bem como os conflitos sociopolíticos presentes na referida UC.

Para realização da pesquisa na RESEX Mapuá foi solicitada a autorização ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) do Instituto Chico Mendes de

Conservação da Biodiversidade, esta devidamente concedida conforme Autorização para Atividades com Finalidade Científica nº48097-1, emitida em 15/04/15. Em relação aos entrevistados, todos foram esclarecidos quanto ao tema e abordagem da pesquisa (vide APÊNDICE C).

2 RESERVAS EXTRATIVISTAS (NO BRASIL, NO MARAJÓ E EM BREVES) E SUSTENTABILIDADE: UMA CONSTRUÇÃO LENTA

Era ele que erguia casas
 Onde antes só havia chão.
 Como um pássaro sem asas
 Ele subia com as casas
 Que lhe brotavam da mão.
 Mas tudo desconhecia
 De sua grande missão:
 Não sabia, por exemplo
 Que a casa de um homem é um templo
 Um templo sem religião
 Como tampouco sabia
 Que a casa que ele fazia
 Sendo a sua liberdade
 Era a sua escravidão.
 (Vinícius de Moraes)
 [O Operário em Construção, 1959]

O poema de Vinicius é uma metáfora do que foi a construção (as lutas) reservas extrativistas no Brasil. Segundo Allegretti (1992), eram muito problemáticas, já que além da luta da população tradicional pela terra, havia luta pelo acesso e gestão recursos naturais. Essa problemática pontuada do seguinte modo por Allegretti (1992, p.146. grifo nosso):

As políticas implantadas na Amazônia, nas últimas décadas, resultaram da busca de soluções para problemas externos à região. No caso dos projetos de colonização, a Amazônia foi vista como espaço vazio e como forma de evitar a realização de uma reforma agrária no Centro-Sul. No caso dos projetos agropecuários e minerais, a Amazônia passou a ser entendida como fronteira de recursos para setores econômicos estabelecidos fora da região. As atividades implantadas nesse período desagregaram o ambiente e não aumentaram a renda regional. Uma política de uso dos recursos naturais renováveis para a Região Amazônica deve ter essa perspectiva invertida e ser concebida em consonância com as prioridades regionais. Devem ser adotadas medidas estruturais como o zoneamento ecológico-econômico e políticas setoriais, econômicas e sociais que permitam uma reconciliação entre o uso do potencial de recursos existentes e uma adequada distribuição de renda. **Para isso, ao lado da restrição ao uso**, através da criação de unidades de conservação, é preciso encontrar formas de promover, por meio de instrumentos institucionais adequados, a utilização dos recursos existentes. Não se trata de pensar a Região Amazônica como área intocada, mas de identificar formas de uso que, ao valorizarem os recursos naturais regionais, incentivem sua conservação. Dentre as inúmeras alternativas de utilização dos recursos naturais renováveis da Região Amazônica, uma procura conciliar interesses de conservação com o desenvolvimento social. Trata-se da proposta de criação de Reservas Extrativistas. Sem considerá-lo uma panaceia para os complexos problemas regionais, o extrativismo deve ser entendido como uma atividade paradigmática para o desenvolvimento sustentável, ao conceber os recursos naturais e ambientais como recursos produtivos, de cuja conservação depende a reprodução da vida econômica e social.

Até criação da primeira RESEX¹⁹ na Amazônia houve um longo caminho:

¹⁹ Para Allegretti (1992, p.150) as Reservas tinham de ser criadas com seguintes pressupostos: “As reservas extrativistas são espaços territoriais protegidos pelo Poder Público, destinados à exploração autossustentável e

A proposta de criação de reservas extrativistas na Amazônia teve uma formulação inicial no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, recebendo a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista, através da Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987, do Incra. A partir de 1989, as reservas extrativistas passaram a fazer parte do Programa Nacional de Meio Ambiente, tendo sido regulamentadas através do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. As duas denominações não expressam conteúdos diferentes, mas sim responsabilidades institucionais distintas. Além disso, enquanto a primeira requer regularização fundiária prévia à criação, por ser uma unidade de reforma agrária, a segunda, por ser considerada como unidade de conservação, permite a imobilização de áreas para fins de uso sustentável e posterior regularização (ALLEGRETTI, 1992, p.150).

Todo esse cenário trazia consigo (ou pairava), inclusive, no próprio discurso de Allegretti acima, que com a UC haveria um espécie de restrição ao uso restrição ao uso de recurso (em negrito acima). Isso também gerou uma serie de conflitos, com as populações tradicionais, por meio dos *empates*, movimento conhecido por empatar a derrubada das árvores para a criação de pastos.

De acordo com o exposto por Allegretti (1992), o Projeto de Assentamento Extrativista era de "50 até 100 hectares e uma colocação²⁰ de seringa tinha, em média, 300 a 500 hectares, dependendo do número de filhos em idade de trabalhar e de estradas de seringa, além dos pequenos roçados e dos castanhais". Já é possível perceber que este novo modelo impactou diretamente no modo de vida tradicional das populações. Neste sentido, ocorreram novos debates para discutir políticas públicas para essas áreas.

Tanto o Projeto de assentamento quanto o I Encontro Nacional dos Seringueiros, ocorrido em 1985, teve como resultado a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)²¹, houve a empreitada para construção novo modelo de reforma agrária, que teve como base as Terras Indígenas (TI) e unidades de conservação, no que insurge a perspectiva de RESEX. O surgimento de Reservas Extrativistas teve início em 1990 por meio do Decreto nº. 98.897 de 30 de janeiro de 1990 e assim, a criação da primeira Reserva Extrativista no Brasil; a RESEX Alto Juruá, localizada no estado do Acre (Decreto 98.863 23/01/1990) como exemplo de resistência dos seringueiros com a finalidade de regularização fundiária (ALLEGRETTI, 1989; ALLEGRETTI, 2002; CARDOSO, 2015; FREITAS, 2012; MEDEIROS, 2006).

conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política ambiental do País (IBAMA)".

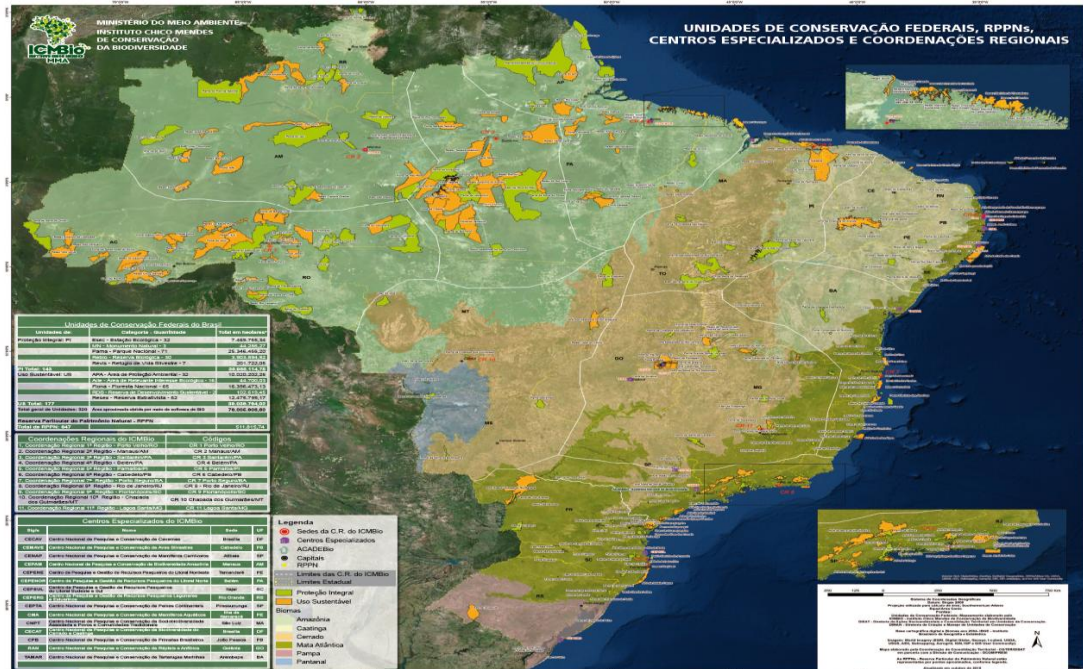
²⁰ Limite da moradia de cada um, aqui não tem estrada, é dividido por água e igarapé. (Denominação de F.G durante entrevista realizada em junho de 2015, em Mapuá).

²¹ Atualmente denominado Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Assim, de acordo com Allegretti (2002), Medeiros (2006) e Silva e Simonian (2015), os seringueiros do Acre foram os protagonistas sim no processo de luta mas também pioneiros na expansão de ocupação e desenvolvimento na Amazônia, com a formação de pastos, criação de gados e modos extrativistas. A partir de então muitos debates surgiram até a criação da primeira Reserva Extrativista como uma forma de solucionar problemas fundiários. Desta maneira, os debates deram origem ao surgimento de políticas públicas e instrumentos para garantir os objetivos dessas áreas, como por exemplo, o SNUC.

Conforme apontado por Aragón (2013) e Cardoso (2015), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação surgiu depois de mais de dez anos da criação da primeira RESEX, instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. O objetivo do SNUC é, ainda segundo os autores, estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC. Conforme Brasil (2000), as unidades de conservação estão divididas em dois grupos: de proteção integral, no qual visa à preservação da biodiversidade com a menor interferência antrópica e permite apenas o uso indireto; e, o grupo uso sustentável (Figura abaixo), que por sua vez, permite o uso direto dos recursos naturais conciliando preservação com uso sustentável.

Figura 2 - UC Federais – RPPN, Centros Especializados e Coordenações Regionais



Fonte: Fonte: ICMBIO (2015b)

Estes grupos exprimem a distribuição espacial e quantidades desse dois: **Proteção Integral:** I- Estação Ecológica; II- Reserva Biológica; III- Parque Nacional; IV- Monumento Natural; e V- Refúgio da Vida Silvestre; **Uso Sustentável:** I- Área de Proteção Ambiental; II- Área de Relevante Interesse Ecológico; III- Floresta Nacional; IV- Reserva Extrativista; V-

Reserva de Fauna; VI- Reserva de Desenvolvimento sustentável; e, VII- Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, art. 8º e 14, 2000). Contudo alguns dos problemas alertado na introdução desta dissertação é em relação ao número exato de UC.

Segundo o ICMBIO, há no Brasil 320 UC, 137 são UC de Proteção Integral e 173 são Unidades de Conservação de Uso Sustentável (ICMBIO, 2015). Contudo, o mapa interativo georeferenciado do ICMBIO mostra outros dados: 125 UC de Proteção Integral e 177 UC de Uso Sustentável, com o total de 302 UC (ICMBIO, 2015a).

Algumas possíveis explicações apontam para o site desatualizado do ICMBIO, de onde foi extraída essa informação, ou sobreposições territoriais ou equívocos sobre o número de UC na Amazônia. O que se sabe é que na Amazônia há 111 UC, dessas, 36 são RESEX: Mapuá, Rio Jutaí, Rio Ouro Preto, Riozinho da Liberdade, Verde para Sempre, Alto Juruá, Alto Tarauacá, Araí Peroba, Arapixi, Arióca Pruanã, Auati-Paraná, Barreiro das Antas, Chico Mendes, Gurupá-Melgaço, Baixo Juruá, Cazumbá-Iracema, Lago do Capanã Grande, Médio Purus, Rio Cajari, Extrativista de Ciriaco, Ipaú-Anilzinho, Ituxi, Lago do Cuniã, Marinha Cuinarana, Marinha Mestre Lucindo, Marinha Mocapajuba, Médio Juruá, Quilombo do Frexal, Renascer, Rio Cautário, Rio Iriri, Rio Unini, Rio Xingu, Riozinho do Anfrísio, Tapajós-Arapiuns e Terra Grande Pracuúba.

São cinco RESEX no estado do Acre, nove no Amazonas, uma no Amapá, quatro no Maranhão, 15 no Pará, quatro em Rondônia. Note-se que nesse bioma, Roraima e Tocantins são os únicos estados onde não se instituiu nenhuma dessas UC.

Todas essas trazem, portanto a concepção, de Reservas Extrativistas, no grupo uso sustentável que, segundo (BRASIL, art. 18, 2000) permite a utilização por populações extrativistas baseadas na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte com a finalidade de proteção dos meios de vida e cultura das populações extrativistas bem como garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Porém, a pergunta que se faz é se há realmente a sustentabilidade socioambiental, principalmente após a institucionalização dessas reservas?

2.1 Unidades de Conservação e as Reservas Extrativistas no Brasil: promoção de sustentabilidade?

La moderna conciencia ambiental es de los años sesenta del siglo 20. Pero fue en torno al concepto de desarrollo sustentable, bautizado en el documento *Nuestro Futuro Común*, que se incorporó en las agendas políticas el tema ambiental dentro de los planes de desarrollo. Como resultado natural de la confrontación de ideas, y no de forma planeada, se llegó a un acuerdo tácito de cómo debía entenderse la relación entre naturaleza y sociedad. Este acuerdo tácito se basa en considerar a la

naturaleza como externa al ser humano y, como resultado, asumir que lo único que afecta a la naturaleza es la tecnología (FOLADORI; TOMMASINO, 2012, p. 80).

As discussões no que se refere a questões ambientais surgiram conforme Foladori e Tommasino (2000a) e Leff (2010), no século XX, a partir de preocupações com o aquecimento global, a diminuição da camada de ozônio, a perda da biodiversidade e o uso indiscriminado dos recursos naturais, principalmente após a publicação do relatório *The Limits of Growth* (Os limites do Crescimento Econômico), em 1972, pelo Clube de Roma.

Rodrigues (2012, p. 28-29) aponta que:

O debate ambiental emerge de forma sistemática em vários países, através de um movimento coletivo e organizado por “atores do sistema social”. Ele aparece de maneira expressiva na década de 1960 (MORIN, 1996a) especialmente na Europa, em um bloco cultural, social e político muito mais amplo, que se articulou em torno da palavra *Ecologia* (PADUA, 2005). Chamado de movimento (social) ecológico (PADUA, 1991), constituía-se como mobilização de grupos articulados posteriormente a outros movimentos, tais como o movimento estudantil, os movimentos de contracultura e pacifistas (Em relação à Guerra do Vietnã (1959-1975) e Guerra dos Seis Dias (em 1967)), o movimento feminista e o movimento antinuclear, além da adesão a certas Organizações Não Governamentais – ONGs (a Fundação Vida Silvestre (WWF), Greenpeace e Amigos da Terra) pautado, segundo Journès (1979), em um projeto inspirado por um socialismo libertário/revolucionário em torno da ideia de redistribuição e desconcentração do poder e da descentralização política para modificação dos patamares de subdesenvolvimento. Visava, ainda, frear o esgotamento desastroso dos recursos naturais e as limitações de autonomia individuais e coletivas, que afetam as relações da humanidade com o planeta/ecossistema, economia-mundo e ecologia-mundo/social-mundo (DELÉAGE, 2010). [...] Cabe salientar, ainda, que a década de 1960 vivia uma conjuntura de sensibilidade ecológica, principalmente depois da divulgação de uma série de acidentes ambientais graves no mundo, principalmente por efeitos nocivos de uso de inseticidas (Endrin - $C_{12}H_8C_{16}O$, Malatão - $C_{10}H_{19}O_6PS_2$; Toxafeno - $C_{10}H_{10}C_{18}$) e pesticidas (DDT - *Dicloro-Difenil-Tricloroetano*, Paratão - $C_{10}H_{14}NO_5PS$) de químicos artificiais e apontando os prejuízos na cadeia alimentar (CARSON, 1968), no livro *Primavera Silenciosa*, da jornalista Rachel Carson, em 1962. Outra publicação que teve também grande repercussão na década de 1960, e que, aliás, foi lançado seis meses antes de *Primavera Silenciosa*, foi o *Our Synthetic Environment*, de Murray Bookchin, em que faz uma crítica à modernidade (de forma interdisciplinar), no que concerne: à degradação do solo pelo uso excessivo do Hexacloro de Benzeno - BHC ($C_6H_6C_{16}$) e Dicloro-Difenil-Tricloroetano - DDT ($C_{14}H_9Cl_5$); aos efeitos perversos da ciência moderna na produção de alimentos, e às mudanças que ocorriam nas relações humanas.

A partir desse debate e no seio da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), segundo Foladori e Tommasino (2000a) começa-se a gestar a concepção de desenvolvimento sustentável.

El resultado fue una declaración donde se abordan los principales problemas relacionados con el medio ambiente: industrialización, explosión demográfica y crecimiento urbano. Se proclama “el derecho de los seres humanos a un medio ambiente sano y el deber de protegerlo y mejorarlo para las futuras generaciones”. Como resultado se crea el UNEP (Programa de Naciones Unidas para el Medio

Ambiente), y la WCED (Comisión Mundial para el Medio Ambiente y el Desarrollo) que emitirá su informe sobre el medio ambiente y el mundo en 1987 (informe Brundtland). El espíritu general de la declaración partía de la base de que con tecnologías limpias en los países desarrollados; y transferencia de recursos financieros y técnicos para el Tercer Mundo, junto a políticas de control de la población, podían solucionarse los problemas. Se vislumbraron contradicciones entre los países ricos que pretendían controlar la producción y la explosión demográfica y los pobres que veían la necesidad del desarrollo (FOLADORI; TOMMASINO, 2000a, p.43-44).

Nestes termos, o conceito de desenvolvimento sustentável, elaborado a partir do Relatório Brundtland (1991, p. 46-7) passa a ser: "[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades". Porém, o que se tem no relatório em relação ao desenvolvimento sustentável é o crescimento econômico e progresso técnico travestido da ideia de desenvolvimento (FOLADORI, 1999a), cuja dimensão social, nos termos de Foladori (1999b; 2000b), é alijada a dimensão técnica.

Aragón (2013, p. 242), afirma que "[...] o desafio consiste em encontrar modelos que atendam às três condições simultaneamente²²; não pode uma condição ser alcançada à custa da limitação das outras duas". O termo desenvolvimento sustentável adquiriu múltiplos discursos (FERNANDES, 2003; FERNANDES; GUERRA, 2006) e é utilizado amplamente conforme Santos Júnior (2006, p. 39):

Acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, existem dois pontos a ser considerados. Em primeiro lugar, de fato se torna vazio quando utilizado apenas como mais uma definição política de impacto mas vazia de sentido. Qualquer expressão utilizada amplamente tende ao desgaste de seu significado. Em segundo lugar, é preciso considerar que o conceito político amplo para o progresso econômico e social visa a uma meta que integra o objetivo de chegar a pontos de maior abrangência e efeito.

Neste sentido, Leff (2003), aponta que a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável se transformaram em um jogo de estratégias. Esses conceitos, no entendimento de Leff (2010, p. 45), se transformam em "estratégias de poder ou estratégias políticas". Pode-se dizer que Paula (2013, p. 332-333), corrobora nesta perspectiva ao destacar que a definição de desenvolvimento sustentável bem como a de democracia "acabaram banalizadas, confusas, desprovidas das substâncias que definem suas diferentes formas de materialização concreta".

Toda essa trajetória de discussões em torno do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável colaborou, conforme Batista (2010), dentre outras, com a criação instrumentos

²² Socialmente incluído, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo.

com objetivos de garantir a sustentabilidade ambiental, um deles é a criação de unidades de conservação onde, conforme Cardoso (2015, p. 131):

Nesse sentido, no campo das UC, os extrativistas, em especial os seringueiros, tiveram uma conquista política propondo a criação de Reservas Extrativistas como instrumento para conservar os recursos, garantir suas formas de existência e de organização política.

No entanto, o que se observa é que a criação de unidades de conservação não foi acompanhada por políticas públicas nas três esferas governamentais. Exemplo disso é a Reserva Extrativista Chico Mendes conforme, apontada por Paula (2013) onde, segundo o autor, mesmo que tenham ocorrido mudanças em relação ao desenvolvimento, a insustentabilidade política, econômica, ambiental e social não foi superada na região. De acordo com Simonian (2005) e Cardoso (2015), tomando como exemplo as RESEX do bioma Amazônia, os problemas enfrentados nas Reservas do referido bioma são os mesmos ou se intensificaram. Segundo Silva et al. (2013), são muitos os problemas tais como capital social reduzido, déficit de saneamento básico e problemas de saúde e educação. Freitas; Florentino e Souza (2015)²³ ainda afirmam:

Com base no depoimento dos entrevistados, nota-se que os moradores estão muito insatisfeitos com a forma que vem sendo tratados pelos gestores, a exemplo da falta de compromisso, ausências de visitas periódicas, programas e projetos que os diferencie de animal irracional selvagem e/ou domesticado que vive com muita dificuldade em espaço limitado à sobrevivência. Estamos falando de atores humanos que pensam e sentem das mais distintas necessidades tanto quanto aqueles que trabalham em escritórios luxuosos despachando decisões arbitrárias sem ao menos consultar e conhecer a verdadeira realidade dos povos tradicionais que residem em meio às florestas tropicais, a mercê da fome, frio, doenças e animais selvagens.

As políticas de comando e controle da forma como vem sendo aplicadas implicam na mudança de atitude de cada indivíduo da REAJ, fazendo com que os moradores passem a pensar como fazendeiros e não mais como seringueiros que apostaram imensuravelmente conquistar o sonho da proteção e apoio do Estado.

O estágio que se encontram as unidades de conservação de uso sustentável (Reservas Extrativistas) pode ser denominado de UCs que promovem pobreza e estimula agressão a natureza. É importante salientar que teoricamente o estatuto e as leis asseguram lindas maquetes dos moradores vivendo em nível elevado de qualidade de vida e plena harmonia com os recursos ambientais, porém, com base nas constatações em campo fomos levados a acreditar que este estudo debateu Reservas Extrativistas de uso (in) sustentável (FREITAS; FLORENTINO; SOUZA, 2015, p.18).

Há de se destacar que, apesar de, diferentemente do modelo norte-americano de implantação de áreas protegidas, foi instituído no Brasil não somente o grupo uso indireto mas também o

²³ Objetivo do artigo dos autores foi avaliar os resultados das intervenções públicas no período de duas décadas na Reserva Extrativista do Alto Juruá – REAJ (AC), considerando o modelo de gerenciamento implementado pelo Estado nas UC da Amazônia Brasileira.

de uso sustentável. Este por sua vez, conforme disposto no SNUC, permite a permanência e participação das populações tradicionais em seus territórios. Porém, essas áreas, conforme apontado por Aragón (2013), Ferreira et al., (2006), Silva et al., (2013) e Simonian; Pinto e Campos (2007), são palcos de conflitos em virtude da pouca eficiência na gestão das UC e assim estão sujeitas a "invasões", configurando-se, nesta lógica, como UC apenas no papel.

Esse tipo de conflito está diretamente ligado às fragilidades institucionais na gestão e planejamento continuado e co-participativo dessas áreas bem como a insuficiência de recursos humanos e financeiros para realização de atividades como fiscalização e pesquisa que, conforme apontado por Vianna (2008) e Dumith (2014), são problemas comuns nas UC de uso sustentável. Um grande exemplo dessa fragilidade na gestão das UC é a ausência de plano de manejo na maioria dessas áreas. Uma vez que o plano de manejo é um instrumento de planejamento e gestão das unidades de conservação, a ausência deste tem causado conflitos no que diz respeito ao planejamento e gestão das UC.

A partir de Brasil (2000, Art. 2º, XVII), entende-se por plano de manejo:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

A levar-se em conta que o plano de manejo deve ser elaborado, conforme Brasil (2000, Art. 27, §3º), "[...] no prazo de cinco anos a partir da data da criação da unidade de conservação", o que se observa, porém, é que muitas UC ainda não tem essa importante ferramenta de planejamento e gestão. Exemplo disso são as UC do bioma Amazônia, conforme apontado por Batista (2010), Batista e Simonian (2013), Cirilo (2013), Gomes (2007), Pinheiro (2014), Santos Junior (2006) e Silva et al. (2013) cujo estudos apontam a inexistência do plano de manejo nas UC. Assim sendo, este é o primeiro ponto de possíveis conflitos de gestão nas UC.

Outra questão importante, ainda relacionada aos instrumentos do Estado na garantia da sustentabilidade, é o Conselho Deliberativo, no caso das UC de uso sustentável. Silva et al. (2013), ao contrário do que ocorre com o Plano de Manejo, o Conselho Deliberativo encontra-se formalizado na maioria das unidades de conservação. O que se observa, porém, é que muitas das vezes esses conselhos restringem sua existência apenas ao papel. Uma parcela significativa da população não participa das reuniões do conselho ou essas reuniões quase nunca acontecem.

Com a finalidade de garantir a participação da população local, conselho gestor que por sua vez pode ser consultivo ou deliberativo. Contribui para gerir a unidade de conservação seja ela de proteção integral ou uso sustentável. Porém, o que muito se observa, assim como ocorre com o plano de manejo das UC é a pouca efetividade deste instrumento no que diz respeito às ações de gestão.

Conforme Cunha e Loureiro (2009) e Silva et al. (2013), mais importante que se ter um conselho formalmente criado, é necessário que este não seja apenas um conselho de papel. É fundamental que, de fato, exista com reuniões regulares para garantir a participação da comunidade de uma forma geral para lidar com a gestão da UC bem como é importante que seja bem estruturado na sua composição. De acordo com Cardozo et al., (2012) e Silva et al., (2013), foram constituídos conselhos deliberativos nas UC ultrapassando as metas esperadas (em quantidade).

Portanto, conforme mencionado, nem sempre ou quase nunca podemos comemorar a criação dos Conselhos Gestores nas UC por estarem muitas das vezes sem atividades e isso implica diretamente na gestão das UC bem como na participação das populações locais. De acordo com Silva et al., (2013), os conselhos são importante instrumentos de gestão das UC para a garantia do previsto no SNUC. Esse instrumento é fundamental na implementação de políticas públicas e na garantia da participação das comunidades para decidir as estratégias de gestão da UC.

Para Bordenave (1994), a participação é fator fundamental para que os atores sociais encontrem soluções para possíveis conflitos vivenciados nas UC uma vez que permite o diálogo contínuo. Porém, para que haja a participação é necessário que os atores sociais estejam envolvidos nos debates referentes a gestão em UC. É nesta direção que surgem os conselhos gestores que, segundo Gohn (2001), é nesse espaço que são tomadas as decisões e, por vezes, estas se tornam políticas públicas; é um espaço de debate constante.

As RESEX surgem com a finalidade de gerar desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, no entanto, a criação de UC, de uma forma geral, é caracterizada por conflitos sociais, ambientais e econômicos. Tais conflitos ocorrem sobretudo em razão de instrumentos inadequados ou pouco eficientes para atender às populações residentes na UC bem como no entorno dessas áreas. Conforme Medeiros (2006, p. 60),

No entanto, apenas a existência dos instrumentos, do sistema e das instituições responsáveis não garante sua efetividade ou eficiência. Para tal, mecanismos mais sólidos e perenes de planejamento e financiamento se fazem necessários. A falta de planejamento de longo prazo e o aporte de recursos têm sido os principais gargalos na consolidação das áreas protegidas brasileiras. Boa parte deste problema advém da

fraca tradição brasileira de estabelecer políticas e/ou planos de ação que sejam capazes de trabalhar com cenários desejados, porém realistas, no planejamento desta questão.

Logo, destaca-se que, apesar do aumento significativo do número de UC bem como instrumentos do Estado e dos atores sociais para regulamentar o uso dessas áreas, tais como o SNUC, o Plano de Manejo, o Conselho Gestor, a associação de moradores, a associação de pescadores, o STTR, a Colônia de Pescadores, dentre outros, ainda é possível observar problemas referentes ao manejo, gestão e uso sustentável dessas áreas.

Conforme exposto anteriormente, as unidades de conservação no Brasil são criadas diferentemente do modelo norte-americano surgido em 1872, com o *Yellowstone*, uma vez que o diferencial está na manutenção de populações tradicionais nessas áreas. De acordo com Diegues (2001), é necessário ter uma política em que seja considerado o saber tradicional das populações locais. Logo, a proposta dessas áreas é a criação de um espaço onde a população possa participar ativamente para que sejam garantidos os objetivos propostos no SNUC.

Por sua vez, uma das normas propostas no referido sistema é a garantia da sustentabilidade, como exposto anteriormente, que deve ir muito além do viés econômico; deve atentar para questões socioambientais e fundiárias. Porém, ao recorrermos à literatura existente em relação às UC, podemos inferir que há muitos conflitos sejam eles de ordem sociais, ambientais, econômicos e/ou até políticos. Esses são os principais impasses para a garantia da sustentabilidade nas UC.

Do ponto de vista econômico, as Reservas Extrativistas ainda se encontram distantes dos conceitos de sustentabilidade, conforme Allegretti (2008), por falta de opção econômica, a população tradicional se vê, muitas das vezes sem opção e buscam solucionar essa problemática optando, por exemplo, pela prática da pecuária extensiva. Para alguns autores como Anderson (1994), Cavalcante (2002) e Homma (1989) a atividade extrativista não é um modelo econômico viável para a região amazônica por conta da instabilidade e forte concorrência de outros produtos. Anderson (1994) aponta que as populações extrativistas estão sujeitas a prática exploratória por conta de existirem vários intermediários na comercialização dos produtos extrativistas.

Autores como Allegretti (1989) e Fearnside (1989), entendem que o extrativismo possui vantagens sociais e ambientais frente ao desmatamento. De acordo com Allegretti (2008, p. 55):

Ao mudar a forma de exploração - como acontece nas Reservas Extrativistas - permanecem os recursos extrativistas florestais, o que demonstra que não é o

extrativismo que inviabiliza o desenvolvimento da floresta, mas sim a maneira como as pessoas se organizam para explorá-lo.

Em relação à RESEX de Soure, Santos Junior (2006), aponta que a criação desta, por exemplo, não alterou de forma significativa a vida da população local no que diz respeito ao quesito socioeconômico. Esta unidade de conservação ainda possui problemas graves como a falta de abastecimento de água potável e isso impacta diretamente na questão socioeconômica. Ainda em relação à referida RESEX, Cardoso (2015), afirma que a maior dificuldade da população local, que se utiliza a pesca para subsistência é a política de desenvolvimento para a região que não apresenta uma visão endógena e isso influencia, de forma negativa, diretamente na vida da população local.

Dumith (2014), aponta que os entraves que dificultam a garantia da sustentabilidade são diversos na RESEX Canavieiras, na Bahia (criada em 2006), como por exemplo moradia, saúde, educação e energia elétrica. Na pesquisa, a referida autora, alega que a administração municipal, por exemplo, entende que como não se pode tributar uma população que vive dentro de uma UC logo não deve oferecer estrutura básica para esta. Além disso, conflitos entre as instituições e atores sociais são frequentes nessa UC ficando impossível por em prática ações sustentáveis para a referida Reserva Extrativista.

Depreende-se disto que, apesar de terem sido criadas dentro de um contexto de sustentabilidade, as UC no Brasil ainda se mostram pouco eficazes na garantia desta. Conforme literatura apresentada, problemas como pouca eficiência dos instrumentos de gestão e de garantia da participação da comunidade tradicional bem como problemas de conflitos territoriais e degradação ambiental são comuns nessas áreas. Isto sem contar com a fragilidade econômica em que essas populações se encontram; não tendo muitas vezes saída para a comercialização dos produtos de origem extrativista.

É fato que a criação de UC no país contribuiu sobremaneira para a contenção do desflorestamento e perda da cobertura vegetal bem como a redução da biodiversidade. Porém também contribuiu no surgimento e intensificação de conflitos sociais, econômicos, culturais e étnicos (BATISTA; SIMONIAN, 2013; SIMONIAN, 2015; SILVA, 2007; SILVA, 2015; SILVA). De acordo com Rebia (2015), o Estado brasileiro não tem gerenciado de forma eficiente e com a devida atenção as UC.

Conforme consta no Boletim Informativo nº 7²⁴, os atores sociais apontam as ações do Estado como sendo contrárias à sustentabilidade e modo de produção da população tradicional. Ainda de acordo com o referido documento, a política ambiental enquadra essa população como usuários, moradores de UC, subordinados, assentados e tutelados pelo Estado. Tal reconhecimento ou não reconhecimento desses povos, ainda segundo o documento citado, pode gerar opressão e/ou conflitos sociais e ambientais.

Essa sustentabilidade pautou-se, sobretudo, porque conforme Cardoso (2015), o modelo de desenvolvimento norteou-se apenas na preocupação conservacionista vinculada à problemática ambiental universal e não nas especificidades do povo amazônico. Isto posto, para que se tenha a garantia da sustentabilidade é necessário levar em conta as particularidades do espaço social do “povo da floresta”. Já que como enfatiza Acsegrad (2004, p. 288) “[...] as lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente, lutas por sentidos culturais”. São lutas para manutenção e reorganização desse campo (BOURDIEU, 1996).

2.2 O Marajó, o Município de Breves e suas Reservas: uma breve retomada histórica, econômica e social

A ilha do Marajó é a maior ilha fluviomarina do mundo e está localizada na foz do rio Amazonas. Possui mais de 50 mil km², que estão distribuídos em áreas conhecidas como Marajó dos Campos, a oriente e o Marajó das Florestas, a ocidente. O Marajó dos Campos é composto pelos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras e Muaná. Já o Marajó das Florestas é formado pelos municípios de Afuá, Gurupá, Anajás, Portel, Melgaço, Breves, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista.

A partir do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM, 2007), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) a seguir, é possível verificar as principais características do Arquipélago do Marajó:

²⁴ Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais no Arquipélago do Marajó. Direitos Territoriais (Agosto, 2014).

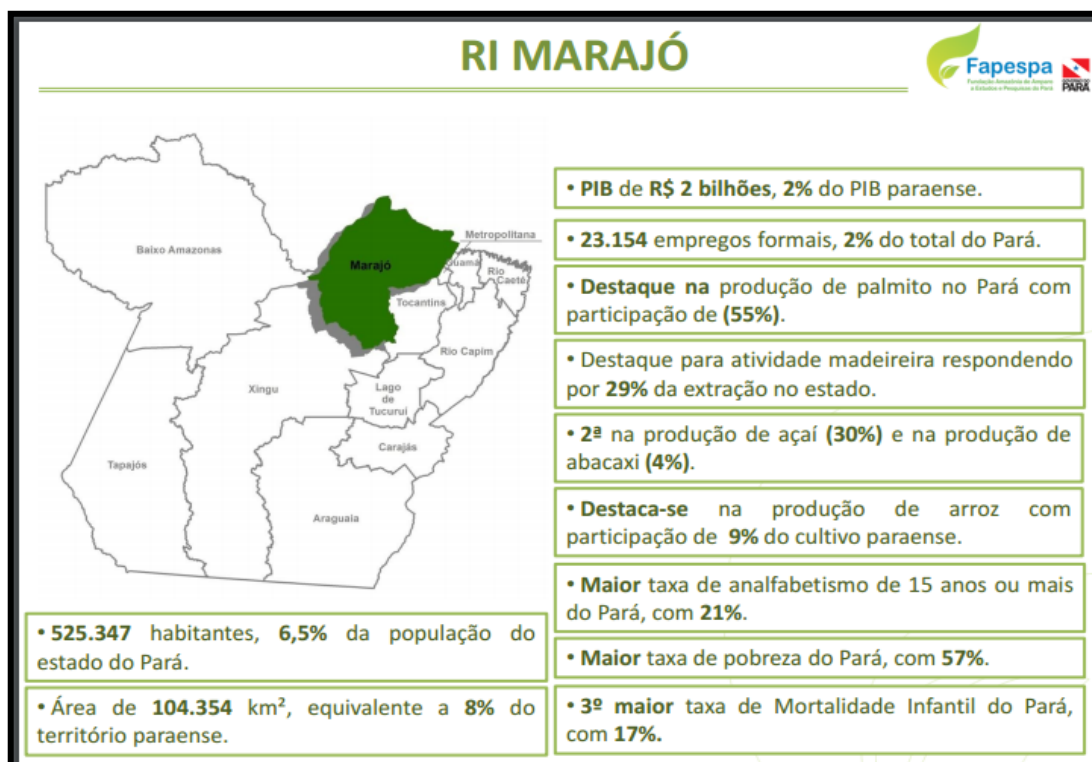
Quadro 1 - Características físico-naturais do Arquipélago do Marajó

Clima	Geologia	Geomorfologia	Solos	Hidrografia	Vegetação	Fauna
A classificação climática da região, segundo Köppen, é do tipo Ami, cujo regime pluviométrico anual define uma estação seca, porém com total pluviométrico suficiente para manter este período, não caracterizando déficit hídrico. A subdivisão climática da região, segundo a classificação bioclimática da Amazônia de Bagnoul e Gaussen, caracteriza-a como sub-região eutermáxérica que compreende um clima equatorial com temperatura média do mês mais frio superior a 20 °C e temperatura	A formação geológica da região data do período quaternário e é composta pela unidade dos aluviões. Os aluviões são coberturas sedimentares recentes, compreendendo depósitos aluviais inconsolidados de variada granulometria, que formam a ampla planície aluvial do Amazonas, na região da Ilha do Marajó, Caviana, Mexiana e Ilha Grande de Gurupá. A estrutura geológica local é composta pelo Arco de Gurupá, que se estende entre os Cratons Guianês e Guaporé e sob a ilha Grande de Gurupá, com	A distribuição das formas de relevo da região é marcada por uma brusca interrupção da planície de aluviões holocênicas da calha do Amazonas, logo abaixo da foz do Xingu. A montante desta área corre o rio Amazonas em extensa planície, que está em pleno processo de colmatação, por mecanismos muito específicos daquele rio. A jusante, a sedimentação mais significativa já foi feita quase totalmente. Ocorre então uma nítida separação entre	Nas áreas de várzea são encontrados os solos hidromórficos de tipo Gley (húmicos e pouco húmicos), desenvolvidos sobre sedimentos recentes do quaternário, em geral ácidos e com textura argilosa. Estes solos apresentam um horizonte superficial em torno de 25 a 30 cm, com alta porcentagem de matéria orgânica, sobre uma camada mineral originária de material sedimentar. A fertilidade dos solos de várzea concentra-se na sua camada superficial, devido basicamente a dois mecanismos: o primeiro refere-se à liberação de nutrientes pela matéria orgânica oriunda da decomposição de material vegetal florestal; o segundo é devido à deposição sobre o solo de substâncias minerais e orgânicas em suspensão nas águas barrentas do rio	A hidrografia da região é caracterizada por uma intrincada rede de drenagem formada por emaranhado de canais recentes, paleocanais, furos, baías, paranás, meandros abandonado, lagos e igarapés, marcando um complexo em evolução, onde se destacam os rios Amazonas, Pará, Anapu, Jacundá e Anajás, com seus inúmeros afluentes. O movimento sazonal e diário das águas é o principal elemento definidor da paisagem da região, onde se	A população da área de estudo convive essencialmente com quatro tipos de ecossistemas: a várzea, o igapó, a terra firme e os campos naturais. A formação vegetal da terra firme é caracterizada como Floresta Ombrófila Densa (Floresta Pluvial Tropical). As principais espécies são a maçaranduba (<i>Manilkara huberi</i>), o breu (<i>Protium spp.</i>), o louro (<i>Ocotea spp.</i>), a sucupira (<i>Vatairea sericea</i>), e a castanheira (<i>Bertholletia excelsa</i>), dentre outras. Observa-se que a floresta de terra firme é composta por árvores cuja madeira é caracterizada como “madeira de lei”, com poucas palmeiras, e não apresenta um estrato arbustivo tal qual o observado nas florestas de várzea. Estas são encontradas principalmente nas inúmeras ilhas do estuário e às margens do Rio Amazonas e Pará, sendo caracterizada como Floresta Ombrófila Densa Aluvial Latifoliada. São áreas alagadas periodicamente, apresentando cobertura	Dentre os animais, chamam mais a atenção a onça pintada (<i>Felis onca</i>), a suçuarana (<i>Felis concolor</i>), os maracajás (<i>Felis wiedii</i>), os gatos mouriscos (<i>Herpailurus yagouarundi</i>), a raposa da mata (<i>Pseudolopex gymnocercua</i>), o jupará (<i>Potos flavus</i>), a anta (<i>Tapirus terrestris</i>), o quati (<i>Nasua nasua</i>) e o guaxinim (<i>Procyon cancrivorus</i>). Os peixes são também outra grande riqueza do arquipélago, sendo os mais conhecidos o tucunaré (<i>Cichla ocellaris</i>), o piraquê ou peixe-elétrico (<i>Gymnotus electricus</i>), a pescada (<i>Sciaena amazônica</i>), a piraíba (<i>Piratinga piraiba</i>), o pirarucu (<i>Arapaima gigas sp.</i>), as piranhas (<i>Serrasalmo sp.</i>), o candiru (<i>Vandellia cirrhosa</i>) e o tamuatá (<i>Callichthys sp.</i>). Entre os crustáceos foram identificadas espécies de

<p>média anual de 26°C. A precipitação anual é sempre maior que 2.000 mm. As estações são inexistentes ou pouco acentuadas. A amplitude térmica é muito fraca e os dias têm a mesma duração das noites. A umidade relativa do ar é alta (> 80%), com ausência total de período seco. Nesta região predomina o centro de massa de ar equatorial e surgem, também, bolsões de ar na foz do rio Amazonas.</p>	<p>direção geral NW. Destaca-se essa feição estrutural com direção geral do grupo Vila Nova e Gnaisse Tumucumaque.</p>	<p>duas feições geomorfológicas diferentes e bem identificadas. Estas duas feições são separadas pelo arco de Gurupá, que coincide sua posição com a separação entre duas formas de deposição. Isto é demonstrativo de que os altos estruturais continuaram sua movimentação até tempo geológico holocênico, apesar de os falhamentos da Fossa Marajoara, associados aos altos estruturais, terem sua datação correlacionada à reativação Wealdeniana.</p>	<p>Amazonas causada pela movimentação das marés. São estes dois mecanismos que mantêm elevada a fertilidade dos solos de várzea. Em terra firme, uma grande extensão da área é coberta por latossolo amarelo, encontrando-se também os podzóis e as lateritas hidromórficas. Estes solos originários do terciário são profundos, bem drenados, arenosos e com acidez elevada. A fertilidade destes solos é baixa, concentrando-se na sua camada superficial, apresentando uma variação de 10 a 15cm. Dadas as condições climáticas da região, as características físicas, químicas e biológicas destes solos fazem com que os mecanismos de erosão e de oxidação da matéria orgânica se processem rapidamente após a derrubada de sua cobertura vegetal, diminuindo assim a sua fertilidade.</p>	<p>destacam as várzeas e os igapós. Nestas áreas, a variação diária do nível da maré pode ultrapassar os três metros. A hidrografia regional tem importância vital, destacando-se seu aproveitamento econômico: a) como único meio de transporte e comunicação entre as cidades e vilas; b) como potencial pesqueiro; e c) como enriquecedor sedimentar das várzeas, através da ação dos rios de água barrenta.</p>	<p>arbórea destacando emergentes. Neste ambiente predominam espécies com madeira de grande valor econômico como a ucuúba (<i>Virola surinamensis</i>), a sumaúma (<i>Ceiba pentandra</i>), a andiroba (<i>Carapa guianensis</i>) e o açacu (<i>Hura crepitans</i>). Como fornecedoras de produtos não madeireiros destacam-se: a seringueira (<i>Hevea brasiliensis</i>), o açazeiro (<i>Euterpe oleracea</i>), o pracaxi (<i>Pentaclethra macroloba</i>), o buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>) e o taperebá (<i>Spondias lutea</i>). Nas áreas deprimidas que sofrem alagamento periódico encontram-se as <i>Formações Pioneiras</i>, representadas pelos campos naturais do leste da Ilha de Marajó, que são áreas destituídas de mata e que apresentam cobertura de gramíneas e outras herbáceas, além de árvores e palmeiras, formando pequenas “ilhas” de vegetação lenhosa e constituindo-se um ecossistema bastante complexo, em função das suas variadas condições edafoclimáticas.</p>	<p>caranguejos: aratu ou sarará (<i>Aratus pisonii</i>), caranguejo uça (<i>Ucides cordatus</i>) e o chamarés (<i>Uca sp.</i>); de camarão: camarão canela ou regional (<i>Macrobrachium amazonicum</i>); de siri: siri azul (<i>Callinectes sp.</i>); de isópode: turu (<i>Limnoria lignorum</i>). Dentre os moluscos destacam-se os caramujos e mexilhões, e dentre os peixes capturados durante o período da pesquisa, cita-se a tainha, o baiacu, a sardinha de gato, a branquinha, a sardinha, o matupiri, a pirapema, a arraia, o bagre, o camurim, o jandirá, o pacamun e a pescada branca. Outras espécies não capturadas podem estar associadas a sazonalidade, à eficiência de captura do petrecho de pesca e ao fotoperíodo.</p>
---	--	--	--	---	--	---

Fonte: Pará (2007).


Figura 3 - Características da Região de Integração (RI) do Marajó



Fonte: Pará (2016a).

Figura 4 - Características demográficas da Região de Integração (RI) do Marajó

DEMOGRAFIA



Estado/RI/ Município	População 2014	Taxa de Crescimento (%) 2010/2014	Até 18 anos (%) (2010)	De 19 a 59 anos (%) (2010)	Acima de 60 anos (%) (2010)
Pará	8.104.880	6,91	31,27	57,93	10,79
Marajó	(6,5%)525.347	7,87	48,89	45,10	6,01
Afuá	37.004	5,60	51,16	43,52	5,32
Anajás	27.051	9,26	52,89	42,16	4,95
Bagre	27.491	15,20	52,64	42,65	4,70
Breves	(19%)97.351	4,84	50,31	43,73	5,96
Cachoeira do Arari	22.100	8,11	41,70	50,16	8,13
Chaves	22.302	6,17	48,55	45,20	6,25
Curralinho	31.591	10,66	52,48	42,13	5,39
Gurupá	31.182	7,29	50,23	43,81	5,96
Melgaço	26.133	5,34	54,26	41,94	3,79
Muaná	37.314	9,09	45,10	48,79	6,12
Ponta de Pedras	28.601	10,01	43,01	50,06	6,93
Portel	(11%)57.205	9,65	53,83	41,26	4,91
Salvaterra	21.987	8,94	40,63	50,66	8,72
Santa Cruz do Arari	9.191	12,70	39,56	53,13	7,31
São Sebastião da Boa Vista	24.768	8,14	46,73	46,77	6,51
Soure	24.076	4,67	39,96	51,20	8,83

Fonte: IBGE – Estimativas Popacionais/Censo Demográfico 2010/ FAPESPA
Elaboração: FAPESPA

Fonte: Pará (2016a)

O município de Breves, localizado na região do Furo de Breves, na ilha do Marajó, está a 265 km da capital paraense no qual, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), possui uma população de 46.560 na área urbana enquanto que a área rural concentra um total de 46.300 habitantes; isso em uma área territorial de aproximadamente 9.550,454 km². Breves faz limite com os seguintes municípios: ao norte com Afuá e Anajás; ao sul estão Bagre e Melgaço; a leste estão Anajás, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista; e a oeste estão os municípios de Melgaço e Gurupá.

O território brevesense é composto por uma paisagem de rios, ilhas, estreito e furos, pertencente à Microrregião Furo de Breves que, por sua vez, tem quatro distritos: Breves, Antônio Lemos, Cumuru e São Miguel dos Macacos. Autores como Herrera (2003), Pinto (2008) e Renó, Renó e Santos (2010), apontam que o curso de água mais importante que banha o município é o rio Jacaré Grande, localizado na porção centro-norte e este se liga a vários outros furos e igarapés. O Jacaré Grande deságua no Canal do Vieira Grande, ao norte do município, e este rio se comunica com o rio Amazonas. Já ao sul, a Baía do Marajó é formada pela ligação entre os rios Pará e Tocantins.

De acordo com levantamento realizado Pacheco (2010), a Coroa Portuguesa adentrou a Amazônia Marajoara na primeira década do século XVII com receio de perder o território já antes navegados por franceses, ingleses, holandeses e irlandeses, os quais tinham estabelecido contato com os povos da floresta. Com a chegada dos portugueses, houve na região, ainda conforme o autor, confrontos entre a nação recém chegada e os indígenas no processo de conquista e resistência. Sabe-se que a ocupação do território marajoara foi marcada por um enfrentamento entre os portugueses e indígenas por um período de quase vinte anos onde, segundo o mesmo autor:

O labirinto de ilhas, os "Marajós", e seus habitantes cravados na foz do território a ser conquistado, não assistiram, passivamente, àquelas estranhas chegadas de gentes tão diferentes de suas visões humanas. Experientes em contato e guerras tribais anteriormente vividas, entre si e com outras nações, Aruãns, Sacacas, Marauanás, Caiás, Araris, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás entre outras [...], enfrentaram as armas portuguesas por quase 20 anos (PACHECO, 2010, p. 18).

Neste sentido, é possível perceber o quão violento foi o processo de ocupação das terras marajoaras com a finalidade de preparar o território para a etapa seguinte: a pacificação; tarefa que ficaria sob responsabilidade dos Missionários pois, para os portugueses, o caminho certo era por meio da religião. Após o período de conflitos intensos conseguiu-se um acordo

de paz no mês de agosto do ano de 1659 com chefe das sete nações Nheengaíbas²⁵ no rio Mapuá; local que ficou posteriormente conhecido como espaço rural de Breves.

De acordo com o autor supra citado, o padre Antônio Vieira deixou para as nações menos bravas, uma imagem do Santo Cristo para que fosse venerada e, no ano seguinte, ao voltar para o Rio Mapuá, os índios devolveram a imagem ao padre Vieira tendo-a venerado durante aquele ano que tiveram a imagem consigo. A partir de então, foi feito um tratado em 1659 que garantia a circulação dos portugueses pelos estreitos de Breves com dois objetivos: extração de riquezas e passagem para quem desejasse ir até Macapá ou Guiana Francesa. No entanto, este contato teve efeitos negativos para o povo marajoara como pobreza, escravização, extermínio de populações indígenas e perda, por exemplo, de território que refletem até hoje no cotidiano marajoara.

Na primeira metade do século XVIII, segundo Pinto (2008) e Renó; Renó e Santos (2010), os irmãos portugueses Manoel Fernandes Breves e Ângelo Fernandes Breves, se instalaram no Estreito Boiuçu, na Missão das Bocas; como era conhecido o município de Breves. A partir de então, em 19 de novembro de 1738, o Capitão General do Pará João de Abreu Castelo Branco concedeu a Manoel Fernandes Breves uma sesmaria. Essa doação foi confirmada pelo rei de Portugal em 1740 e então o local passou a se chamar Lugar de Santana dos Breves e também Engenho de Breves.

A localidade passou por algumas modificações de categoria²⁶ quando, segundo Pinto (2008) e IBGE (2011), em 1882, o local; que até então pertencia a Melgaço e, posteriormente Portel, foi elevado à categoria de Cidade por meio do Decreto Estadual nº4505 de 30 de dezembro de 1943. A partir de então, a Vila de Sant'Anna dos Breves passa a ser apresentada como município de Breves com os seguintes distritos: Breves, Antônio Lemos e Ituquara. Já a Lei Estadual n.º1122, de 10 de novembro de 1909, concedeu o foro de cidade à sede do município e, atualmente, o município é construído pelos seguintes distritos: Breves, Antônio Lemos, Curumu²⁷ e São Miguel dos Macacos.

A partir de autores como Martins; Schaan e Silva (2010) e Araújo; Melo e Pacheco (2015), pode-se inferir que a economia do látex se destacou no município de Breves nos anos de 1850 a 1960. No período que compreende os anos de 1970 a 1980, o grande destaque foi o cultivo e beneficiamento do arroz.

²⁵ Termo criado pelo padre agostiniano Salvador Aguirre devido a dificuldade dos idiomas das tribos que habitavam as ilhas. (AGUIRRE, 1992 apud PACHECO, 2010).

²⁶ Segundo Pinto (2008), em 30 de novembro de 1850 a localidade foi então elevada a categoria de Freguesia mudando o nome para Nossa Senhora de Santana dos Breves. Já em 1851, mudou para a categoria de Vila.

²⁷ A partir de IBGE (2011), pela Lei Estadual nº158, de 31 de dezembro de 1948, o Distrito de Ituquara passou a ser Cumuru e, a mesma Lei, criou o Distrito de São Miguel dos Macacos.

Em 1970, houve a ocupação de grandes grupos madeireiros sendo estes nacionais e internacionais. Apesar de mudanças no cenário econômico nos períodos de apogeu na economia, o município pouco se desenvolveu. Conforme Araújo; Melo e Pacheco (2015, p. 1261), no que se refere ao látex:

A economia gomífera foi muito mais que um mero arquétipo econômico. Socialmente falando ela modificou costumes, introduziu novos padrões de relação com a natureza e revelou novas formas de poder. Sobre tal questão as pesquisas mostram que a introdução do látex fez com que fosse gerada uma "febre pelo ouro negro" que levou inúmeros trabalhadores, de dentro e fora da região amazônica a embrenhar-se nas matas em busca da borracha.

E ainda a partir dos autores:

Em meio a esse quadro nada consolador para as décadas iniciais da Belle Époque nos Marajós, informações sobre o precário estado sanitário e o aparecimento e disseminação de doenças na região, acirram esse retrato de realidade. Constatase uma dispersão da patologia inicialmente na parte sul e nordeste do arquipélago nos dois primeiros anos da década de 1870, atingindo municípios como Breves, Gurupá, São Sebastião da Boa Vista, Melgaço, Salvaterra e Soure (ARAÚJO; MELO; PACHECO, 2015, p. 1265).

Desta maneira, não é difícil perceber as condições precárias vividas pela população no auge do período que movimentava a economia no Marajó. A epidemia a qual os autores fazem referência é a conhecida por "entorta"²⁸ responsável por reduzir drasticamente a população de Breves. Então, mesmo vivendo em um período de *boom* na economia, a população ficou às margens do desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Nos períodos seguintes, onde a economia teve grande destaque não se distanciaram dos resultados deixados pela economia do látex. Um exemplo disso é o que compreende os anos de 1970 a 1980 que, segundo Herrera (2003). Teve como economia marcante o beneficiamento e cultivo do arroz. Nessa mesma época, ainda segundo o autor, também se instalaram na região grandes grupos madeireiros e, com isso, a economia da região volta a ter destaque.

O principal polo madeireiro da região, conforme o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM, 2007), é a cidade de Breves onde a produção de madeira em tora equivale a 26% da produção do estado do Pará. Ainda segundo o documento supra citado, as espécies mais comercializadas no Marajó são: virola (*Virola surinamensis*), cedro (*Cedrela odorata*) e marupá (*Simarouba amara*). Essas espécies mais valiosas se encontram distantes da margem dos rios, desta forma, a derrubada da

²⁸ Conhecida popularmente por entorta em virtude da convulsão; sintoma mais nítido da doença.

madeira era feita em um período de inverno amazônico uma vez que os rios estão cheios e isso facilitava o transporte das toras.

Mas tal destaque e retorno financeiro parecem ficar apenas para as elites locais uma vez que o que se observa na região é uma presença “precária” do Estado, para garantir de fato, desenvolvimento social para a população. Conforme Herrera (2003, p. 41), no que diz respeito ao perfil da economia de Breves:

O perfil da estrutura produtiva é de agricultura de subsistência com pouca capacidade de inserção no mercado, devido à baixa produtividade, ausência de crédito para investimento em custeio e tecnologia. Além disso, as esferas de governo tem dificuldade de consolidar uma política agrícola para a região das ilhas.

No Marajó, segundo dados do IBGE (2010) e o Relatório Analítico do Território do Marajó (2012), há uma maior concentração da população em área rural sendo que apenas Breves, Salvaterra e Soure concentram um maior quantitativo populacional na área urbana. Conforme o relatório, as famílias marajoaras dependem dos programas sociais uma vez que a população se encontra em um alto grau de vulnerabilidade econômica e social. Portanto, programas sociais se mostram fundamentais na composição complementar da renda familiar.

Segundo dados do IBGE (2010), a população estimada no município de Breves para o ano de 2015 é de 98.231 e, desse quantitativo, a partir do que se observa no Relatório Analítico do Território do Marajó (2012), uma boa parcela da população vive em condições precárias de saúde, saneamento básico e educação. A saúde e saneamento básico, no que se refere ao documento, a água usada para consumo é a do rio, onde muitas das vezes, cuidados como tratamento da água não faz parte das práticas cotidianas das famílias. A relação com o rio não é apenas para atender às necessidades básicas (consumo, cozinhar, tomar banho e lavar roupas), nele também são despejados dejetos humanos, sendo assim, a consequência não poderia ser outra a não ser sérios danos à saúde.

No que consta no PDTSAM (2007), há elevada taxa de mortalidade uma vez que existe uma grande carência no que tange saneamento básico, por exemplo. Doenças parasitárias, malária e desnutrição são as principais causadoras da mortalidade infantil. Lamentavelmente a oferta hospitalar no Arquipélago é insuficiente para atender a demanda, pois possuem, com exceção de Soure, menos de 1,5 leitos para mil habitante.

Apesar de ter ocorrido um investimento, no ano de 2005, de R\$ 141.809.810,33 por meio do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS) bem como R\$ 27 milhões por parte do Ministério da Saúde para aquisição de medicamentos, viaturas, inseticidas e capacitação de pessoal (PDTSAM, 2007), houve um aumento de casos de malária no Arquipélago. Um fator

que contribui em grande parte para que isso ocorra é o alto índice de desmatamento que ocorre na região.

Segundo dados do Boletim Informativo nº 7 "Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais no Arquipélago do Marajó", o arquipélago possui vários problemas: perda dos recursos madeireiros, destruição de rios e igarapés, apropriação dos açazais, exploração da fauna, dentre outros citados no documento a partir de relatos da população tradicional. De acordo com o PDTSAM (2007), o município de Breves juntamente com Anajás, Bagre e Portel são responsáveis por 91% da extração madeireira. A partir de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2009), o arquipélago possui área desmatada de 3.315,00 km², o que equivale a 3,18% do território marajoara.

Figura 5 - Taxa de desmatamento na RI do Marajó

DESMATAMENTO			
Município	Área Km²	Desmatado 2013	(%)
Pará	1.247.780	255.250	21
Marajó	104.354	3.576	3
Afuá	8.382	29	0
Anajás	6.940	177	3
Bagre	4.403	205	5
Breves	9.572	540	6
Cachoeira do Arari	3.115	73	2
Chaves	13.116	96	1
Currálinho	3.626	202	6
Gurupá	8.550	110	1
Melgaço	6.781	159	2
Muaná	3.776	101	3
Ponta de Pedras	3.378	52	2
Portel	25.425	1.561	6
Salvaterra	1.048	113	11
Santa Cruz do Arari	1.078	0	0
São Sebastião da Boa Vista	1.636	124	8
Soure	3.528	35	1

Fonte: INPE/PRODES 2013
Elaboração: FAPESPA

Fonte: Pará (2016a)


De acordo com o monitoramento realizado pelo PRODES²⁹ no ano de 2014, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Arquipélago do Marajó³⁰, teve um percentual total de

²⁹ Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O PRODES conta com a colaboração do Ministério da Ciência, Tecnologia e

desmatamento de 4,92%, aumentando em 0,19% em relação ao ano de 2008. Esse mesmo monitoramento realizado nas UC localizadas no Arquipélago apontam que do ano de 2008 até o de 2014, houve um maior número de desmatamentos ocorridos em unidades de conservação do Marajó. Em 2014, as Reservas Extrativistas do Marajó estavam com os respectivos percentuais de desmatamento: Gurupá Melgaço, com 1,72%; Mapuá, com 3,49%; Soure, com 8,47% e Terra Grande Pracuúba, com 3,31% (PRODES, 2014).

Além disso, a RI do Marajó possui índice de renda e desigualdade muito elevadas, educação, saúde, saneamento e habitação. Conforme exposto nas figuras 5 a 9 a seguir:

Figura 6 – Percentual de renda e desigualdade na RI do Marajó

RENDA E DESIGUALDADE 						
Estado/RI/ Município	% de pobres (2000)	% de pobres (2010)	Índice de Gini (2000)	Índice de Gini (2010)	Razão 10% mais ricos / 40% mais pobres (2000)	Razão 10% mais ricos / 40% mais pobres (2010)
Pará	46,92	32,33	0,65	0,62	30,56	26,25
Marajó	67,16	57,06	0,56	0,58	20,28	28,36
Afuá	67,95	64,88	0,49	0,66	11,78	64,64
Anajás	62,75	62,02	0,56	0,62	18,66	28,98
Bagre	73,64	59,68	0,52	0,48	16,43	11,94
Breves	66,84	56,22	0,58	0,58	20,61	22,38
Cachoeira do Arari	72,31	54,40	0,74	0,60	48,36	32,82
Chaves	77,04	63,04	0,51	0,67	13,51	76,45
Curralinho	56,88	60,34	0,51	0,57	13,86	21,64
Gurupá	70,19	54,73	0,54	0,56	16,74	22,48
Melgaço	78,64	73,43	0,46	0,55	10,31	17,55
Muaná	65,17	52,07	0,56	0,56	17,98	18,81
Ponta de Pedras	65,93	52,26	0,58	0,61	21,23	29,77
Portel	69,01	60,55	0,66	0,64	35,46	40,72
Salvaterra	56,93	42,33	0,55	0,57	16,78	21,11
Santa Cruz do Arari	66,48	62,21	0,61	0,49	27,56	12,83
São Sebastião da Boa Vista	67,10	56,65	0,49	0,54	12,59	17,00
Soure	57,77	38,22	0,60	0,52	22,62	14,63

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013
Elaboração: FAPESPA

Fonte: Pará (2016a)

É possível observar, no município de Breves uma redução na taxa de pobres em mais de 10% na última década (de 66,84% em 2000 para 56,22% em 2010. Talvez em decorrência do acesso dessa população aos benefícios sociais concedidos pelo governo federal.

Inovação (MCTI), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

³⁰ A APA abrange 12 municípios: Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure. A APA foi criada a partir do Art. 13, §2º da Constituição do Estado do Pará, em 1989 (IDEFLOR, 2015).

Figura 7 - Taxa de analfabetismo da Região de Integração (RI) do Marajó

EDUCAÇÃO							
Estado/RI/ Município	Taxa de Analfabetismo 15 anos ou mais		IDEB 2013		Taxa de frequência líquida		% de pessoas com 25 anos ou mais com superior completo
	2000	2010	4ª Série / 5º Ano	8ª Série / 9º Ano	Ensino fundamental	Ensino médio	
Pará	16,77	11,74	3,8	3,4	91,33	31,01	6,21
Marajó	32,00	22,00	3,1	3,4	88,00	18,00	2,00
Afuá	43,61	28,88	2,7	2,9	86,68	13,84	2,3
Anajás	49,37	32,98	2,5	3,1	89,62	12	1,6
Bagre	34,2	23,98	3,3	4	81,15	16,41	1,21
Breves	35,78	24,74	2,9	3,5	89,13	15,84	2,97
Cachoeira do Arari	18,51	13,64	3,1	3,6	87,71	22,88	1,76
Chaves	37,11	27,07	2,9	3,7	75,6	5,27	1,43
Currálinho	32,28	21,6	2,6	3	92,66	9,54	2,6
Gurupá	35,05	24,82	2,8	3	87,31	15,53	1,27
Melgaço	41,91	36,68	2,7	3,7	82,73	4,16	2,04
Muaná	21,22	13,01	3,5	3,5	89,25	26,33	1,39
Ponta de Pedras	21,17	14,41	3,5	3,9	88,84	24,25	3,14
Portel	44,1	30,1	3,3	3,4	88,5	11,82	2,91
Salvaterra	11,84	9,04	3,4	3	96,46	28,35	3,23
Santa Cruz do Arari	21,48	11,54	3,7	3,1	89,88	23,01	1,63
São Sebastião da Boa Vista	21,05	15,71	3,3	3,4	90,16	20,55	1,51
Soure	13,11	9,42	3,6	3,4	90,94	35,32	4,76

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/ INEP
Elaboração: FAPESPA

Fonte: Pará (2016a).

Apesar da oferta de um ensino precário, houve uma redução de 11,04 na taxa de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais. Resta agora saber se esses resultados correspondem à realidade tendo em vista as condições de abandono nas escolas e o descaso com a educação na referida região.

Figura 8 – Quantidades de postos de saúde na RI do Marajó

SAÚDE 2014				
Estado/RI/ Município	Proporção de cobertura dos ACS	Proporção de cobertura das ESF	Postos e centros (por 10 mil hab.)	Leitos (por mil hab.)
Pará	82,2	48,9	2,4	2,2
Marajó	98,6	28,2	3,7	1,0
Afuá	100,0	9,6	3,2	0,8
Anajás	100,0	40,2	1,5	0,8
Bagre	99,6	40,8	1,5	0,0
Breves	100,0	25,5	3,2	1,8
Cachoeira do Arari	100,0	32,6	5,9	0,9
Chaves	100,0	16,0	8,5	0,4
Currálinho	100,0	34,7	2,2	0,8
Gurupá	100,0	34,5	7,4	0,8
Melgaço	100,0	27,2	3,1	0,6
Muaná	100,0	0,0	2,9	0,7
Ponta de Pedras	100,0	0,0	1,7	0,7
Portel	81,5	6,4	3,1	0,5
Salvaterra	96,1	82,4	5,9	0,9
Santa Cruz do Arari	100,0	0,0	3,3	1,6
São Sebastião da Boa Vista	100,0	87,4	4,8	1,3
Soure	100,0	14,7	3,7	2,0

Fonte: DAB/DATASUS/IBGE/FAPESPA
Elaboração: FAPESPA

Fonte: Pará (2016a).

O número de leitos disponíveis por mil habitantes no Brasil está aquém da orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os últimos levantamentos, datados de 2009, mostram que a oferta corresponde a uma média de 2,4 leitos por mil habitantes ou 2,1 para 1000 no Sistema Único de Saúde (SUS) e 2,6 para mil entre os beneficiários de planos de saúde. O índice faz parte do Painel Saúde em Números, relatório semestral elaborada pela Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHP).

O índice preconizado pela OMS é de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes. Países como Japão e Alemanha, por exemplo, tem média de 13,7 e 8,2 leitos para 1000 habitantes respectivamente. Nos EUA a média é de 3 leitos para mil habitantes. O levantamento mostra que o Brasil também se mantém abaixo em termos de número médio de leitos por hospitais, com 71 leitos por hospital ante 161 nos EUA e 119 no Japão. O Painel Saúde em Números da ANAHP consolida em um único documento dados de diversas fontes tais como Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), IBGE, OMS e Sistema Integrado de Indicadores Hospitalares ANAHP (SINHA).

Figura 9 - Percentual de saneamento e habitação da RI do Marajó

SANEAMENTO E HABITAÇÃO 2010					
Estado/RI/ Município	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) (2010)	Percentual de domicílios com água encanada (2010)	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) (2010)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (2010)	Percentual de Moradias Adequadas (2010)
Pará	48	85	71	85	89
Marajó	38	52	40	52	86
Afuá	26	27	30	27	90
Anajás	8	21	36	21	82
Bagre	40	43	38	43	77
Breves	35	46	54	46	86
Cachoeira do Arari	30	77	33	77	92
Chaves	15	28	14	28	83
Currálinho	22	34	31	34	86
Gurupá	35	39	36	39	92
Melgaço	11	22	24	22	80
Muaná	44	51	43	51	81
Ponta de Pedras	50	67	41	67	95
Portel	21	63	47	63	72
Salvaterra	79	96	37	96	82
Santa Cruz do Arari	82	85	64	85	99
São Sebastião da Boa Vista	29	37	42	37	87
Soure	76	90	76	90	89

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/IBGE- Censo Demográfico 2010
Elaboração: FAPESPA

Fonte: Pará (2016a).

Os dados não representam a realidade da RESEX pois a mesma é desprovida dos serviços apresentados na figura 9 como abastecimento de água encanada, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Até mesmo no município de Breves é possível notar essa carência na questão do saneamento e habitação.

Figura 10 - IDHM da RI do Marajó




Tabela 28 – IDHM e dimensões

Estado / Município	2000				2010			
	IDHM	IDHME	IDHML	IDHMR	IDHM	IDHME	IDHML	IDHMR
Pará	0,518	0,725	0,319	0,601	0,646	0,789	0,528	0,646
RI Marajó	0,382	0,163	0,702	0,485	0,524	0,357	0,773	0,522
Afuá	0,33	0,108	0,711	0,468	0,489	0,311	0,774	0,485
Anajás	0,307	0,081	0,711	0,502	0,484	0,29	0,774	0,506
Bagre	0,33	0,127	0,669	0,424	0,471	0,28	0,777	0,481
Breves	0,372	0,148	0,706	0,491	0,503	0,312	0,778	0,524
Cachoeira do Arari	0,301	0,102	0,661	0,406	0,473	0,303	0,779	0,449
Chaves	0,289	0,077	0,711	0,442	0,453	0,234	0,769	0,516
Curralinho	0,323	0,103	0,655	0,498	0,502	0,323	0,769	0,508
Gurupá	0,349	0,127	0,716	0,469	0,509	0,333	0,777	0,51
Melgaço	0,26	0,065	0,665	0,406	0,418	0,207	0,776	0,454
Muaná	0,35	0,124	0,711	0,487	0,547	0,391	0,775	0,54
Ponta de Pedras	0,444	0,252	0,711	0,488	0,562	0,412	0,773	0,558
Portel	0,359	0,129	0,714	0,503	0,483	0,286	0,767	0,513
Salvaterra	0,478	0,286	0,745	0,514	0,608	0,488	0,793	0,58
Santa Cruz do Arari	0,393	0,192	0,665	0,477	0,557	0,461	0,775	0,483
São Sebastião da Boa Vista	0,422	0,232	0,714	0,453	0,558	0,439	0,76	0,52
Soare	0,513	0,351	0,721	0,535	0,615	0,525	0,76	0,583

Fonte: Pará (2016b).

O arquipélago possui quatro RESEX, uma Floresta Nacional (FLONA), um Parque Estadual, uma Reserva Ecológica e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) conforme quadro a seguir:

Quadro 2 - Unidades de Conservação no arquipélago do Marajó

Unidade de Conservação	Área / Município
Reserva Extrativista Mapuá Decreto de 20 de maio de 2005	94.763 ha. / Município de Breves
Reserva Extrativista Marinha de Soare Decreto de 22 de novembro de 2001	27.463 ha/ Município de Soare
Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço Decreto de 30 de novembro de 2006	145.297 ha. / Municípios de Gurupá e Melgaço
Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba Decreto de 05 de junho de 2006	184.917 ha. / Municípios de Curralinho e São Sebastião da Boa Vista
FLONA Caxiuanã Decreto nº 239 de 28 de novembro de 1961	200.000 ha. / Município de Melgaço
Parque Estadual Charapacu Decreto nº 2.592 de 09 de dezembro de 2010	65.181,94 ha. / Município de Afuá
Reserva Ecológica Mata do Bacurizal Reserva Ecológica Lago do Caraparu Lei nº 109 de 19 de junho de 1987	235 ha. / Município de Salvaterra
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itapupã Baquiá Decreto de 14 de junho de 2005	64.735 ha. / Município de Gurupá

Fonte: ICMBIO (2015), Marin e Teles (2015), SEMAS (2015). Com Adaptação da autora (2015).

Conforme apontado por Marin (2015), as UC são criadas no Marajó com o objetivo de preservação da floresta e contenção do desmatamento e devastação, todavia não tem contribuído eficientemente com a melhoria da vida dos povos e comunidades tradicionais. Conforme Cardoso (2015, p. 131), é certo que a criação das RESEX foi uma "conquista política dos seringueiros como instrumento para conservar os recursos, garantir suas formas de existência e de organização política", porém, o que se vê de ordem prática nas UC são os mesmos problemas existentes antes da institucionalização destas, ou seja, os problemas atuais são os mesmos existentes na origem, na criação das UC no Brasil.

Os problemas estão relacionados, na maioria das vezes, a conflitos socioambientais existentes nas UC. Nesta linha, para Acsehrad (2004) os conflitos ambientais envolvem grupos sociais que possuem diferentes visões acerca da apropriação, uso e significação do território. De acordo com Little (2001, p. 1959), "[...] podemos definir os conflitos socioambientais como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural". Para o referido autor, são três as tipologias dos conflitos socioambientais: conflitos que envolvem controle dos recursos naturais; os impactos advindos da ação humana e natural; e aqueles que envolvem o uso dos conhecimentos ambientais.

Dessa maneira, segundo o referido autor, há particularidades dentro de cada um desses três tipos de conflito e estas envolvem atores sociais específico para cada um. Dentro do conflito por controle dos recursos naturais, o autor aponta que o meio natural só se torna recurso quando é definido como tal para determinado grupo de atores sociais. Já o segundo tipo de conflito, definido pelo autor, diz respeito à intervenção humana sobre o meio natural com a finalidade de desenvolvimento econômico gera muitas das vezes impactos irreversíveis. O terceiro está relacionado ao conhecimento ambiental que está ligado ao controle formal dos conhecimentos ambientais.

Na perspectiva de Little (2001, p. 2139),

No Brasil, por exemplo, o setor ambiental governamental cresceu marcadamente nos últimos dez anos com a criação do IBAMA, o estabelecimento do Ministério do Meio Ambiente e a captação de milhões de dólares em recursos financeiros externos. Paralelamente, houve uma série de novas leis e códigos ambientais, sendo a Lei de Crimes Ambientais uma das mais importantes. Apesar dessas novas responsabilidades ambientais, o Estado é uma entidade contraditória porque representa, mesmo que de forma desigual e diferenciada, os interesses divergentes de sua sociedade. Muitas vezes, agências governamentais entram em conflito porque cada uma promove os diferentes interesses de distintos segmentos da sociedade brasileira.

Desta maneira, Little (2001), aponta que os conflitos socioambientais envolvem, além da base material, disputas semióticas e discursivas. Essa temática, para o autor, abordada a partir da resolução de conflitos por meio de políticas públicas, porém é mais prudente falar em tratamento dos conflitos socioambientais e não na resolução destes. Conforme Acselrad (2004), os conflitos ocorrem quando envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território e desta maneira, os conflitos socioambientais envolvem relações de disputa entre grupos ou atores sociais em torno dos recursos naturais.

Nesse sentido, a criação das UC, que vieram para solucionar conflitos de ordem ambiental; com leis específicas para a preservação dos recursos naturais, ou social; com políticas de regularização fundiária. Na maioria das vezes ainda apresenta os mesmos problemas antes da sua criação. Conforme Boletim Informativo nº 7, é possível perceber os principais problemas a partir de relatos das populações tradicionais que vivem nas RESEX ou Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEX) do Arquipélago do Marajó. Dentre os problemas citados está a falta de autonomia e conflitos entre gestores e população local.

A visão assistencialista pode ser facilmente percebida, neste documento, a partir de alguns relatos. O exemplo disso é que há relato de um extrativista da RESEX Mapuá o qual aponta que há muitos projetos para a Reserva Extrativista, mas, de ordem prática, vê-se projetos pontuais e descontínuos. De acordo com o que consta no relato os moradores de Mapuá estão sem opção econômica e, pelo que parece, devem apenas depender do Estado para ter alguma renda familiar. Nesse sentido, Marin e Teles (2015), apontam, a partir dos relatos dos atores sociais, que as ações do Estado se mostram contrárias à sustentabilidade e modos de produzir da população local.

Esses conflitos também são vivenciados nas demais Reservas Extrativistas do Marajó onde os discursos sustentáveis e os projetos se mostram pouco eficazes e distantes do modo de vida da população local. Como, por exemplo, a RESEX de Soure que enfrenta problemas em relação a proprietários de terras que impedem, de certa forma, o ir e vir das populações tradicionais (CARDOSO, 2015; SANTOS JUNIOR, 2006). De modo geral, a partir dos relatos expostos no Boletim Informativo nº 7, os problemas estão ligados à perda de autonomia da população tradicional e a ineficiência de diálogo e de instrumentos do Estado em relação às populações tradicionais.

Nestes termos, conforme Simonian (2007b) é de suma importância atentar para o monitoramento dessas UC no intuito de verificar se estão de fato caminhando para a conservação socioambiental conforme proposto por lei. Apesar dos discursos de sustentabilidade, o que se tem nas UC, bem como, nas Reservas Extrativistas do Arquipélago

é um antigo modelo de exploração dos recursos naturais. De acordo com Leff (2010), ainda não se conseguiu por em prática as atitudes sustentáveis, o que se tem, na verdade, em muitos dos casos, é uma lógica contrária a essas atitudes.

3 INSTRUMENTOS NA PROMOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO DA RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ

3.1 A RESEX Mapuá: uma memória (ainda) não institucionalizada

De acordo com Pinto (2008), o processo de ocupação do rio Mapuá ocorreu a partir da vinda dos índios Mapuás que, por sua vez, seriam originários do que hoje é o estado do Amapá. Conforme o mesmo autor bem como os dados empíricos obtidos durante a pesquisa de campo, vestígios dessa época ainda estão presentes no cemitério indígena localizado na comunidade Vila Amélia (Fotografia 1). Além da referida comunidade, pesquisa realizada por Kern (2008) em relação aos sítios arqueológicos³¹ no Alto Mapuá³², revelou que há quatro sítios arqueológicos e um cemitério indígena na região.

Fotografia 1 - Urna funerária localizada no cemitério indígena, Vila Amélia.



Foto: Vanessa Amaral (30/07/2015).

³¹ “Os sítios arqueológicos podem ser classificados pelos tipos de vestígios arqueológicos encontrados (cerâmico, lítico, conchas, ossos, etc), por sua posição na paisagem (sítios a céu aberto, sob abrigo, etc), por sua funcionalidade (habitação, cemitério, cerimonial, etc), por seu contexto de deposição (em superfície, em profundidade), pelas estruturas presentes e assim por diante. Os sítios podem ainda ser classificados com relação ao período de ocupação. São denominados de sítios Pré-Coloniais aqueles que pertencem ao período anterior à chegada dos europeus nas Américas, e sítios Históricos aqueles locais habitados após o início da colonização até os dias de hoje” (MARTINS; SCHAAN; SILVA, 2010, p. 106).

³² A partir da comunidade Canta Galo até a comunidade do Lago do Jacaré (Mapa 2).

Esses vestígios estão também presentes em outras regiões da área, como por exemplo, na comunidade Vila Amélia. Lamentavelmente o que se observa é o processo contínuo de deterioração desses registros arqueológicos. De acordo com Martins, Schaan e Silva (2010), esses sítios ainda não estão registrados junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No cemitério indígena da comunidade de Vila Amélia, por exemplo, foi construída uma pequena capela (Fotografia 2) e boa parte do cemitério indígena sofreu danos irreversíveis.

Fotografia 2 - Capela construída sobre o cemitério indígena, Vila Amélia.



Foto: Vanessa Amaral (30/07/2015).

A comunidade Nossa Senhora das Graças, conhecida por Vila Amélia, se destaca pela presença de um cemitério indígena aos arredores e sob a igreja de alvenaria. A construção desta causou sérias avarias ao sítio arqueológico. Segundo o líder comunitário durante a entrevista realizada em julho de 2015, tal cemitério foi descoberto há mais ou menos cinco anos (em 2010). São urnas funerárias típicas de civilizações indígenas. Essas urnas ficam visíveis por conta das intempéries bem como quando o terreno é roçado (Fotografia 1).

Ainda de acordo com o líder comunitário, algumas pessoas visitaram o local e criticaram a construção da igreja. Essas pessoas, segundo o comunitário, seriam arqueólogos que filmaram e fotografaram o cemitério indígena. Estes disseram que voltariam, mas até

então não houve nenhum retorno e, dia após dia, os registros arqueológicos da RESEX Mapuá estão desaparecendo.

Após o processo de ocupação de Mapuá pelos indígenas, houve a colonização. Conforme Schaan (2009) e Pacheco (2010), após negociação de 1659 do padre Antônio Vieira com o cacique Piyé Mapuá³³, foi liberado o tráfego de canoas pelo estreito de Breves e do arquipélago como um todo. Com isso foi possível a apropriação das terras indígenas. Este processo foi marcado por violenta ocupação e colonização da região.

Segundo os depoimentos obtidos durante as entrevistas junto à população local foi possível identificar que as terras antigamente pertenciam às pessoas que tinham se estabelecido no local há muitos anos. Essas pessoas eram descendentes dos nativos bem como dos europeus no período colonial. Com a exploração da borracha, muitos trabalhadores e comerciantes (alguns vindo da região nordeste do país) se deslocaram para o rio Mapuá.

Os comerciantes mantiveram práticas de aviamento³⁴ onde os trabalhadores entregavam toda a produção em troca de mercadorias manufaturadas. No entanto, a produção dos trabalhadores nunca era suficiente para pagar toda a mercadoria necessária para manter a família e com isso vinham as dívidas. Após algum período o trabalhador era obrigado a quitar a dívida que ocorria pela entrega das suas propriedades.

E foi assim que os primeiros proprietários, chamados de *patrões* (seringalistas), conseguiram concentrar grandes terras na região do Rio Mapuá. Essa região foi ocupada por Fernando Alves, no rio Aramã. Após a morte deste, o filho dele vendeu as terras para Sebastião Felix³⁵, também morador do mesmo rio. Este, por sua vez, deu continuidade ao mesmo processo de comércio na região.

De acordo com um morador do rio Mapuá, os *patrões* eram Constantino Félix e Antônio Joaquim onde um comandava o Alto Mapuá e o outro o Baixo Mapuá. Nesse período, a produção da borracha era a principal atividade produtiva, mas o trabalhador também exercia atividade de roça de mandioca. Essa produção era para consumo da família, porém, parte do que produziam deveria ser entregue aos *patrões*. De acordo com o relato de um morador:

Antes de ser reserva era comandada pelos patrões no tempo da borracha. Antes era só borracha e farinha a produção. Então o camarada trabalhava e tinha que vender só

³³ Representante das nações Nheengáibas.

³⁴ Baseado no endividamento prévio e contínuo do seringueiro com o patrão.

³⁵ Oriundo de uma tradicional família de Breves, os supostos antigos proprietários das terras na região do rio Mapuá (DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DAS COMUNIDADES DO RIO MAPUÁ, s.d).

pros patrões. Se vendesse pra outro era punido (F. G., comunidade Bom Jesus, entrevista realizada em junho de 2015). (informação verbal).

Nos relatos dos comunitários é possível perceber o medo que dominava a população na época dos *patrões* até recentemente, antes da criação da RESEX. Nos depoimentos foram citados casos de agressões físicas quando o trabalhador vendia a mercadoria para outro *patrão* ou quando a produção não era suficiente. Nesses termos, o cenário que se tinha e que durou por muito tempo foi o sistema de dependência total dos trabalhadores aos *patrões* sendo caracterizada, inclusive, como uma relação de semisservidão corroboram com isso Herrera (2003), Pinto (2008), Renó; Renó e Santos (2010).

Logo, eram predominantes as cenas de violência cometidas pelos *patrões* contra os seringueiros e assim se mantinha, conforme Allegretti (2002). De acordo com a autora, após a queda dos preços da borracha, houve uma reorganização no modo de produção e vida das populações dentro dessas áreas. Conforme a referida autora (p. 135):

Neste modelo ficaram melhor explicitados os dois componentes principais do seringal: a unidade produtiva, formada pelas colocações, e a unidade de comercialização, formada pelo barracão, assim como as relações sociais centrais entre seringalistas, ou patrões, que fornecem os bens necessários à produção e à subsistência e que exercem o monopólio sobre o acesso aos recursos e ao mercado, e os seringueiros ou fregueses, que produzem a borracha e também os meios de vida necessários à subsistência.

Assim, desenvolveu-se na região, o processo de ocupação em busca de melhores condições de vida. Porém, os trabalhadores que migraram para a área se depararam com uma realidade muito diferente da que foi prometida, principalmente porque tiveram de se submeter ao sistema de exploração, pois toda a produção pertencia aos donos das terras.

O extrativismo vegetal no rio Mapuá seguiu a mesma lógica de outras regiões amazônicas com a extração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e o transporte deste até o barracão em um sistema de aviamento. Conforme apontado por Herrera (2003) essa extração se deu desde o final do século XIX e se estendeu até metade do século XX na região. De acordo com Pinto (2008), o extrativismo vegetal sempre esteve presente na região, primeiramente com a extração do látex e posteriormente com a exploração do açaí (*Euterpe oleracea*), palmito e madeira.

Nestes termos, verifica-se a partir de Pinto (2008) que com a chegada dos trabalhadores que migraram para a região houve a necessidade de intensificação da agricultura local com a retirada de grande parte da floresta nativa para a produção de milho (*Zea mays*) e mandioca (*Manihot esculenta*). O açaí (*Euterpe oleracea*) já estava presente no

cotidiano das famílias ribeirinhas e os trabalhadores que migraram para a região se adequaram ao consumo do fruto que hoje em dia ainda é alimento básico para a grande maioria das famílias residentes em Mapuá.

No final dos anos de 1960, a economia da borracha foi substituída pela extração da madeira. De acordo com alguns relatos obtidos em campo, os *patrões* não quiseram mais trabalhar com a borracha, pois verificaram que a madeira dava maior retorno financeiro. De acordo com um morador, Sebastião Félix vendeu as terras para uma firma japonesa. A firma japonesa a qual o entrevistado se refere seria a Santana Madeireira³⁶, empresa que industrializava os produtos madeireiros. Ainda de acordo com o relato do morador, mesmo com a venda das terras para a Santana Madeireira, a família Félix não se afastou completamente do local.

Eles continuavam controlando os trabalhadores, pois fiscalizavam o trabalho destes para com a empresa madeireira. Nos períodos de chuvas menos intensas quando era difícil escoar as toras de madeira pelos rios, os trabalhadores se viam obrigados a produzir outros produtos florestais para vendê-los aos Félix. Com a falência da empresa madeireira, os Félix voltaram a dominar a área do rio Mapuá. A família Félix era amiga dos proprietários da Santana Madeireira e fizeram um acordo de tirar a produção para pagar o arrendamento para a empresa. Os trabalhadores do rio Mapuá afirmam que, na realidade, as terras nunca deixaram de ser dos Félix e chegou o momento em que as pessoas estavam passando muita fome e não tinham opção de vender a produção para outros a não ser para os Félix que pagavam pouco pelos produtos florestais.

De acordo com relatos de um ex-líder sindical em relação aos *patrões*:

Na verdade eles não moravam lá. Moravam fora, mas dominavam. Tinha uns ribeirinhos lá que eram intimidados porque eles e acabavam aceitando todas as ordens deles (dos *patrões*). Toda a produção tinha que entregar. Então tinha na área o grupo [...], aquele cartório de Belém... tinha uma área lá no Aramã. O engraçado é que o grupo [...] nunca veio aí. Aí tinha uma área grande lá que é o açaiçal. Os moradores lá limpavam o açaiçal e quando tava já pra produzir ele vendia pro pessoal. Já chegava a equipe lá pra cortar o palmito e o pessoal de lá não podia fazer nada (A. M., ex-líder sindical de Breves, entrevista realizada em janeiro de 2016). (informação verbal).

Percebe-se então que os trabalhadores que moravam na área que hoje é a RESEX viviam em um sistema de injusto de venda dos produtos florestais e eram totalmente controlados pelos

³⁶ Fundada no ano de 1970 com a denominação Superfine Madeira Ltda. que, posteriormente, foi transformada em S.A. Entre 1975-1978 a empresa implantou uma fábrica de lambril na ilha de Santana, e, com isso, mudou o nome para Santana Madeireira. A empresa possuía sede em Belém, mas tinha filias em Macapá e São Paulo. (DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DAS COMUNIDADES DO RIO MAPUÁ, s. d.).

patrões, que algumas vezes mudaram-se os "donos", mas a exploração continuou igual ou pior.

A partir dos dados coletados em campo foi possível perceber também que esse controle atingia os moradores locais quando estes precisavam ir a Breves, por exemplo. Não podiam deixar o local para se descolar até a cidade conforme aponta o seguinte relato:

Antes eles colocavam cabos de aço no Mapuá. Era mais no Mapuá do que no Aramã porque lá a população e produção era muito grande. Na década de 80 foi a última vez que estavam produzindo borracha. Era uma faixa de 30 toneladas por mês aí o regatão ou outro pra entrar e comprar borracha não entrava lá não que os Félix não deixava (A.M., ex-líder sindical de Breves, entrevista realizada em janeiro de 2016). (informação verbal).

Durante uma conversa informal, um morador relatou à pesquisadora a existência dos cabos de aço na cabeceira do rio Mapuá³⁷. Segundo este ninguém passava ou entrava na área, pois era controlado e vigiado pelos *patrões*. Quando uma pessoa precisava sair de Mapuá para ir a cidade em busca de tratamento médico ou por qualquer outro motivo, quando permitiam que o trabalhador saísse, antes este sofria agressões físicas para que, segundo o relato, nunca mais voltasse a pedir para sair da área.

Segundo o ex-líder sindical, a única pessoa que ele tem conhecimento de ter adentrado a área nessa época é um tio dele, conforme a seguir:

Isso aconteceu até com um tio meu que era regatão. Foi entrar lá e os caras chamaram ele. Perguntaram o que ele ia fazer lá. Mas ele entrou lá pelo um seguinte: os Félix era muito amigo do ex-deputado, que já até morreu...o Américo Brasil³⁸, que era famoso aqui nessa região e aí esse meu tio - a esposa do Américo Brasil era parente dele - aí falaram: olha você não entra aqui. E ele: Tá mas eu vou falar lá com o deputado aí ele contou a história. Os Félix: Ah, então entre. O único que entrou lá. Mas era isso. A vida lá era assim (A. M., ex-líder sindical de Breves, entrevista realizada em janeiro de 2016). (informação verbal).

De acordo com o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental das Comunidades do Rio Mapuá [2003?], foi necessário que o então prefeito Gervásio Bandeira Ferreira (no segundo mandato)³⁹ e o STTR/ Breves intervissem na relação de exploração e pobreza extrema que vinha ocorrendo no local. Isso ocorria não apenas no Rio Mapuá, mas sim em toda a região que compreende hoje a área da RESEX. Com a intervenção houve melhorias significativas na

³⁷ Extraído a partir da conversa com o sr. J. G. onde foram feitas anotações no caderno de campo. Conversa realizada no dia 21 de junho de 2015.

³⁸ Ex-deputado e ex-prefeito de Breves no período de 1939 a 1942.

³⁹ Foi prefeito por dois mandatos (1983-1988 e 1997-2000) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

região, uma vez que a população já não passava mais tanta necessidade, conseguiam ir a cidade (Breves) em busca de tratamento médico, por exemplo.

Segundo depoimento de um morador, a empresa Santana Madeireira voltou no ano de 1999, porém, com outro nome: Ecomapuá Conservação Ltda⁴⁰. A empresa, conforme os relatos passou a realizar reuniões junto às comunidades para convencê-los no apoio da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável Particular que iria atuar em um regime de concessão governamental por um período de 100 anos (HERRERA, 2003; MAGALHÃES, 2014; PINTO, 2008; RENÓ, RENÓ; SANTOS, 2010). Portanto, a "liberdade" conquistada a partir do ex-prefeito de Breves juntamente com o STTR ficou comprometida, pois a empresa passou a proibir a extração de madeira e palmito.

Isto posto, o STTR Breves, precisou intervir, e segundo o relato do ex-líder sindical do STTR Breves:

Exatamente no ano de 2000 teve um conflito agrário com a madeireira Ecomapuá que antes era Madeira Santana e o proprietário vendeu pro chinês chamado Lapichã aí o chinês colocou várias regas lá que impossibilitava os moradores lá da área a fazer as suas atividades que estavam acostumados a fazer. Aí gerou um conflito e a partir daí o sindicato entrou [...] tentando resolver o problema aí foi feita várias reuniões nas comunidades aí chegamos a conclusão que para resolver o problema teríamos que criar uma unidade de conservação. Aí depois a gente passou a discutir o modelo de unidade; se seria o PAEX, RDS ou se seria uma RESEX. Bom, todo mundo concordou que seria uma RESEX também porque a área lá era mais apropriada pro modelo de regularização. Então a partir daí a gente começou a trabalhar; a pegar as assinaturas. A gente pegou várias assinaturas lá e enviamos, na época era o CNPT, que era um, digamos assim, um braço do IBAMA que cuidava dessa parte de regularização fundiária dentro do IBAMA. E a gente solicitou a criação de unidade de conservação no modelo RESEX e a gente procurou também um apoio aí da prefeitura, dos órgão aí (EMATER) muitos desses órgãos aí que assinaram dizendo que eram favorável a essa criação e o CNPT mandou os técnico fazer a vistoria e achou viável a proposta. Então no dia 20 de maio de 2005 aí eu estive, fui convidado pra estar presente na assinatura do Decreto de criação da RESEX. Então foi dia 20 de maio de 2005 no Palácio do Planalto, eu estive lá, quando o presidente Lula assinou o Decreto (A. M., ex-líder sindical de Breves, entrevista realizada em janeiro de 2016). (informação verbal).

De acordo com o ex-líder sindical bem como o relato de alguns moradores, esta iniciativa foi crucial para que a população se tornasse livre dos *patrões* que comandavam os rios Mapuá e Aramã. Os referidos patrões, ainda segundo o relato do ex-líder sindical, dominavam mais o rio Mapuá por este concentrar maior número de trabalhadores bem como recursos naturais. Após o Decreto de 20 de maio de 2005, alguns desses patrões ainda tentaram resistir para recuperar as terras que diziam ser deles, de acordo com o relato:

⁴⁰ A proposta da empresa era transformar área de 98.000 ha com projetos de conservação da biodiversidade, de manejo florestal e sequestro de carbono (DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DAS COMUNIDADES DO RIO MAPUÁ, [2003?])

Eles quiseram [resistir]. Alguns vinham pra delegacia. Teve um lá do Aramã, o cidadão dizia que era dono lá mandou chamar na delegacia seis intimados. Aí eu fui lá com eles lá. Aliás eles me ligaram e disseram que não tinham como vim. Aí eu disse: vem um só. Aí veio só o que é irmão do Galo, o Nato. E o cara lá [patrão] com advogado. Aí chegou querendo identidade do cara e mostrei o Decreto. Aí começaram a pegar os depoimentos e aí o escrivão tava pegando os depoimento e o delegado passou lá e perguntou pelos outros cinco e eu disse que não tinham ido, só tinha um. Ele ainda quis tirar barato perguntando se eu era advogado deles e eu disse que era apenas uma liderança sindical. Aí eu falei que os moradores não vinham mais por intimação por terra porque eles tem o Decreto, agora a questão não é mais com os moradores, tem que procurar o INCRA. Aí ele foi embora e depois voltou pedindo uma cópia do Decreto. Eu digo "olha, pega mas a questão é que vocês tem que procurar o INCRA. O ribeirinho está lá não tem mais nada a ver com isso. Se vocês realmente for os proprietário o INCRA vai indenizar vocês". **Mas não teve jeito pra eles porque o documento que eles tinham era só de cartório e cartório não regulariza terra.** Eles não mandaram intimidar mais, mas a princípio era assim; delegacia. O delegado dizia "olha, se não sair eu vou mandar prender e tal". Mas depois, como ele viu que não ia dar certo... não dava mais certo ele fazer aquela intimidação como antes, quando o ribeirinho não tinha como se defender. Antigamente eles eram intimados e tinham que vim pra cidade, mas não tinham nem recurso porque só tinham dinheiro se o patrão desse. Aí depois desistiram. [Grifo da autora] (A. M., ex-líder sindical de Breves, entrevista realizada em janeiro de 2016). (informação verbal).

E ainda:

Então com a questão da RESEX foi mudando essa história. A gente começou a dizer "olha, agora vocês é que são os responsáveis por cada lote. O lote de vocês são vocês que mandam. Não tem mais que pagar porcentagem, não tem mais que receber ordem de patrão. A produção vocês vendem pra quem quiser, pra quem pagar melhor e, a partir de agora vocês são libertos, agora tem que cumprir algumas regras". E hoje, tá com 10 anos, a gente percebe uma mudança muito grande pra melhor tanto economicamente quanto ambientalmente. Melhorou muito porque ali no Mapuá era uma terra muito esquecida e aí quando cria um projeto desse de organização os governo gosta de investir (A. M., ex-líder sindical de Breves, entrevista realizada em janeiro de 2016). (informação verbal).

Em vista disso, na visão do ex-líder sindical, a criação da RESEX melhorou bastante a vida dos moradores locais, pois estes não vivem mais conforme as regras ditadas pelos *patrões*. Segundo ele, ainda não melhorou como deveria, mas já houve uma grande mudança. Antes da criação da RESEX, ainda segundo o entrevistado, as pessoas não tinham nem documento de identidade, por exemplo, com os documentos em mãos, os moradores locais conseguiram ter acesso às políticas públicas, pois passaram a existir, passaram a não ser mais um povo esquecido, um povo invisível.

Segundo depoimentos, o maior receio dos moradores locais era relacionado à questão fundiária uma vez que a proposta da empresa era atuar por um período de 100 anos, a partir de então, houve a articulação entre os atores sociais e o STTR de Breves. Enquanto algumas resistiram em aceitar o direito de propriedade da Ecomapuá, outras comunidades queriam

discutir propostas de "desenvolvimento sustentável" que possivelmente, segundo os atores, poderiam inserir a área em uma nova dinâmica econômica.

Diante desse cenário, o que prevaleceu foi a ação contra os interesses da empresa, assim, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Breves (STTR / BREVES) apoiado pela prefeitura municipal de Breves, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) e Colônia de Pescadores Z 62 de Breves mobilizaram-se.

No dia 25 de novembro de 2002, o STTR / Breves protocolou junto ao IBAMA⁴¹ o ofício nº 078 que solicitava a vistoria técnica no local, com o objetivo de propor a criação de uma Reserva Extrativista. Conforme Magalhães (2014), Pinto (2008) e Renó, Renó e Santos (2010), este ofício contava com a assinatura do presidente do STTR / Breves e dos 395 moradores da área.

Ainda segundo os autores supracitados, além desse procedimento junto ao IBAMA, foram anexados outros documentos para fortalecer argumentos em prol da criação da RESEX Mapuá. Esses documentos continham a declaração de apoio de dos órgãos supracitados para a criação da UC. Assim, a RESEX Mapuá foi criada por meio do Decreto de 20 de Maio de 2005, com uma área total de 94.463, 93 hectares (Anexo A).

3.2 Decreto 20 de maio de 2005 que cria a Reserva Extrativista Mapuá, no Marajó: uma análise crítica

Conforme citado anteriormente, a RESEX Mapuá foi criada a partir da “demanda da população local”⁴² frente aos interesses da Empresa Ecomapuá Ltda. Inclusive, esta realizou algumas reuniões com os moradores para tratar da proposta de transformar a área em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável Particular. A intenção da empresa conforme Magalhães (2014), Pinto (2008) e Renó, Renó, Santos (2010) era de atuar na área em um sistema de concessão de uso por um período de cem anos.

Já o Conselho Deliberativo (CD) foi criado somente em 2008 por meio da Portaria nº. 39 de 25 de junho de 2008 (Anexo C). Seu objetivo principal seria o de gerir a UC em

⁴¹ A razão do ofício ter sido protocolado no IBAMA se dá em virtude do mesmo, na época (em 2002), ser o responsável pelas unidades de conservação no país. Com a publicação da medida provisória da Presidência da República nº 366/2007, mais tarde promulgada sob a Lei nº 11.516/2007, a gestão de todas as UC Federais deixam de ser responsabilidade do IBAMA e passam a ser geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

⁴² “Demanda da população local” está entre aspas, pois dialogando o que diz Bourdieu há um *illusio* (intencionalidade/interesse) como a crença nesse "jogo", que todos estão e participam desse jogo; é a construção de uma ficção, de que coletivamente e consensualmente respeitam as regras e os projetos são para o bem de todos, quando são uma disputa/luta de um campo (BOURDIEU, 1996, 2001a), dos atores locais.

questão. Segundo BRASIL (Art. 2º, 2008), o CD da RESEX Mapuá é composto pelas seguintes representações:

- I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO;
 - II - Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA;
 - III - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;
 - IV - Câmara Municipal de Breves;
 - V - 13ª. Unidade Regional de Educação – URE;
 - VI - Secretaria Municipal de Recursos Hídricos e Agricultura – SEMARHA;
 - VII - 9º. Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará;
 - VIII - Secretaria Municipal de Educação – SEMED;
 - IX - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTRAS;
 - X - Comunidade Santa Rita de Cássia;
 - XI - Comunidade Vila Amélia;
 - XII - Comunidade Santíssima Trindade;
 - XIII - Comunidade São Benedito do Aramã;
 - XIV - Comunidade São Sebastião do Mapuá Miri;
 - XV - Comunidade Bom Jesus;
 - XVI - Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Socó;
 - XVII - Comunidade São Sebastião do Canta Galo;
 - XVIII - Comunidade Assembléia de Deus;
 - XIX - Comunidade Santa Maria;
 - XX - Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré;
 - XXI - Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;
 - XXII - Comunidade São Benedito do Mapuá;
 - XXIII - Associação dos Moradores da RESEX Mapuá – AMOREMA;
 - XXIV - Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Lago do Jacaré; e
 - XXV - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Breves
- (BRASIL, Art. 2º., 2008).

Apesar da importância da criação do CD, Magalhães (2014) revela que o Conselho ficou sem atuação por dois anos e retomou as atividades somente no dia 17 de maio de 2014. Isto não poderia ocorrer por ser, conforme Brasil (2000), o CD, uma ferramenta importante de gestão das UC:

A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Segundo o analista do ICMBIO,

O Conselho tem a obrigação de se reunir duas vezes por ano. Ano passado foram realizadas [...] ele pode se reunir extraordinariamente quantas vezes forem necessárias de acordo com a situação em que se apresenta, mas neste ano de 2016 a gente pretende fazer um número maior de reuniões considerando o acúmulo de atividades que a gente pretende resolver este ano. Mas tem muita coisa que não depende exclusivamente do gestor ou do ICMBIO, depende exclusivamente do Conselho Deliberativo porque o Conselho reúne não só os atores sociais que vivem na área, mas outras entidades como a própria UFPA, a Secretaria de Educação, a Polícia Militar, vários órgãos que não é fácil você reunir com eles, não é todo o tempo. Então a gente precisa reunir mais porque o próprio plano de manejo

madeireiro que a gente está em processo de elaboração vai ter que ter o aval do conselho. Então é um instrumento bastante significativo e a gente tem o objetivo de deixar bem ativo, de ser dada a importância das demandas que a gente tem a resolver (M. S., analista do ICMBIO, entrevista realizada em janeiro de 2016). (informação verbal).

O discurso do analista expressa um vício muito comum dos representantes do campo burocrático (o analista é um membro de comissões, com discurso a falar por esse campo) (BOURDIEU, 1975): “[...] um dos problemas dos membros de comissões, sejam eles quais forem, é se convencer e convencer que não falam somente por si mesmos, mas falam em nome de uma instância superior a definir e fazer existir” e “essa comissão é mandatada pelo Estado e a regressão rumo aos mandantes não vão mais longe disso” (BOURDIEU, 2014, p. 81). Isto é, tenta mostrar que o problema é relacional, contudo tem de ser resolvido no CD da RESEX Mapuá. O campo burocrático (o Estado) passa a ser um mero mediador dos conflitos, mecanismo ou instrumento do Estado para promoção da sustentabilidade.

Ainda de acordo com o analista do ICMBIO bem como os relatos obtidos em campo, os principais problemas na RESEX são a violência, a carência de um sistema educacional e de saúde. Em conformidade com o apontado pelo referido analista em relação às principais reivindicações nas reuniões do CD estão:

Nas falas que a gente observa são mais na área social. Hoje, por exemplo, a questão da violência que é uma situação grave que se apresenta pra eles e que tem sido relatava pra nós. Essa violência ocorre de algumas práticas como o uso do álcool, comercialização de drogas de pessoas que saem da cidade para fazer a comercialização de drogas nessas áreas não só no Mapuá, mas em várias localidades onde tem uma população de juventude muito grande. Então essa questão da violência é muito relatada com a gente. Além da violência, demandas em relação à questão de saúde; a falta de postos de saúde inclusive em algumas localidades é preocupante. Já na área educacional nem tanto porque eles estabelecem uma relação mais direta com a prefeitura. Não a contento, mas eles conseguem encaminhar situações de reivindicações isso falando da área social. Já as demandas do ponto de vista econômico são essas que a gente tá conversando aqui que é o fortalecimento da sua base produtiva a partir dos produtos de destaque como é a questão da madeira e do açai visando exatamente o fortalecimento da sua base produtiva então eles tem as demandas que são demandas reivindicatórias na área social, mas também apresentam demandas que envolvem já o processo de emancipação econômica deles que é o processo do fortalecimento da cooperativa (M. S., analista do ICMBIO, entrevista realizada em janeiro de 2016). (informação verbal).

Nesta direção, a Vila Amélia, que é uma comunidade composta por 60 famílias, sofre com problemas já citados anteriormente: sistema de saúde e educação precários e violência entre os comunitários. Esse conflito, segundo o relato de alguns moradores da comunidade se dão por conta da invasão dos terrenos dos vizinhos e parentes para a extração de palmito e madeira. Conforme observado em campo, esses conflitos não estão presentes apenas na

comunidade supracitada, mas sim, é um problema geral que atinge a grande maioria das comunidades⁴³.

Isso vem fortalecer o que Arce et al., (2014): espaço que contém recursos naturais, há dimensões sociais importantes a considerar como a questão de moradia e sobrevivência (LITTLE, 2001), no qual essas

[...] disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com o seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos (LITTLE, 2001, p. 107).

Essas disputas (conflitos) seriam, em síntese, a disputa pelo controle e a apropriação dos benefícios materiais e/ou produtos simbólicos (BOURDIEU, 1989), uma luta política (BOURDIEU, 2000a; 2000b), mas conexa a um sistema de códigos, discursos e práticas (*habitus*) (BOURDIEU, 1986) que são as lógicas "atores locais".

Conflitos que advém, sobretudo, com a criação do Plano de Utilização da RESEX Mapuá, que foi construído com a participação dos comunitários da Reserva, no período de 18 de junho a 17 de agosto de 2008, no qual busca

[...] a sustentabilidade econômica, ambiental e social da RESEX Mapuá, pois da maneira como vinham sendo utilizados, de forma predatória, os recursos no futuro ficariam muito mais difíceis, então, busca-se a sustentabilidade para manter os recursos no futuro focando nos **quatro pilares da RESEX: terra, produção, organização comunitária e respeito ao meio ambiente**. Espera-se que traga dias melhores, que traga benefícios para as comunidades, que melhore para os filhos e netos, com regras que servem para todos, para continuar e aumentar as caças e os peixes e outros recursos. (Plano de Utilização da RESEX Mapuá, grifo nosso).

Plano esse que se configura muito distante da realidade, por exemplo, na comunidade Vila Amélia, no qual há um quadro de violência significativo relacionado ao consumo excessivo de álcool bem como os conflitos agrários. Este último bem frequente nas outras duas comunidades estudadas (Bom Jesus e Lago do Socó), conforme apontado no relato do ex-líder sindical:

[...] agora tem o Plano de Uso. Tá tudo escrito os conflito, como resolver e se o infrator permanecer nesse conflito ele pode ser excluído da RESEX, então no Aramã aconteceu isso. O cara deu um tiro dentro do ouvido do outro por conflito... cartucheira 20. Ali no Cumaru foi demais triste... foi o conflito da mãe com o filho de lá do lote e essa mãe...falou três vezes com o pessoal da AMOREMA e não teve

⁴³ A partir dos dados coletados em campo durante a visita exploratória (no período de 17 a 20 de junho de 2015) foi possível perceber, nos depoimentos dos moradores locais que o maior motivo de conflito entre estes é a invasão de terrenos bem como desentendimentos desencadeados pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

providência agora ela se matou, se enforcou. Conflito. Bastava chegar num acordo...O Plano de Uso depois de aprovado vira lei. Mas aí aconteceu. E lá em cima [no Alto Mapuá]...teve um outro conflito lá e já entravam no lote da mulher com motosserra e tudo. Crime da mata, tiraram o lote da mulher e foi um cunhado dela. Ela veio comigo e a gente foi lá com o pessoal lá da associação. Depois eu fui lá no ICMBIO e não tinha ninguém, no IBAMA e não tinha ninguém, Secretaria de Meio Ambiente de Breves e disseram que não tinha recurso, no Ministério Público e disseram pra eu ir pra delegacia. Aí na delegacia falaram que esse negócio era lá no Ministério Público aí eu disse: "olha eu vim de lá e disseram que era pra cá". Nenhum num resolveram nada (A. M., ex-líder sindical de Breves, entrevista realizada em janeiro de 2016). (informação verbal).

Verificara-se a partir da entrevista com analista do ICMBIO e os a partir dos relatos dos moradores das comunidades, que há um grande número de reclamações em relação aos conflitos por território. O problema relacionado à invasão de áreas tradicionalmente ocupadas por determinadas famílias, são frequentes. E, como citado anteriormente no relato do ex-líder sindical, que presenciou constantes conflitos na Reserva, isso acontece muitas das vezes entre os próprios familiares e são advindas de uma série de políticas de desenvolvimento e não direcionamento da promoção: da **Garantia do direito a terra, Instituição do Direito hereditário de uso** (REDIG; SILVA, 2009; SILVA, 2004) e a tradição como um “estilo” de desenvolvimento (SILVA, 2015).

3.3 Políticas de desenvolvimento para a RESEX Mapuá

Pautado nos quatro pilares da RESEX (terra, produção, organização comunitária e respeito ao meio ambiente) vieram sendo desenvolvidas, de forma tímida e descontínua, políticas públicas locais na Resex Mapuá. O segundo pilar da RESEX (produção) foi fonte de preocupações, com incentivos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (MAGALHÃES, 2014). A AMOREMA apoiou e apoia o ICMBIO, neste programa com o cadastro⁴⁴ a cada seis meses para verificar o que estão produzindo na UC.

Outro incentivo é com o PAA (Programa para Aquisição de Alimento Escolar) responsável por cerca de 900 crianças da Pastoral da Criança, em Mapuá. Além desses dois, há também a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴⁵ que atua no fornecimento de merenda escolar oriunda da agricultura familiar (local, regional ou nacional)⁴⁶. Salera

⁴⁴ De acordo com Magalhães (2014), a partir do relato do presidente da AMOREMA, esta apoia o ICMBIO com a organização e cadastro das famílias no PRONAF.

⁴⁵ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a maior e mais antiga política pública no Brasil.

⁴⁶ Especialmente, a produção de farinha de mandioca e de tapioca (*Manihot esculenta*), de açaí (*Euterpe oleracea*) e de banana (*Musa paradisiaca*).

Júnior (2010) enfatiza que a compra da alimentação escolar produzida pelos agricultores locais é um grande incentivo para a agricultura familiar e uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (SARAIVA et al., 2013). Estímulo e apoio

[...] à agricultura familiar têm se mostrado relevantes para a formulação e a implementação de ações municipais de SAN e de desenvolvimento local, que visem promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Assim, a produção de alimentos, especialmente a da agricultura familiar, tem se fortalecido com iniciativas de articulação de políticas públicas, a exemplo do PNAE com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SARAIVA et al., 2013, p. 928).

Essa estratégia de segurança alimentar e nutricional propagou-se no município de Breves no ano de 2010; houve uma proposta para a Secretaria Municipal de Educação (SEMED): o Projeto Açaí na Merenda Escolar. Dentre os objetivos do projeto se destacavam: i) fortalecimento da Associação de Moradores de Reservas Extrativistas (AMOREX); ii) valorização da dimensão educativa do PNAE; iii) fazer com que as crianças e jovens valorizassem o meio rural da sua comunidade acerca da importância de permanecer no campo; e, iv) integrar o projeto com ações das demais instituições e empresas que realizam trabalhos de desenvolvimento social e promoção da melhoria de vida da população.

De acordo com Salera Júnior (2010, p. 8):

O “Projeto Açaí na Merenda Escolar” terá início no início do próximo ano⁴⁷, em janeiro, e terá duração de 12 meses, finalizando com a prestação de contas, em dezembro. Ressaltamos que à medida que os resultados dessa proposta pioneira forem chegando, esperamos que as metas e os parceiros do Projeto sejam ampliados e, com isso, esperamos haver a ampliação desse trabalho de compra da merenda escolar diretamente da agricultura familiar para todo município.

Com base na reportagem exibida pela TV Breves no ano de 2012, Ivanildo Brilhante, técnico na assessoria das comunidades⁴⁸, o PNAE, em parceria com a prefeitura de Breves, tem dois grandes objetivos: i) reter merenda de qualidade com produtos regionais ricos com a culinária local e ii) oportunidade de ganhar dinheiro onde o extrativista passa a ter um mercado mais justo tirando o atravessador. Esse projeto teve a participação da Agência de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ)⁴⁹, do CNS, ICMBIO e Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR), no qual teve o projeto

⁴⁷ Início em janeiro de 2011 e término em dezembro do mesmo ano.

⁴⁸ No ano de 2012.

⁴⁹ *Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), sigla em alemão.

desenvolvido nas Reservas Extrativistas: Mapuá e Terra Grande Pracuúba⁵⁰, ambas no arquipélago do Marajó.

O projeto, segundo a economista Katharina Bohl, trabalha com questões de participação, formação de lideranças, manejo florestal do açaí, agricultura sustentável e cadeias de valor. Assim, de acordo ela, este é um grande passo que a parceria entre essas instituições deu em relação à produção e comercialização dos produtos florestais. Em julho de 2011 essa parceria ocorreu no manejo do açaí onde foram realizadas oficinas de manejo do açaí na Comunidade Bom Jesus para atender ao projeto Medida de Desenvolvimento Manejo e Desenvolvimento Sustentável nas Florestas do Marajó.

Nessa perspectiva, em 2011, foram atendidas 20 famílias da comunidade Bom Jesus com a entrega de equipamentos de proteção individual adquiridos pelo programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)⁵¹ (ICMbio, 2011). De acordo com o que consta na planilha do ARPA, a RESEX Mapuá encontra-se na fase I, que corresponde a sete anos (2003-2010), com um apoio de 115 milhões de reais.

A partir do Manual Operacional do Programa ARPA e conforme enfatizado no parágrafo anterior, verifica-se que essa reserva se encontra na Fase I correspondente à: a) elaboração do Plano de Manejo; b) formação e manutenção do CD; c) sinalização e manutenção da RESEX; d) Proteção da reserva; e) aquisição e manutenção de equipamentos; f) manutenção de instalações; g) operacionalização da RESEX; h) monitoramento da conservação da biodiversidade.

A partir da declaração do presidente do programa ARPA, Roberto Vizentin, os recursos do ARPA são usados na implementação e consolidação das UC. Vizentin afirma ainda que, no caso da RESEX Mapuá, o ARPA apoiou na criação da Casa Familiar Rural (CFR)⁵², onde ocorrem capacitações em manejo e extrativismo sustentável além de reuniões comunitárias. A primeira fase do ARPA contou com um investimento de R\$ 284 milhões, a segunda fase (ainda em andamento) conta com R\$ 126 milhões. A estimativa é, segundo o Ministério do Meio Ambiente, R\$ 486 milhões nos próximos 25 anos (2014-2039).

Sérgio Henrique Collaço de Carvalho, coordenador do ARPA, afirmou que em 2013 o programa passou por uma reestruturação para que houvesse mais transparência em relação aos

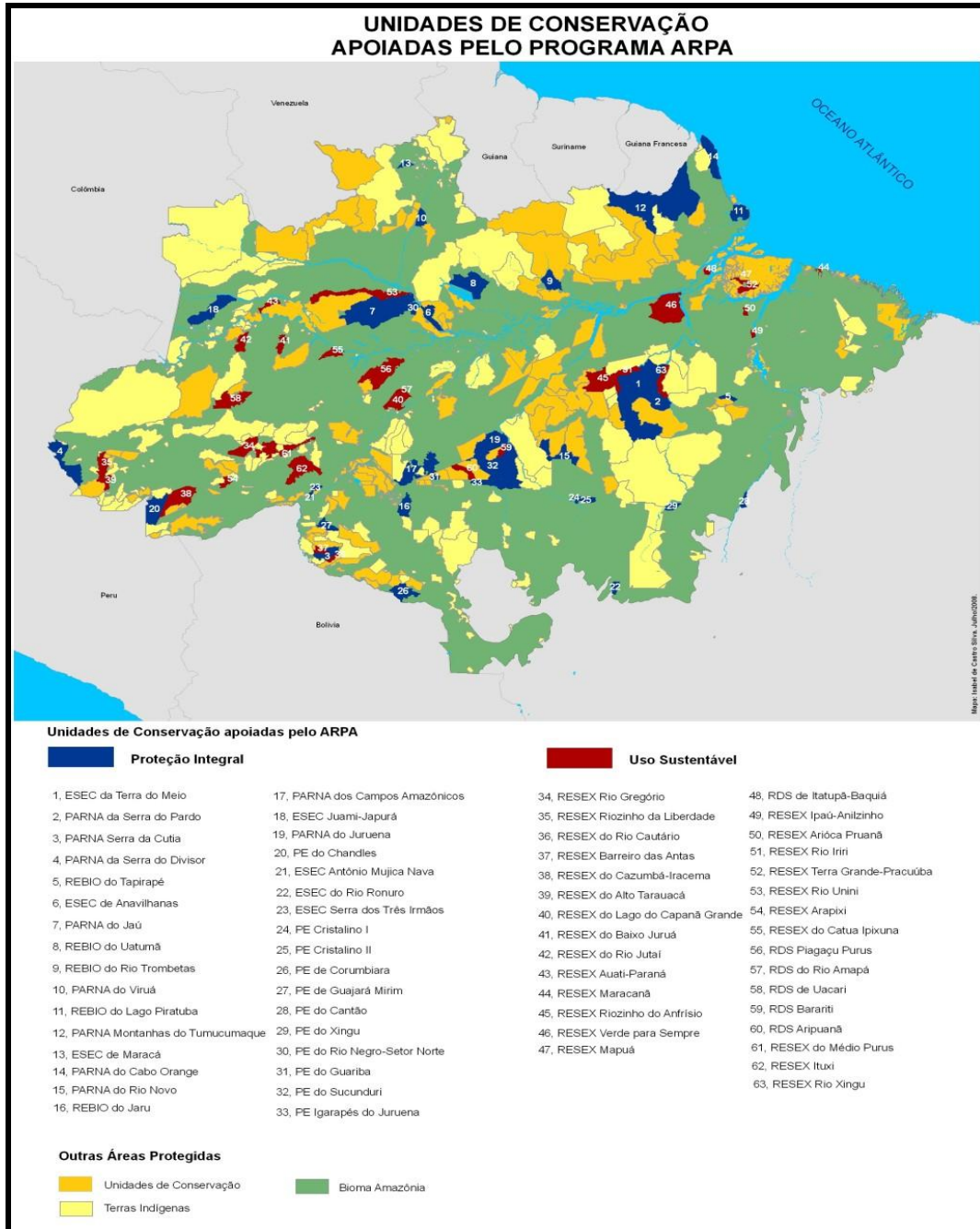
⁵⁰ A RESEX Terra Grande Pracuúba está localizada nos municípios de Curalinho e São Sebastião da Boa Vista.

⁵¹ O Arpa é um programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), gerenciado financeiramente pelo Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) e financiado com recursos do *Global Environment Facility* (GEF) – por meio do Banco Mundial, do governo da Alemanha – via Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW) – da Rede WWF e do Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (FUNBIO, 2015).

⁵² Inaugurada em fevereiro de 2011 na comunidade Bom Jesus.

recursos repassados aos gestores das UC. O objetivo de tal reorganização é melhorar o desempenho da implantação do programa bem como o alcance das metas planejadas. Na figura a seguir é possível verificar as UC apoiadas pelo ARPA (Figura 10).

Figura 11 - Unidades de Conservação que compõem a ARPA



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2016.

Outra política de desenvolvimento implementado nas UC Marajó além do projeto açai e do projeto ARPA é o programa Manejo Florestal Comunitário Familiar (MFCF) do Instituto

Floresta Tropical (IFT)⁵³. Esse programa tem como pressuposto o manejo florestal que seria uma ferramenta de a conservação ambiental, geração de trabalho e renda e inserção no mercado formal e justo. Isso, segundo a coordenadora do programa Manejo Florestal, Ana Violato Espada, contribui para uma das finalidades da criação de UC (IFT, 2014). Porém o projeto ainda esbarrava nas dificuldades vivenciadas por conta da retirada da madeira de forma não planejada.

Em março de 2015 o Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário (GTMFC) desenvolveu atividades para manejo florestal na RESEX Mapuá: com capacitação, palestras, oficinas e caravanas. A ação contou com o apoio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), do Fundo Vale e do ARPA. No período de 06 a 10 de julho de 2015 foi realizada uma Caravana do GTMFC que percorreu os quatro núcleos comunitários com o objetivo de socializar os produtos do GT e repassar informações a respeito do Manejo Florestal, além do planejamento para as ações do GT na RESEX Mapuá (IFT, 2015).

Outra política de desenvolvimento territorial local realizado pelos moradores da RESEX Mapuá com o apoio do PRONAF (não possui nomeação) foi desenvolvido dia 18 de fevereiro de 2016 quando foram liberadas linhas de crédito para o fortalecimento da agricultura familiar e extrativismo florestal. De acordo com o engenheiro agrônomo e coordenador da EMATER (PA/ Breves), Waldomiro Júnior, após a primeira Caravana do MFC foram expostos as Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP) e os recursos a serem canalizados: aproximadamente R\$ 350.000,00, cujo crédito liberado será destinado ao manejo de açaizal nativo (IFT, 2015b).

Conforme apontado pelo engenheiro foram cadastradas 43 famílias, porém apenas 30 conseguiram o financiamento. As 13 famílias restantes não obtiveram êxito em virtude de se encontrarem cadastradas no sistema de restrição e outros preferiram não tentar o crédito por não terem certeza de conseguir pagar o financiamento futuramente. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) (IFT, 2016):

O Programa se consolidou como uma política de crédito presente em 4.963 municípios rurais brasileiros de todas as regiões. Em duas décadas, foram aplicados R\$ 156 bilhões em 26,7 milhões de contratos, nas diferentes modalidades, para diferentes tipos de agricultores familiares. Aproximadamente, 30% dos contratos são feitos por mulheres agricultoras e 17% por jovens.

⁵³ O IFT é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) da Amazônia brasileira e tem como foco as questões florestais.

De acordo com Carlos Moura, gestor da RESEX Mapuá, sem parcerias com instituições como as que compõem o Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário do Marajó (GTMFC do Marajó), seria inviável realizar o trabalho na Reserva:

É um desafio uma instituição trabalhar isolada, o órgão federal não poderia trabalhar desta forma, é preciso que haja união entre diversos atores, tanto governamental como não governamental, para cumprir a missão para o qual foi criada as Unidades de Conservação e também realizar a gestão compartilhada. Daí a importância da parceria com o IFT, que já desenvolve há um certo tempo várias atividades, especialmente para o trato correto dos recursos naturais, o que só vem fortalecer o debate sobre desenvolvimento sustentável (IFT, 2015c).

No que diz respeito ao terceiro pilar da RESEX; organização comunitária foi possível perceber que as comunidades estão bem articuladas, com exceção da comunidade do Lago do Socó. As demais têm um peso significativo nos debates que acontecem na RESEX. A organização comunitária está principalmente presente nos núcleos comunitários de maior destaque e onde acontecem as reuniões (comunidades São Benedito, Santa Rita, Santa Maria e Santíssima Trindade).

Já em relação ao respeito ao meio ambiente (quarto pilar), também pontuado como um pilar da RESEX no Plano de Utilização observou-se em relação à destinação do lixo, a grande maioria das famílias entrevistada queima o lixo, outras jogam no rio, enquanto que outras jogam nas proximidades de suas casas. A maioria, portanto, não expressa significativa preocupação com a questão ambiental. Dentre as três comunidades analisadas, tal preocupação foi mais observada na comunidade Bom Jesus.

3.3.1 A realidade escolar da RESEX Mapuá: comunidade Lago do Socó

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) vem incentivando a educação a partir de projetos da pedagogia da alternância⁵⁴, onde os alunos têm parte da experiência em sala de aula e a outra parte em campo. Entretanto, as ações parecem estagnar nesses programas pontuais. De fato, a RESEX parece trilhar lentamente os rumos indecisos da sustentabilidade, repetindo o que ocorre na realidade de outras UC (COSTA, 2014; MACEDO SANTOS, 2015):

⁵⁴ Consiste na alternância entre escola e comunidade. O primeiro momento se dá na escola em sistema de regime de internato e o segundo momento o aluno retorna para a comunidade para que possa por em prática o que foi aprendido na escola.

As salas contam apenas [RESEX Arióca Pruanã] com a iluminação do dia, já que nem todas possuem gerador de energia, fato que inviabiliza a realização de aulas noturnas para o público adulto. Como a maioria dessas escolas tem paredes de madeira, ao longo do dia a temperatura é agradável, salvo os períodos de dias quentes quando o calor se torna excessivo e tanto professores quanto estudantes acabam tendo seu rendimento comprometido. Ressalta-se que nas oito escolas não existem bibliotecas, apenas em uma delas existe uma sala que é destinada à leitura, mas que não dispõem de nenhum projeto educativo voltado para esta prática. A falta de bibliotecas, segundo a fala de professores das escolas investigadas, é um dos grandes problemas especialmente no momento de realização de pesquisas e demais atividades que exijam investigação em livros (COSTA; 2014, p.203).

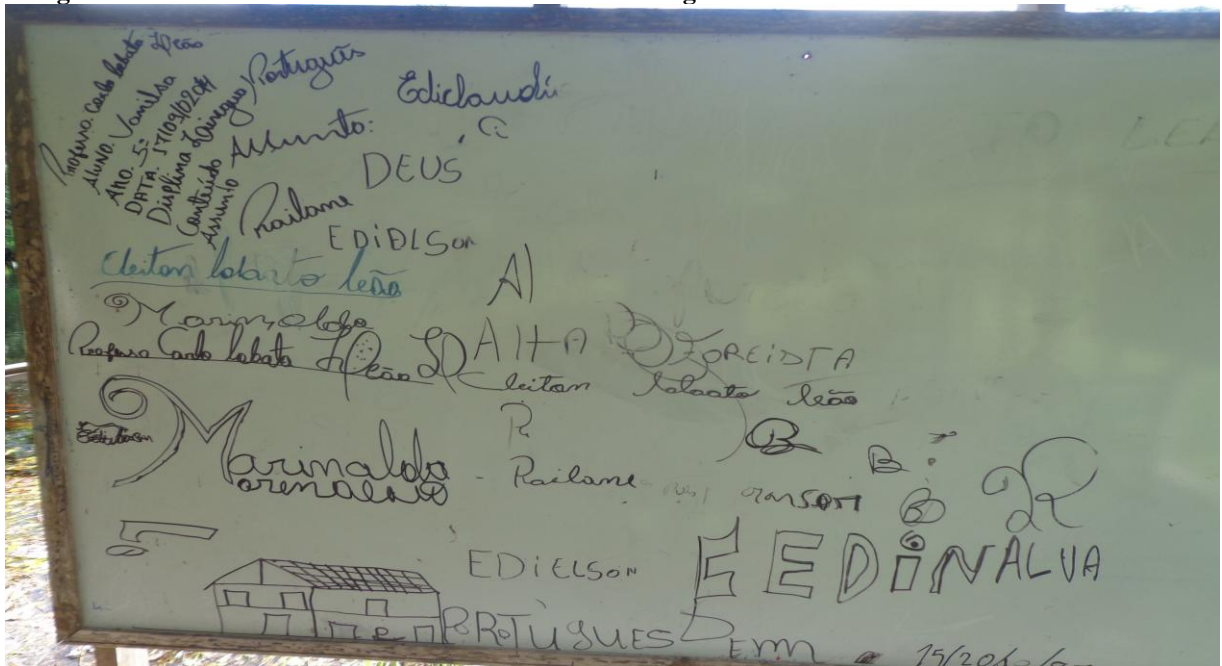
De acordo com dados coletados na comunidade do Lago do Socó há apenas uma escola na área. Todos os moradores entrevistados relataram que quase não há aula e, quando há, é apenas durante quatro dias em um mês. O que se observa na escola é um descaso total e, pelo que foi possível notar a partir dos relatos dos moradores, há vários dias as crianças da comunidade do Lago do Socó estão sem aula (Fotografia 3 a 5).

Fotografia 3 - Escola na Comunidade Lago do Socó



Fonte: Vanessa Amaral (28/07/2015).

Fotografia 4 - Indícios de aula na escola da Comunidade Lago do Socó



Fonte: Vanessa Amaral (28/07/2015).

Fotografia 5 - Indícios de aula na escola da Comunidade Lago do Socó

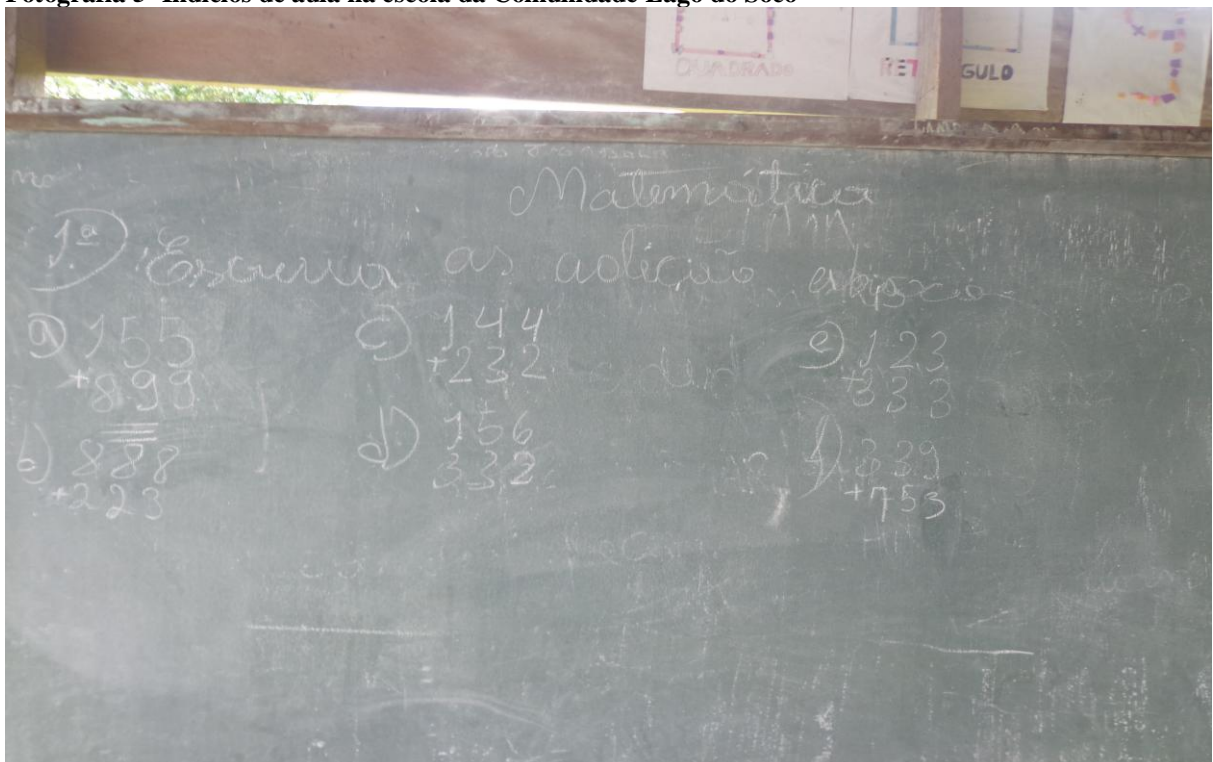


Foto: Vanessa Amaral (28/07/2015).

Como é possível perceber, a escola está “abandonada” e não tem estrutura adequada para abrigar as crianças durante as aulas. Na Fotografia 4 (no canto superior esquerdo) é

possível perceber a data da última aula realizada na escola que foi no dia 17 de setembro de 2014. A fotografia foi tirada no dia 28 de julho de 2015, quase um ano depois e nada foi modificado; tudo está como foi deixado na última aula. Na fotografia 5 é possível também perceber que há, no quadro, um exercício de matemática com o seguinte comando "escreva *as adição* abaixo" passada, segundo relatos, pelo último professor que ministrou aula.

Nas demais comunidades as escolas são bem melhores (em termos de infraestrutura) se comparadas com as do Lago do Socó e nelas também as aulas são ministradas com mais frequência. Segundo o relato de F. S. e C. M, moradores da comunidade Bom Jesus, a professora anterior era contratada e ministrava aula todos os dias, com a chegada do novo professor tudo piorou pois este quase não comparece ao local de trabalho e mais:

Olha, principalmente a educação não está boa...teve um professor praí mas ele era assim...ele era enxerido ele ficaria com qualquer uma aluna dele de menor. Teve até uma vez que uma filha minha mesmo ele prendeu ela pra dentro lá da secretaria e falou um monte de coisa pra ela que ele num devia de falar que ela me falou. Aí com outra aluna dele de novo ele tentou sair com ela e ela tem até marido. A minha tem 9 anos [...] esse caso aí aconteceu e eu até falei lá na SEMED. Ele era concursado. Só que assim o pessoal lá na SEMED me falou assim "ele é mesmo cheio de pobrema esse cara" ele já foi preso por através disso mas continuou dando aula. Era pra ele tá preso um cara desse. O que fizeram agora é que ele foi afastado. Ele não foi preso fizeram até um abaixo assinado agora querendo a mesma professora daí que era a professora contratada daí ela dava direitinho a aula. Ela era boa aí veio esse um na vaga dela e não prestou. Ele passou só um ano que ele passou dando aula. (F.S., Comunidade Bom Jesus, entrevista realizada em julho de 2015). (informação verbal).

Apesar dos dados negativos obtidos em campo no que diz respeito à educação e saúde na Comunidade Lago do Socó, de acordo com os relatos⁵⁵, ocorreram melhorias na vida da população. Primeiramente porque se viram "libertos" dos antigos *patrões* e segundo porque a partir daí a população pode ter acesso a alguns benefícios tais como, segundo relato de um morador:

Houve várias ações com a criação da Reserva. Por exemplo a operação de tirar documentos, a grande maioria não tinham documentação. Aí tanto o governo federal quanto o municipal e o estadual também uma vez fez uma ação de tirar documento mas o governo federal é o que mais tem investido nessa questão do documento (bolsa verde, bolsa família, seguro defeso). Até porque se não tinha documento, não tinha como acessar essas políticas. (R. B., comunidade Bom Jesus, entrevista realizada em junho de 2015). (informação verbal).

⁵⁵ Essa percepção de melhoria com a criação da RESEX é observada principalmente nos relatos dos moradores das comunidades Bom Jesus e Vila Amélia. No Lago do Socó os atores sociais afirmaram que ainda não viram melhorias e não há diferença entre o antes e o agora.

E ainda:

Uma vez interessante, em 2000, eu cheguei numa casa e tinha uma criança com 7 mordidas de morcego na cabeça. E falei pra mãe dele: E aí? Ela: Ah, não tem jeito. Nós estamos dormindo no escuro porque não temos dinheiro para o querosene da lamparina. Ali era cruel, ali era muita pobreza mesmo. Ninguém tinha nada e nem podia acessar as políticas porque não tinham documentação.
(A.M., ex-líder sindical de Breves, entrevista realizada em janeiro de 2016).
(informação verbal).

Os relatos obtidos em campo apontam que antes de se tornar RESEX o que se tinha era extrema pobreza, as famílias viviam no escuro, pois não tinham como comprar querosene para as lâmparas, as casas não eram de madeira e sim apenas de uma coberta de lona e o assoalho de madeira. Segundo os moradores, a partir da institucionalização da área como uma unidade de conservação é que conseguiram ter acesso às políticas governamentais. Segundo o ex-líder sindical, hoje em dia em torno de 500 habitações já foram feitas com programa de Reforma Agrária.

De acordo com um analista do ICMBIO:

As ações do Estado são como uma necessidade emergencial de intervenção do Estado sobre uma situação de miséria absoluta em que as pessoas foram historicamente submetidas. O processo de ocupação desses territórios sempre foi extremamente coronelista, extremamente patronal. As pessoas, os nativos como se dizem, aquelas pessoas que formam as populações tradicionais sempre foram fornecedoras de mão de obra barata, matéria prima barata sem a menor possibilidade de segurança no trabalho. Então sempre praticamente se entregou [a produção]. Houve um momento histórico da RESEX Mapuá em que essa população entregava a sua produção apenas para viver no local porque as pessoas de fora; grandes comerciantes da região se intitulavam donos desses territórios, dessas grandes posses de terra e, para que essas pessoas pudessem morar, apenas morar, toda a produção era recolhida por esses *patrões*. Então, é uma necessidade de Estado mesmo em que se fez no sentido de primeiramente criar uma unidade de conservação; que é uma maneira de legitimar o direito de uso da terra dessa população tradicional. Então não se cria uma unidade de conservação apenas porque é importante preservar um pedaço da natureza. Cria-se a unidade de conservação, nesse caso a de uso sustentável que é a RESEX Mapuá, para garantir o direito legítimo de uso da terra por essa população tradicional e a partir do momento em que é criada a unidade evidentemente o Estado tem que ter um conjunto de atividades, de ações para garantir a inclusão socioproductiva dessas famílias. A partir da criação dessas unidades o Estado passa a fazer o cadastramento para identificação de quem são os usuários, tornando esses usuários beneficiários dos programas sociais a partir da definição de todo um perfil familiar que não é tão simples de fazer porque tem que fazer toda uma entrevista para que os técnicos que trabalham naquele sistema possam realmente identificar o perfil daqueles que trabalham naquele sistema. Incluir todos só de uma vez no atendimento em que o Estado dispõe então realmente é uma necessidade fundamental, mas como estou dizendo não é uma intervenção militarizada, é uma intervenção social digamos assim a partir de um estado de pobreza em que se precisa do olhar atencioso da esfera pública.
(M. S., analista do ICMBIO, entrevista realizada em janeiro de 2016). (informação verbal).

O discurso do analista traz consigo algo que muitas pesquisas não costumam, ou, talvez não queiram perceber. Nos termos de Ribeiro e Callou (2015, p. 24), "[...] áreas de domínio público com uso concedido a populações tradicionais, geridas por um Conselho Deliberativo que deve administrar de modo sustentável o uso dos recursos naturais e implantar estruturas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades".

Aqui o papel do Estado é de mediação (de conflitos, sobretudo) e um sistema de imposição de regras e normas/leis (no qual a lei que criou a RESEX é uma delas) visando dispersar a visão de coparticipação da gestão/planejamento da RESEX e tentando desmistificar ou abandonar a herança histórica tutelar sobre comunidades tradicionais, contudo produzindo um quadro de desproteção social, como da comunidade Lago do Socó.

4 A RELAÇÃO PROGRAMA CISTERNAS E O PROJETO SANEAR NA RESEX MAPUÁ

O Programa Nacional de Apoio e Captação de Água da Chuva e outras Tecnologias Sociais, Programa Cisternas, foi criado e financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desde 2003⁵⁶. O público alvo do Programa Cisternas são famílias rurais de baixa renda atingidos pela seca ou falta de água e tem por prioridade os povos e comunidades tradicionais. De acordo com Brasil (2015) para que as famílias estejam aptas a participar do programa elas precisam estar inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal (BRASIL, 2015).

A princípio, a região prioritária para o Programa foi o semiárido por conta da escassez das chuvas na região⁵⁷. Entre 2011 e 2015 foram entregues 158 mil tecnologias de captação e armazenagem de água. Ano passado (em 2015) foram entregues 53,5 mil tecnologias de armazenamento de água. De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos:

O sertanejo está mais preparado para conviver com a seca. As cisternas são soluções inovadoras que valorizam o conhecimento do povo do Semiárido e são construídas com a participação das comunidades locais. Com essa política, estamos garantindo o atendimento às famílias mais vulneráveis. E o compromisso do Governo Federal para este ano é continuar avançando no Programa Cisternas (BRASIL, 2016)

No ano de 2003, o Governo Federal entregou mais de 1,2 milhões de cisternas com capacidade de armazenar 16 mil litros de água para consumo humano. O objetivo do Programa no semiárido, além de combater a insegurança alimentar e nutricional deve garantir que os alunos não tenham aulas canceladas no período de estiagem. O investimento total é de R\$ 69 milhões e, em 2016, deve construir cinco mil cisternas para a captação de água da chuva em escolas públicas.

A metodologia de implementação do Programa busca a capitalização da mobilização social local e a sustentabilidade da estratégia que elas representam. Constitui-se, portanto, em um modelo de política de gestão de recursos hídricos. Conforme Silva et al. (2015) promoveria a democratização do acesso e uso da água.

⁵⁶ Foi instituído pela Lei nº 12.873/2013 e regulamentado pelo Decreto nº 8.038/2013 (BRASIL, 2015).

⁵⁷ Segundo Silva et al. (2015), a iniciativas governamentais com vistas ao enfrentamento da escassez hídrica na região semiárida tem produzido historicamente ações pouco relevantes no sentido de inverter a orientação “assistencialista” da democratização do acesso e uso da água. Por apresentar pouca eficácia no enfrentamento da escassez de água; tendo em sua maioria um caráter paliativo, emergencial e oportunista, sem contribuir em grande medida para a mitigação de conflitos no que tange ao acesso à água.

As cisternas podem ser de três tipos: a) Cisterna Familiar com capacidade de armazenamento de 16 mil litros de água potável, b) Cisterna Escolar com capacidade para 52 mil litros de água potável, e c) Cisterna para Produção (de uso social ou coletivo, também com 52 mil litros. O programa contava, inicialmente⁵⁸ e segundo Brasil (2015), com três etapas: Mobilização Social, Capacitações e Implementação.

A primeira etapa é o processo de escolha das comunidades que serão envolvidas assim como mobilização das famílias contempladas isso realizado pela entidade executora. Já a segunda etapa é voltada à educação popular com pedagogia adequada com a finalidade de estimular os beneficiários à organização comunitária já existente na área. A terceira etapa conta com a escolha de mão de obra, de preferência da própria comunidade, gerando oportunidade de trabalho e movimentação da economia local.

O Programa começou com a parceria entre o MDS e a Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o semiárido (AP1MC). De acordo com Tereza Campello, ministra do MDS, já foram entregues mais de 1,2 milhão de unidades desde 2003 (BRASIL, 2015). É notável que a realidade do semiárido⁵⁹ é diferente da região amazônica, no entanto, em março de 2015, por meio da Chamada Pública nº1/2015 publicada no Diário Oficial da União (DOU), o Memorial Chico Mendes (MCM)⁶⁰ convocou os interessados em participar da seleção de entidades privadas sem fins lucrativos para prestação de serviços para o MCM relativos à implementação de tecnologias sociais⁶¹.

Assim, o Programa Cisternas também passou a investir em acesso à água de qualidade e saneamento para beneficiar 2,8 mil famílias em oito Reservas Extrativistas da Amazônia, por meio do projeto SANEAR Amazônia. Logo, o programa é coordenado pelo MCM com recursos de R\$ 35 milhões do MDS. O SANEAR Amazônia contará com dois tipos de TS: sistemas pluviais de multiuso autônomo e sistemas pluviais de multiuso comunitário onde o primeiro abastecerá cada unidade familiar e o segundo será acionado quando as unidades domiciliares estiverem sem reserva de água.

⁵⁸ Quando o projeto passou a contemplar áreas amazônicas as etapas foram readaptadas. Este ponto será retomado no item 5.1.

⁵⁹ No Semiárido historicamente a lógica pauta-se “acessa e usa satisfatoriamente a água quem pode pagar” e na ‘indústria da seca’ (SILVA et al., 2015). O semiárido também convive com baixos índices pluviométricos anuais.

⁶⁰ O Memorial Chico Mendes foi criado no dia 12 de julho de 1996 pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) com o objetivo de apoiar as comunidades agroextrativistas do Brasil. No dia 04 de maio de 1997 o MCM passou a existir juridicamente como associação qualificada como OSCIP. O MCM apoia o fortalecimento da organização dos povos da floresta na execução de projetos. (MCM, 2015).

⁶¹ Sistema de acesso à água pluvial multiuso comunitário e sistema de acesso à água pluvial multiuso autônomo, de acordo com o modelo proposto na Instrução Operacional MDS nº 07/2014 e nº 08/2014, com recursos oriundos do Termo de Parceria n.º 02/2014, celebrado com o MDS (DOU, seção 3 de 16 de março de 2015).

4.1 "SANEAR Amazônia" nas Reservas Extrativistas

O Projeto Sanear Amazônia surge no ano de 2014 a partir do convênio do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e do MCM (Memorial Chico Mendes) com participação de algumas instituições como é o caso do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA). Consiste na implantação de tecnologia social na Amazônia, como forma de melhorar a qualidade de vida dos povos que habitam a floresta (água de qualidade e saneamento básico), por meio do compartilhamento de tecnologias sociais (tecnologia de captação de água da chuva). Tecnologias sociais essas que são: de Sistema de Acesso à Água Pluvial Multiuso Comunitário e Sistema de Acesso à Água Pluvial Multiuso Autônomo (Figura 11). TS que teria o objetivo de prevenir doenças, melhorar o rendimento escolar de crianças e adolescente e potencializar atividades econômicas das famílias extrativistas.

Figura 12 - Imagens dos dois sistemas de Acesso à Água Pluvial



Fonte: SANEAR (2016)

A primeira experiência do Projeto SANEAR Amazônia iniciado no ano de 2009 com o apoio financeiro da Petrobrás, a Associação dos Produtores Rurais de Caruari (ASPROC) e a Universidade de Brasília (UnB) formularam um sistema de captação de água da chuva. Foram beneficiadas inicialmente 145 famílias e que houve uma significativa redução de doenças de veiculação hídrica nas primeiras comunidades beneficiadas como São Raimundo e Imperatriz (Amazonas), como isso o SANEAR Amazônia torna-se uma política pública para a região.

Conforme Adevaldo Dias, membro da ASPROC:

O projeto SANEAR é um marco na melhoria da qualidade de vida das famílias ribeirinhas de Caruari. É um projeto de saneamento básico que possibilitou às famílias não só o acesso à água de qualidade mas também o cuidado ao meio ambiente a partir do momento em que você não permite mais que os dejetos, por exemplo, não sejam jogados a céu aberto para que depois as crianças e animais entrem em contato causando contaminação principalmente de verminose nas famílias, nas crianças (SANEAR, 2016b).

Já de acordo com Manoel Cunha, do CNS:

O que aconteceu com a primeira experiência de saneamento básico na comunidade São Raimundo foi ter melhorado a qualidade de vida em todos os aspectos inclusive no escolar teve um aumento de quase 25% de aumento no sistema escolar. Isso significa a saúde e a diferença que fez na vida das crianças e mais: o que nos orgulha também foi que esse projeto deu vida ao SANEAR que é um projeto que atinge os mesmos objetivos num número de comunidades maior. Então a gente se orgulha em saber que essa melhoria que a comunidade São Raimundo teve em todos os aspectos principalmente o da saúde com o projeto SANEAR que hoje atende mais de seis comunidades e isso nos orgulha (SANEAR, 2016b).

Para Flávio Ferreira, presidente da ASPROC,

É um projeto muito importante pra vida das famílias, das crianças e a gente vê isso, o projeto como um projeto que pode ser multiplicador pras demais comunidades até pra outro local no estado do Amazonas. A gente vê que o Médio Juruá com esse projeto hoje ele é modelo. [...] a gente vê ele como um projeto muito positivo com essa questão da vida das criança, das comunidade ribeirinha, dos moradores (Fragmento extraído a partir do vídeo Projeto SANEAR em Comunidades Rurais do Médio Juruá)

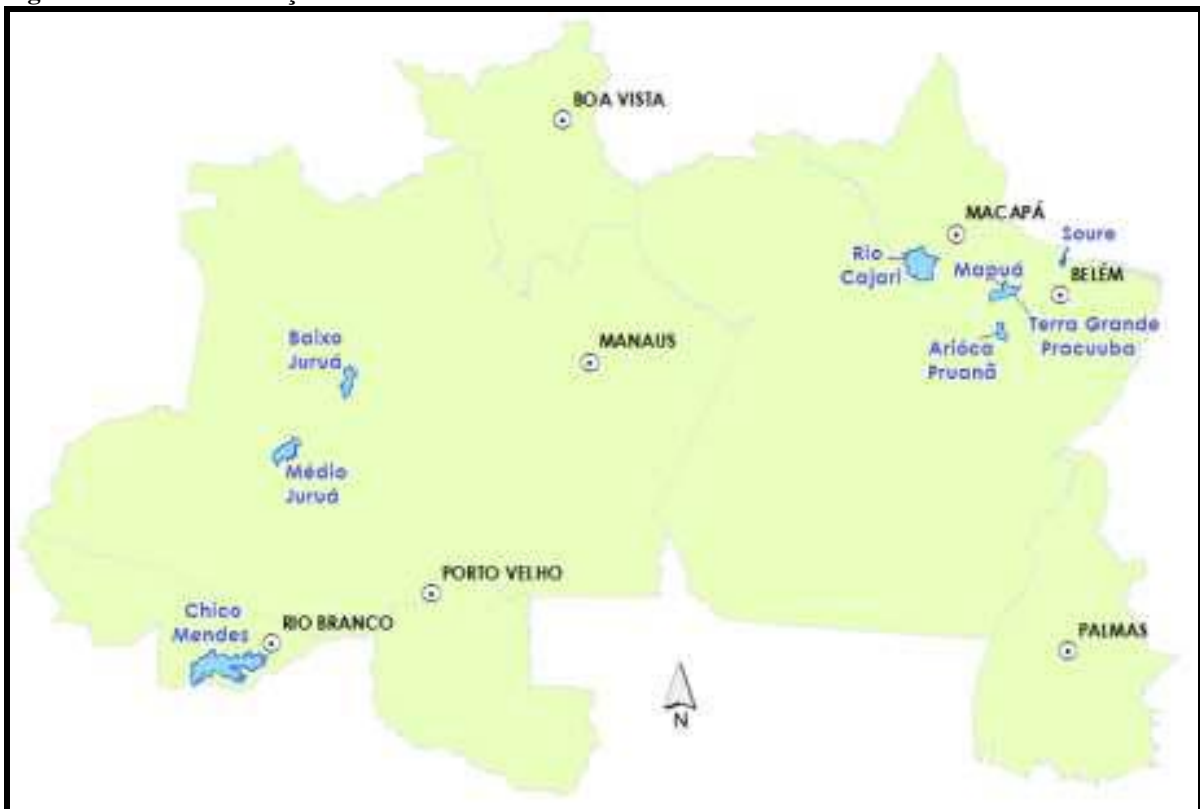
Conforme o relato de Adevaldo Dias, outro fator importante no projeto é a participação dos comunitários beneficiados uma vez que:

[...] é um projeto extremamente participativo você que acompanhou teve a oportunidade de ver as famílias cavando o buraco de suas fossas, aprendendo a montar seus banheiros. 90% do serviço de montagem foi feito por elas apenas com um profissional basicamente pra orientar nas primeiras unidades. [...] o envolvimento das comunidades é muito importante. Inclusive foi um dos critérios, lá

nós temos 55 comunidades, por quê escolher só seis? Porque o critério foi aquelas que tem maior nível de envolvimento na solução dos problemas comunitários. Quais as comunidades mais organizadas, mais preparadas? Que mais resolvem problemas seus? Que sentam-se, que reúnem, que discutem, que planejam e que resolvem os problemas da sua comunidade? Então esse foi um dos critérios porque a gente sabia que se nós colocássemos um projeto daquele nível na mão de uma comunidade que não tivesse esse perfil pode ser que o projeto não desse certo. E aí o exemplo desse projeto ter dado certo é que todos os banheiros projetados foram feitos inclusive com quantidade a mais.

Em se tratando da perspectiva multiplicadora do projeto, no ano de 2014 o MDS formalizou a parceria com o MCM, para ampliar a proposta inicial para Reservas Extrativistas dos estados do Acre, Amapá, Amazonas e Pará para promover desenvolvimento territorial rural e participativo, no que tange à sua mobilização no âmbito das políticas públicas. O Projeto "SANEAR Amazônia: mobilização social por acesso à água às famílias extrativistas na Amazônia" tem por objetivo promover o acesso à água para consumo humano e produção. A proposta inicial é garantir água potável para 2.800 famílias de 8 RESEX. Serão contempladas as seguintes RESEX: Chico Mendes, no Acre; Rio Cajari, no Amapá; Médio Juruá e Baixo Juruá, no Amazonas; e Arióca-Pruanã, Mapuá, Soure e Terra Grande Pracuúba, no estado do Pará (Figura 13).

Figura 13 - UC com atuação do SANEAR Amazônia



Fonte: MCM, 2015.

O projeto Sanear (nessas UC, Figura 12) tem como princípios ou premissas metodológicas:

- a) **Gerar conhecimento para criar autonomia:** intervenção democrática com geração e apropriação coletiva do conhecimento, tendo sempre como ponto de partida a realidade local. Isso se traduz, na prática, pela animação e facilitação de processos coletivos capazes de identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades das famílias;
- b) **Aprender fazendo:** intervenção que considera a máxima que “não se aprende a não ser como resultado de um fazer”. A pedagogia da participação permite o aprender fazendo, na medida em que os conhecimentos são levados à prática junto às famílias;
- c) **Articular parcerias:** o esforço para mudança de mentalidade, de comportamentos, especialmente em relação ao gerenciamento da água e à segurança alimentar, requer a construção de um amplo leque de apoio mútuo entre famílias e comunidades e instituições que atuam nas comunidades. Para tanto será estabelecida uma prática de reuniões que facilite a articulação de parcerias;
- d) **Estimular a participação das famílias e suas organizações no desenvolvimento do projeto** (planejamento, execução, monitoramento, sistematização e avaliação): o exercício individual e coletivo contribuirá para aumento da autoestima, da autonomia e da capacidade criativa e inovadora no enfrentamento político dos problemas;
- e) **Apoiar a interação comunitária:** troca de experiências, estímulo à reflexão e formulação coletiva de propostas que favoreçam o diálogo entre sociedade e estado na promoção do desenvolvimento sustentável; e
- f) **Valorizar o extrativismo:** os conhecimentos e experiências dos extrativistas são uma das garantias da harmonia a ser mantida na utilização dos recursos naturais e na conquista de melhor qualidade de vida (MCM, 2016).

Conforme consta no resultado final da Chamada Pública nº 01/2015, publicada no dia 07 de abril de 2015 no DOU (ANEXO D), as entidades selecionadas foram distribuídas por lote (Tabela 2). Estas são entidades privadas sem fins lucrativos e atuarão em 14 municípios. A partir do Edital da Chamada Pública nº 01/2015, o valor total estimado para o projeto é de

R\$ 32.555.823,50⁶² e tem um prazo de execução de 18 meses a partir da data de assinatura do contrato.

Tabela 2 - Municípios e metas por lote / Projeto SANEAR Amazônia

Lote/ Entidade	Estado / Municípios	Sistema: Multiuso Autônomo	Sistema: Multiuso Comunitário	Total de TS
LOTE 1: Centro dos Trabalhadores da Amazônia	AC: Rio Branco e Xapuri	132	68	200
LOTE 2: Associação S.O.S. Amazônia	AC: Brasileia	99	51	150
LOTE 3: Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre - PESACRE	AC: Assis Brasil	99	51	150
LOTE 4: Associação de Mulheres no Baixo Cajari - AMBAC	AP: Laranjal do Jari e Mazagão	180	320	500
LOTE 5: Associação dos Produtores Rurais do Caruari - ASPROC	AM: Caruari, Juruá e Uarini	70	600	670
LOTE 6: Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Mapuá	PA: Breves, Oeiras do Pará e Soure	152	608	760
LOTE 7: Instituto Vitória Régia	PA: Curralinho e São Sebastião	74	296	370

Fonte: Adaptada pela autora a partir de MCM (2015).

O repasse de recursos se dá conforme o referido Edital e as atividades realizadas referentes às TS deve ser atualizado no SIG Cisterna, que é o setor responsável pelo acompanhamento do projeto conforme Tabela 3. De acordo com o que consta no Edital, a partir da 4ª parcela, o pagamento só será realizado quando a entidade não tiver mais saldo de metas a entregar em relação ao total de recursos já repassados nos adiantamentos. Assim, quando a entidade estiver com saldo zerado, os novos pagamentos serão repassados a partir da multiplicação entre o número de equipamento entregue pelo valor unitário da tecnologia.

⁶² Os valores por lote são: Lote 1 - R\$ 2.318.248,44; Lote 2 - R\$ 1.738.686,33; Lote 3 - R\$ 1.738.686,33; Lote 4 - R\$ 5.923.533,00; Lote 5 - R\$ 7.616.101,70; Lote 6 - R\$ 8.891.704,00; Lote 7 - R\$ 8.891.704,00.

Tabela 3 - Parcelas e condições de pagamento

Parcela	% de pagamento	Condições de Pagamento
1 ^a	30 %	Adiantamento
2 ^a	= valor total da 1 ^a parcela x ME/MT ⁶³	No mínimo 15% dos Termos de Recebimento da Tecnologia no SIG Cisternas
3 ^a	= valor total da 1 ^a parcela x ME/MT	No mínimo 30% dos Termos de Recebimento da Tecnologia no SIG Cisternas
4 ^a	= valor total da 1 ^a parcela x ME/MT	No mínimo 45% dos Termos de Recebimento da Tecnologia no SIG Cisternas

Fonte: Adaptada pela autora a partir de MCM.

O projeto se justifica pelo fato de que, apesar da região Amazônica possuir a maior bacia hidrográfica do mundo, uma grande parte da população extrativista não consegue ter acesso à água de qualidade. Em concordância com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) de nº 357 de 17 de março de 2005, as águas destinadas ao consumo humano devem ser tratadas antes de consumidas. No entanto, de acordo com o pré-campo, realizado no período de 17 a 20 de junho de 2015 na RESEX Mapuá, foi possível perceber, a partir da aplicação de questionários do MDS da qual a pesquisadora participou, que a grande maioria dos comunitários não faz tratamento adequado da água que consomem.

Ao todo foram selecionadas 1.416 famílias para serem beneficiadas pelo projeto. Conforme consta em MCM (2016), foram construídas 26% das tecnologias com 723 iniciadas e 161 concluídas. O objetivo do programa, diferentemente da região do semiárido, é de melhorar a qualidade de vida da população ribeirinha da Amazônia pois, apesar de ter uma abundância de recursos hídricos a água nessa região muitas das vezes não é adequada ao consumo humano.

4.2 "SANEAR Amazônia" na RESEX Mapuá

A RESEX Mapuá, é uma das 8 RESEX contempladas no SANEAR Amazônia, conforme resultado do Edital de Chamada Pública 1/2015 (Anexo D). Para as RESEX pertencentes ao lote 6⁶⁴ foi aprovada a construção de 760 TS, sendo 152 de multiuso autônomo contra 608 de multiuso comunitário. A entidade executora responsável pelo lote em questão é a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista de Mapuá (AMOREMA).

⁶³ ME: Meta Entregue no período / MT: Meta Total.

⁶⁴ RESEX Arióca Pruanã, Mapuá e Soure.

Para o lote foram disponibilizados R\$ 8.891.704,00 para a construção das 760 TS nas RESEX Arióca Pruanã, Mapuá e Soure. De acordo com a explanação assistida pela autora desta dissertação nos quatro dias de pré-campo bem como anotações de campo, as TS estariam distribuídas da seguinte forma respectivamente: 260, 300 e 200. Dentre as RESEX, a Reserva Extrativista Mapuá é a que possui maior quantitativo de TS a serem construídas.

De acordo com um secretário de formação do CNS contratado pela AMOREMA para fazer mobilização, explanação do projeto e cadastro das famílias, o projeto surgiu da seguinte forma:

Vou falar de um projeto chamado de tratamento de água. Diz alguns estudiosos que a próxima guerra mundial será por água. Não é que não tenhamos água, é que a água não vai ser possível. Aí os nossos entes federativos nem sempre incorporam, não tem muita motivação para fazer esse serviço porque não dá voto, é diferente de fazer uma escola, abrir uma rua...que dá festa. Mas o Governo Federal criou um programa de Cisternas, Um Milhão de Cisternas ali no Cerrado; região do nordeste. Lá o camarada economiza água até para beber. Lá o governo tentou combater isso criando uma estrutura para captar a pouca água que chega até lá. Resolveram trazer esse programa para a Amazônia agora imaginem só pensar essa política para a região. Vamos imaginar aqui, no nosso contexto, tem áreas que alaga mais e outras menos...pensar essa dinâmica para a Amazônia é um grande desafio. Então, para que os grandes gestores políticos pudessem conhecer as nossas realidades foi criado o Chamado da Floresta, como o nome já diz, é a floresta que chama...dessa vez não somos mais nós que nos deslocamos até os políticos e sim eles que vem até nós nos chamados para conhecer a nossa realidade. O primeiro Chamado da Floresta ocorreu lá em Terra Grande Pracuúba. Foram ministros, técnicos, INCRA, SPU e tiveram uma conversa muito boa. Avançou, não tanto quanto merecemos. No segundo Chamado da Floresta, além da demarcação de terra, houveram outras reivindicações. Os créditos, por exemplo, tem uns créditos porretas mas quando tu olha é tão difícil pra nós de conseguir. Mas a gente não pode perder as esperanças. Bom, então aí a gente disse: olha, a água aqui tem bastante mas tem dado uma dor de barriga na turma [...] e aí vai acumulando outras doenças, né? E aí o segundo Chamado da Floresta foi no Laguna, aqui no Melgaço, o município mais pobre do ano. Foram 2.400 lideranças. Vieram 5 ministros do Governo Federal...vieram muitos técnicos da saúde, da educação que trouxeram o bolsa família, bolsa verde...do MDS. Quando esses técnicos viram a nossa água toda cheia de lama, toda suja não tiveram coragem de tomar banho. Na conversa falamos que era essa água que a gente tomava. Então iniciou uma conversa para melhorar isso. Aí o governo viu isso e resolveu trabalhar a água da Amazônia. Esse programa foi pensado para a Amazônia, não foi para Mapuá. No Amazônas, Amapá e Acre...então pensaram: no Pará tem que ter mais, só no Pará são 23 Reservas incluindo as áreas de floresta e áreas de marinha. Mapuá, para começar ganhou 300, 260 para Oeiras do Pará e lá pra Soures 200 que tem uma área enorme, muita água mas é tudo salgada. Maior encrenca para conseguir beber água. Já pensou tu beber água salgada? Bom, nós já sabemos que são 300 para Mapuá e que não vai chegar para todo mundo, né? É um direito mas só chega se a comunidade se mobilizar. A AMOREMA se propôs a fazer, em conjunto com o governo a gestão do território. Então a gente vai falar de um negócio chamado de Projeto de Implantação de Saneamento Básico em Comunidades da Amazônia. Bom, existe o Governo Federal através de um ministério que é o Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome e aí o Governo, que aprova o dinheiro tem lá o símbolo dele...ele coloca o dinheiro mas ele não vai fazer a operacionalização desse projeto, ele vai dispor o dinheiro. E aqui tem uma organização chamada Memorial Chico Mendes que é uma OSCIP, que o pessoal chama...é uma organização da sociedade civil de interesse público. Ela vai

gerenciar as 2.800 famílias na Amazônia. Ela recebe o dinheiro e vai contratar empresas pra fazer o serviço e vai controlar o uso da grana pra não fazer besteira. E aqui tem um agente político que é o Conselho Nacional que fez a conversa com o governo pra conseguir o programa e aqui tem a instituição de vocês que é a AMOREMA. Como é que aconteceu? O Memorial pegou a grana e disse vamo fazer um edital para ver quem ganha, quem tem mais capacidade de fazer o serviço pra Mapuá, pra Oeiras e pra Soures. E aí a AMOREMA disse: eu quero fazer o serviço. Tenho CNPJ, tenho um monte de gente que faz parte de mim, a gente já fez um monte de coisa e podemos fazer muito mais [...] Bom, estamos falando de um projeto de tecnologia social e quando se fala em tecnologia social é um programa que vem pronto e acabado. Ele vem com a projeção do governo e tem a capacidade da adaptabilidade considerando a Amazônia. Então esse programa ele nasce da reprodução de um outro programa; o do nordeste de 1 Milhão de Cisternas e ações desenvolvidas de acesso à políticas públicas. Então a AMOREMA assumiu o contrato com o Memorial Chico Mendes que tem o aval do governo federal para beneficiar 760 famílias na captação, tratamento e distribuição do sistema de água de qualidade e construção de 760 banheiros com fossas biológicas nas Reservas Mapuá, Soures e Oeiras do Pará (I. B, na comunidade Santíssima Trindade, explanação do projeto SANEAR Amazônia em junho de 2015). (informação verbal).

Para que as entidades se candidatassem a executora do Projeto SANEAR Amazônia era necessário, de acordo com o Edital 1/2015 ser entidade privada sem fins lucrativos, credenciadas pelo MDS nos termos da Portaria MDS nº 99/2013, de 20 de setembro de 2013. As tecnologias, de acordo com o referido edital, devem estar em conformidade com as instruções normativas nº 7 e 8 que são, respectivamente, água pluvial multiuso comunitário e água pluvial multiuso autônomo.

No sistema multiuso comunitário, além das unidades domiciliares haverá também um módulo complementar de abastecimento e distribuição sendo acionado quando as reservas domiciliares esgotarem. Já no sistema multiuso autônomo, cada família poderá captar, armazenar e filtrar até 6 mil litros de água da chuva. A partir do Plano de Trabalho do SANEAR Amazônia, as metas para implantação das TS (Figura 19) para o estado do Pará estão previstos custos totais de 13.220.567,70 para construir 1.130 TS iniciando em dezembro de 2014 e com data de término prevista para novembro de 2016.

A partir da contratação da entidade executora do projeto e responsável por Mapuá, a AMOREMA realiza a mobilização social para que seja esclarecido à população o projeto e a comunidade contemplada. Assim, conforme citado, foram realizadas quatro reuniões; nos quatro núcleos comunitários: São Benedito do Mapuá, Santa Rita, Santa Maria e Santíssima Trindade para que o maior número de comunitários fosse envolvido nas reuniões a respeito do projeto. Também eram realizados, na ocasião, os cadastros das famílias para serem beneficiadas pela implantação das TS. Na Figura 13 há as metas e etapas do Projeto Sanear Amazônia:

Figura 14 - Metas e etapas de execução do Programa SANEAR Amazônia

Meta/ Etapa	Especificação	Indicador Físico			Execução		%
		Custo Unitário (R\$)	Quant.	Custo total (R\$)	Início	Término	
1. - Implementações de Tecnologias Sociais			2.800,00	32.555.823,50			93,0
1.1 - ACRE			500	5.795.621,10	dez/14	nov/16	16,6
	1.1.1 - Implementação de Sistema Pluvial Multiuso Comu	12.124,74	170	2.061.205,80	dez/14	nov/16	5,9
	1.1.2 - Implementação de Sistema Pluvial Multiuso Autônc	11.316,41	330	3.734.415,30	dez/14	nov/16	10,7
1.2 - AMAZONAS			670	7.616.101,70	dez/14	nov/16	21,8
	1.2.1 - Implementação de Sistema Pluvial Multiuso Comu	11.443,22	600	6.865.932,00	dez/14	nov/16	19,6
	1.2.2 - Implementação de Sistema Pluvial Multiuso Autônc	10.716,71	70	750.169,70	dez/14	nov/16	2,1
1.3 - AMAPÁ			500	5.923.533,00	dez/14	nov/16	16,9
	1.3.1 - Implementação de Sistema Pluvial Multiuso Comu	12.147,63	320	3.887.241,60	dez/14	nov/16	11,1
	1.3.2 - Implementação de Sistema Pluvial Multiuso Autônc	11.312,73	180	2.036.291,40	dez/14	nov/16	5,8
1.4 - PARÁ			1130	13.220.567,70	dez/14	nov/16	37,8
	1.4.1 - Implementação de Sistema Pluvial Multiuso Comu	11.877,90	900	10.690.110,00	dez/14	nov/16	30,5
	1.4.2 - Implementação de Sistema Pluvial Multiuso Autônc	11.001,99	230	2.530.457,70	dez/14	nov/16	7,2
2 Monitoramento e Avaliação				416.000,00			1,2
	2.1 Deslocamentos	2.250,00	40	90.000,00	dez/14	nov/16	0,3
	2.2 Diárias	200,00	420	84.000,00	dez/14	nov/16	0,2
	2.3 Aluguel de barco, voadeira, carros (diárias)	170,00	200	34.000,00	dez/14	nov/16	0,1
	2.4 Combustível	4,00	12000	48.000,00	dez/14	nov/16	0,1
	2.5 Encontros Estaduais	40.000,00	4	160.000,00	dez/14	nov/16	0,5
3 Comunicação do projeto				143.000,00			0,4
	3.1 Criação, elaboração e diagramação de cartilha de gestão da tecnologia social	10.000,00	1	10.000,00	abr/15	dez/15	0,0
	3.2 Criação, elaboração e diagramação de folder institucional do projeto	4.000,00	1	4.000,00	abr/15	dez/15	0,0
	3.3 Folder institucional do projeto	2,00	6000	12.000,00	abr/15	dez/15	0,0
	3.4 Cartilha de gestão da tecnologia social	4,00	3000	12.000,00	abr/15	dez/15	0,0
	3.5 Banner institucional do projeto	200,00	150	30.000,00	abr/15	dez/15	0,1
	3.6 Camisetas do projeto	25,00	3000	75.000,00	abr/15	dez/15	0,2
4 Custeio de Gestão Operacional do Projeto				1.885.176,50			5,4
4.1 Recursos humanos				1.709.346,50			4,9
	4.1.1 Pessoal da UGC		24	1.040.759,78	dez/14	nov/16	3,0
	4.1.2 Encargos Sociais		24	668.586,72	dez/14	nov/16	1,9
4.2 Custeios Administrativos				175.830,00			0,5
	4.2.1 Aluguel da Sede	3.500,00	24	84.000,00	dez/14	nov/16	0,2
	4.2.2 Água e Energia	500,00	24	12.000,00	dez/14	nov/16	0,0
	4.2.3 Despesas Postais	200,00	24	4.800,00	dez/14	nov/16	0,0
	4.2.4 Link internet/mês	400,00	24	9.600,00	dez/14	nov/16	0,0
	4.2.5 Telefones	700,00	24	16.800,00	dez/14	nov/16	0,0
	4.2.6 Auditoria Independente - Art. 19 Dec. 3.100 de 30.06.1	6.000,00	1	6.000,00	dez/14	nov/16	0,0
	4.2.7 Assessoria Jurídica	550,00	12	6.600,00	dez/14	nov/16	0,0
	4.2.8 Serviços Cartorários (autenticação, registro e reconhe	250,00	24	6.000,00	dez/14	nov/16	0,0
	4.2.9 Encadernações e Reprografia	0,25	9720	2.430,00	dez/14	nov/16	0,0
	4.2.10 Conservação e Manutenção de Bens e Instalações	400,00	24	9.600,00	dez/14	nov/16	0,0
	4.2.11 Material de Consumo e Expediente	750,00	24	18.000,00	dez/14	nov/16	0,1
TOTAL GERAL DA PROPOSTA				35.000.000,00			100

Fonte: Brasil (2015).

A explanação do projeto SANEAR Amazônia na RESEX, conforme mencionado e descrito na Figura 19, foi realizada em quatro dias de reuniões. No primeiro dia, a reunião ocorreu na comunidade São Benedito do Mapuá (Fotografia 6) e participaram as comunidades Nossa Senhora das Graças (Vila Amélia) e Perpétuo Socorro.

Fotografia 6 - Reunião na comunidade São Benedito.



Foto: Vanessa Amaral (17/06/2015).

Durante a reunião foi possível perceber que os moradores estavam com receio, pois não sabiam ao certo o que seria o projeto, para eles era uma espécie de financiamento que teriam de fazer para receber as tecnologias sociais.

A dúvida foi sanada pelo secretário de formação onde este explicou que:

E aí, por exemplo, o Zezé pergunta: eu tenho que pagar o projeto? Não, não tem que pagar em dinheiro, mas vai ter que fazer a contrapartida. Não basta só o governo fazer a parte dele. Então a pessoa vai ser chamada aí vai ser convidado para ser orientado como se usa o banheiro. [...] Como é que o Zezé vai ter que tratar o lixo que vai gerar daí? A pessoa está acostumada a jogar lá dentro do mato pra não cheirar forte. E agora é pra trazer pra dentro de casa. E aí que material eu uso pra limpar? Pra não cheirar forte? Tudo isso vai ser orientado. Então nós vamos chamar de capacitação. Cada família, que Deus ajude que receba uma, vai ter que capacitar. É obrigatório (I.B, na comunidade Perpétuo Socorro, explanação do projeto SANEAR Amazônia em junho de 2015). (informação verbal).

Também foi explicado na reunião que os moradores não deveriam usar os banheiros como usam algumas famílias beneficiadas pelo programa do INCRA, onde foram construídos banheiros na área da Reserva. Há, em toda a RESEX uma forte reclamação em relação aos banheiros construídos pelo INCRA. Hoje em dia esses banheiros servem apenas como

depósitos pois não funcionam como deveriam. A partir do relato de uma moradora da comunidade da Vila Amélia:

Lá em casa já foi feito banheiro do INCRA mas não serve pra nada. Dizendo eles o banheiro já tá é pronto mas ainda faltou o chuveiro e a torneira. No banheiro tem fossa mas não adianta muita coisa não porque vai tudo é pro rio. Eu não vi serventia nenhuma desse banheiro e seria bom que fizesse outro no lugar. Derrubar esse e fazer outro (O. F., na comunidade Vila Amélia, entrevista realizada em outubro de 2015).

Lamentavelmente, as famílias que já foram contempladas com o programa do INCRA não poderiam fazer parte, a princípio, do SANEAR Amazônia e deveriam aguardar as vagas remanescentes. De acordo com o secretário de formação, os critérios para ser atendido pelo programa são:

Então todo mundo que é morador da RESEX ou que é cadastrado no entorno da RESEX é prioridade. Mesmo sabendo que não dá pra todo mundo. Então nós queremos cadastrar todo mundo que vieram pra reunião. E aí pode ser o homem ou a mulher? O governo quer saber quem está inscrito no CADÚNICO. Pra ficar mais fácil, quem tem Bolsa Família aqui? Tem aqueles que um dia receberam e se aposentou e os filhos saíram da escola foi cortado mas continuou com o NIS e também tem aqueles que se cadastraram mas que ainda não chegou o cartão ou que ainda vão se cadastrar. Um dos critérios do governo é que o cara tem que ter um número de inscrição. Se ele recebe ou não recebe aí não importa. O outro critério é a participação que o governo cobra então temos ata de frequência e de cadastro, é um por família, isso faz parte da prestação de conta que vai pra internet. Quem não assinar que veio pra uma das reuniões que a AMOREMA proporcionou não vai receber. Tem que por aqui o CPF e o nome da pessoa. Por exemplo, a esposa que é quem é cadastrada no Bolsa Família aí ela não veio na reunião porque estava com alguma outra atividade...aí o esposo vem representar a família. Aí ele traz o número do CPF dela, o nome completo dela e assina por ele (com o nome dele). Isso é uma comprovação. A outra é o questionário preenchido, que é um por família. Tem que fazer os dois: assinar a ata e responder ao questionário.
(I.B, na comunidade Perpétuo Socorro, explanação do projeto SANEAR Amazônia em junho de 2015). (informação verbal).

A pesquisadora participou também da atividade para preencher o cadastro dos moradores a partir do formulário de cadastramento fornecido pelo MDS. Neste cadastro eram preenchidas informações como: nível de escolaridade, situação de moradia, abastecimento de água, saúde e informações da família (total de pessoas e idade). Foi possível perceber que, no quesito abastecimento de água, a grande maioria da população faz tratamento da água apenas por processo de coamento e, uma pequena parcela da população usa cloro na água.

Já no segundo dia, dia 18 de junho de 2015, a reunião ocorreu no Centro Comunitário de Santa Rita do Cumaru (Comunidade de Santa Rita) (Fotografia 7), onde estiveram presentes os moradores das comunidades de São Sebastião do Canta Galo, Assembleia (Nova Esperança e Bela Vista) e a moradores do Perpétuo Socorro que faltaram no primeiro dia de reunião. As famílias do

Lago do Socó deveriam ter participado neste dia, porém, não compareceu ninguém da comunidade. Foi enviada uma pessoa da equipe até o Socó para fazer o cadastro das famílias.

Fotografia 7 - Reunião na comunidade Santa Rita



Foto: Vanessa Amaral (18/07/15)

Durante a reunião desse dia, também foi relatado outro critério: o sistema (SIG Cisterna do MDS), a família terá que se responsabilizar em adaptar a casa para ser incluída no sistema. Na explanação a respeito do projeto, I. B. falou a respeito da capacitação para a construção dos componentes físicos das TS:

Quais os critérios para os moradores trabalhar na construção das tecnologias? Saber trabalhar minimamente com carpintaria; ter uma noção. Então a ideia, é que cada comunidade escolha aqueles que levam jeito com tratamento da massa ou da madeira, aquele que saiba colocar um piso. A ideia é que cada área tenha o seu. A ideia é capacitar aquele que está dentro da Reserva para que vocês mesmos possam construir as tecnologias. Essa é a capacitação de pedreiros. Algo simples mas que exige conhecimento mínimo e planejamento, jeito para trabalhar com obras, construção. Aqueles que já trabalharam como ajudante de pedreiro já tem um pouco de conhecimento e com a capacitação vai ter mais conhecimento. E aí depois dessa capacitação vai ter as construções, fazer banheiro, montar a caixa...e aí não basta só isso. No projeto tem outra coisa que é o acompanhamento ou monitoramento que é o que era antes e como está hoje e a condição esperada para o futuro. Então a gente pensa que vai melhorar a vida mas em que critérios? De repente pode melhorar em

uns aspectos e piorar em outros então esse monitoramento vai nos ajudar a tá melhorando sempre refletindo no que está fazendo. Essa é a parte de depois das obras prontas. De 01 a 04 de julho de 2015 a RESEX estará com programação de capacitação para as construções das tecnologias sociais (I.B, na comunidade Santa Rita, explanação do projeto SANEAR Amazônia em junho de 2015). (informação verbal).

Essas etapas da explanação supra citada, constam no Plano de Trabalho do SANEAR Amazônia, o projeto conta com algumas etapas para que as TS sejam construídas de acordo com as Instruções Operacionais nº 7 e 8 do MDS; que classificam as TS como Sistema Pluvial Multiuso e Sistema Pluvial Autônomo. As etapas do projeto são as seguintes:

a) Mobilização: nesta etapa foram selecionadas as comunidades que iriam participar do projeto aqui a executora do projeto se responsabilizou por mobilizar os comunitários e selecionar as comunidades;

b) Assembleia: esta etapa teve como objetivo apresentar o projeto bem como expor as condições para participar deste. Aqui foram identificadas as famílias com potencial para serem beneficiadas. Este momento foi vivenciado no pré-campo pela autora pois o projeto SANEAR Amazônia se encontrava nesta etapa;

c) Reuniões / Visitas às famílias beneficiadas: aqui as famílias foram novamente apresentadas ao projeto, desta vez incluindo a descrição dos componentes físicos da TS e das condicionantes de participação de cada etapa;

d) Capacitações: esta etapa foi composta por duas temáticas: i) Técnica de construção e manutenção dos componentes físicos das TS e ii) Gestão da Água e Saúde Ambiental; e

e) Implantação dos componentes físicos: é a construção das estruturas para captação de água da chuva do telhado, dispositivos de tratamento, reservatórios elevados e instalações sanitárias domiciliares.

As famílias da comunidade do Lago do Socó não compareceram no dia de assembleia por conta da dificuldade de locomoção que eles relataram posteriormente para a pesquisadora. A realidade observada durante pesquisa de campo na comunidade é de abandono total, diferentemente das demais comunidades visitadas; a do Lago do Socó é sempre relatada como tal pelos próprios moradores da RESEX. As casas nessa região da Reserva possuem apenas coberta e assoalho (Fotografia 8).

Fotografia 8 - Casa na comunidade Lago do Socó.



Foto: Vanessa Amaral (28/07/15).

Durante as entrevistas realizadas no Lago do Socó, todos os entrevistados responderam que não fazem tratamento nenhum da água, apenas pegam do rio para consumir diretamente. A família da casa na Figura 22 faz captação da água da chuva e tenta fazer o tratamento da água coando e fervendo. A realidade é de abandono conforme relatado pelo senhor B. S.:

Praticamente nós vive isolado aqui só com a benção de Deus. Quando nós adocece é o jeito ficar aqui parado pra ver o que acontece. Nos casos em que a gente tem condição de ir de rabeta até um posto nós vai é pro Anajás por causa de que é mais perto pra nós ir pro Anajás do que praí pro Mapuá ou pra Breves (B. S., comunidade Lago do Socó, entrevista realizada em julho de 2015). (informação verbal).

Essa situação relatada pelo morador é frequente na comunidade e eles mantém relação de pertencimento mais diretamente com o município de Anajás, pois é mais próximo, são apenas duas horas e meia de rabeta. Já para ir até Breves, conforme os moradores, a dificuldade é maior primeiro porque nem sempre eles têm condições financeiras de pagar passagem do

barco de linha. Para eles é dificultoso, inclusive, ir até a comunidade mais próxima que é Santa Rita, atrás de cuidados médicos.

No terceiro dia o encontro se deu na comunidade Santa Maria (Fotografia 9) e estavam presentes as famílias do Perpétuo Socorro do Lago do Canaticum e Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré.

Fotografia 9 - Reunião na comunidade Santa Maria



Foto: Vanessa Amaral (19/06/2015)

No quarto dia, o encontro foi na Associação Agrícola Boa Esperança (Fotografia 10), localizada na comunidade Santíssima Trindade, na afluição do rio Aramã. Neste dia participaram também Santíssima Trindade, famílias das Igrejas Evangélicas do Paraíso e São José. A São Benedito do Aramã não participou, pois nesse dia estava acontecendo o velório de uma pessoa da comunidade.

Fotografia 10 - Reunião na Associação Agrícola Boa Esperança, comunidade Santíssima Trindade



Foto: Vanessa Amaral (20/06/2015)

Após a etapa das assembleias e reuniões com as famílias selecionadas, houve na RESEX, entre os dias 1º a 4 de julho de 2015, a capacitação para a construção dos componentes físicos das TS. Onde as pessoas a serem capacitadas puderam participar do curso e observar como deveria ser realizada a construção das TS. De acordo com I.B. a AMOREMA tomou as seguintes questões como critérios para que as comunidades fossem beneficiadas com o SANEAR:

A AMOREMA tomou algumas decisões: de acordo com o tamanho da comunidade e participação na AMOREMA; vai ter um número. A Bom Jesus ficou com 30, São Sebastião na boca do Mapuá ficou com 24, a Perpétuo Socorro com 22, Santa Rita e filias 30, Canta Galo e Assembleia 22, Santa Maria e São Domingos 30, Canaticum e Nazaré 30, Boa Esperança e Santíssima Trindade (que é a mesma coisa) com 30 e Lago do Socó com 22 famílias contempladas. Bom, temos regras que vão além da AMOREMA, são regras do governo. E há algumas famílias que, neste momento, não estarão habilitadas para serem contempladas (I.B. na comunidade Santa Maria, explanação do projeto SANEAR Amazônia em junho de 2015). (informação verbal).

A princípio, em números, as TS seriam distribuídas entre as comunidades conforme citado na explanação. Assim, após a etapa de seleção das famílias, foi realizada a próxima etapa: a construção dos componentes físicos das TS (Fotografia 11).

Fotografia 11 - Capacitação para a construção dos componentes físicos das TS



Foto: AMOREMA (01.07.15)

A primeira capacitação teve início na Comunidade Bom Jesus, na sede da AMOREMA. Como a estrutura da sede é a mais adequada em termos de espaço (Fotografia 12), as construções dos componentes físicos passaram a ser realizados lá e, quando prontos, são transportados para o local de destino. Em pouco tempo a sede da associação de moradores da RESEX se transformou em um espaço de fluxo intenso de material para a construção das TS.

Assim, sede da AMOREMA está cedida para a construção de pilares e placas diariamente. Em um dos momentos em que a pesquisadora visitou a sede haviam 16 placas para fossas e 20 para banheiro. De acordo com dados coletados em campo, foi informado que a cobertura do banheiro seria com telha *brasilite* por ser menos quente que a de alumínio. Serão necessárias cinco folhas de telha por banheiro.

De acordo com F. S., a capacitação para a construção dos componentes físicos é de extrema importância para que haja envolvimento da comunidade:

Antes nós não dava valor para essas coisas. Exemplo disso é os banheiro que foi construído assim sem grandes explicação pros comunitários e inclusive ficou incompleto faltando pia, torneira...agora acho que vai dá certo porque estamos

diretamente envolvidos nisso, assim a população vai dar até mais valor. No passado não tinha muito isso aqui não (F.S. comunidade Bom Jesus, entrevista realizada em julho de 2015). (informação verbal).

Fotografia 12 - Sede da AMOREMA com componentes físicos para as TS



Foto: Vanessa Amaral (30.07.15)

Até outubro de 2015, as TS tinham avançado até a comunidade São Benedito do Mapuá. De acordo com B. M., o projeto vai trazer melhorias para a comunidade pois:

Antes nós tinha que se banhar mesmo era no rio e às vezes era preciso esperar anoitecer pra tomar um banho com mais privacidade e aí à noite pode aparecer um bicho venenoso. Já teve é vários causo na comunidade desse tipo aí. Então agora com o banheiro perto de nós, perto da casa não vai mais de ser necessário ir tomar banho no rio e arriscar a vida (B.M., comunidade Vila Amélia, entrevista realizada em agosto de 2015). (informação verbal).

A partir da Instrução Operacional nº 8, que diz respeito ao Sistema de Acesso à Água Pluvial Multiuso Autônomo, o sistema é composto por componente para a captação de água da chuva do telhado, dispositivo de tratamento, reservatório individual elevado de 1000 litros, reservatório complementar de 5000 litros e a instalação de quatro pontos de uso. A água

acumulada nos 5000 litros será utilizada por meio de registro localizado na base da caixa d'água. A seguir é possível observar à primeira TS construída na RESEX (Fotografia 13).

Fotografia 13 - Sistema Multiuso Autônomo localizado no Espaço Criança da Floresta, comunidade Bom Jesus



Foto: Vanessa Amaral (30.07.15)

A Instrução Operacional nº 7, que diz respeito ao Sistema de Acesso à Água Pluvial Multiuso Comunitário deverá ter um módulo complementar com tratamento simplificado da água, um reservatório de 5000 litros comunitários e rede de distribuição de água para os módulos familiares, conforme apresentado anteriormente na fotografia 13. As TS variam em área de terra firme e área de várzea (Fotografia 14).

Fotografia 14 - Banheiro para área de terra firme e para área de várzea, comunidade Bom Jesus



Fotos: Vanessa Amaral (14.08.15).

O curso de capacitação "Gestão da Água e Saúde Ambiental, iniciou posteriormente à capacitação para construção dos componentes físicos das TS. Até o mês de outubro de 2015 foram realizados apenas dois cursos de 16 horas na comunidade Bom Jesus. O primeiro ocorreu nos dias 29 e 30 de julho de 2015 e o segundo nos dias 13 e 14 de agosto do mesmo ano (Fotografia 15).

Fotografia 15 - Primeira turma do curso de capacitação Gestão da Água e Saúde Ambiental, comunidade Bom Jesus



Foto: Vanessa Amaral (30.07.15)

O objetivo era realizar as capacitações de gestão da água na medida em que as TS fossem ficando prontas. Como a comunidade Bom Jesus foi a primeira a receber as TS, foi também a primeira a participar do curso de capacitação para que fosse repassado aos

comunitários questões referentes ao uso e manutenção das TS. Uma questão levantada por M.G., no primeiro dia de capacitação foi a seguinte:

Aqui a situação estava muito complicada. Vou relatar aqui perante todos mas é algo que é do conhecimento de todos. Dificilmente temo cloro pra tratar da água que nós consome. A secretaria de saúde não fornece esse material todo o tempo pra nós. Temos 58 família na comunidade pra distribuir esse material para tratamento da água mas passa com 3 ou até 4 meses sem distribuição. Então como nós ia tratar? Ficar dependendo o tempo todo de ir na cidade buscar isso não tem condição alguma (M.G., comunidade Bom Jesus, entrevista realizada em julho de 2015).

Vale ressaltar que o questionamento foi realizado por um morador da comunidade Bom Jesus e que a referida comunidade é uma das primeiras do rio Mapuá, na comunidade as famílias tem mais facilidade de ir a Breves, são mais instruídas, dispõe de mais facilidades de locomoção e ainda assim a Bom Jesus enfrenta os mesmos problemas de falta de medicamentos para tratar da água ou mesmo para tratar algumas enfermidades da população. Essa realidade é muito mais impactante na comunidade do Lago do Socó, pois nem com posto de saúde eles podem contar, para tratar as enfermidades é preciso ir até a comunidade Santa Rita ou deslocar-se para o município vizinho, Anajás.

4.3 Conflitos sociopolíticos e crítica ao Projeto SANEAR na RESEX Mapuá

Tomando como ponto de partida a assertiva segundo a qual o mundo humano é simbolicamente construído, entendemos que (ao contrário dos que defendem posições quanto a formulações consensuais e (ou) quanto à “universalidade” de valores e interesses no trato das questões ambientais) existem concepções múltiplas de natureza e (ou) meio ambiente – categoriais sociais constituídas pela sociedade e relativas ao homem (VIÉGAS, 2009, p. 146).

As concepções múltiplas de natureza ou meio ambiente pontuadas por Viégas assinalam que as visões dos atores sociais são diferente entre si, pois ele é disposto de *habitus*, o mundo é simbolicamente construído e conservado (BOURDIEU, 1997). Isso significa que dentro desse campo que pode dizer de o "Campo da UC", os conflitos estarão imersos tanto por disputas territoriais quanto político-institucionais-jurídicas entre o Estado e os atores sociais, sobretudo porque dialogando com Viégas (2009, p. 149):

Os sistemas simbólicos, por sua vez, instrumentos de imposição ou de legitimação, reforçam as relações de força (políticas e econômicas) que fundamentam a dominação de uma classe sobre a outra. Há uma luta simbólica entre as diferentes classes e frações de classes, cada qual procurando impor sua própria definição de mundo, assim contribuindo para a reprodução social e para reforçar (ou enfraquecer) a crença na legitimidade de dominação de classe. O poder simbólico, portanto, é definido por uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que a ele se

submetem, sua força residindo na crença produzida e reproduzida no próprio campo em que se estruturam essas relações.

Durante a realização do curso de capacitação foi possível verificar que alguns moradores da RESEX têm visões diferenciadas acerca do projeto SANEAR ou percepções simbólicas. A maioria dos moradores da RESEX percebem como algo que vai realmente trazer benefícios para a comunidade, contudo há moradores que ainda vem como uma espécie de estranhamentos e questionamento o projeto SANEAR.

O questionamento muito levantado é relação da localização da chave do registro para acionar e desligar o abastecimento de água nas caixas d'água, pois este se fica na parte externa da casa e em períodos chuvoso é problemático-, os moradores teriam de sair na chuva para ligar ou desligar a chave de abastecimento de água. Esses pequenos questionamentos representariam ou evidenciariam o "espaço social de múltiplas dimensões, no qual são travadas lutas materiais e simbólicas, elas próprias desenvolvidas em diferentes campos de força, no interior dos quais se confrontam diversas representações do mundo social" (VIÉGAS, 2009, p.149). Ou como enfatiza Castro (1999, p. 37): "[...] o que está em jogo não é o território em si, espaço físico apropriado ou pretendido, mas a territorialidade enquanto exercício de um domínio que se realiza ou se projeta pelas relações políticas".

Os que se mostraram mais indiferentes em relação ao projeto foram os moradores da comunidade do Lago do Socó, que relatam que se área virasse uma RESEX aí sim viriam as melhorias porque, enquanto isso, estão vivendo em situações precárias de moradia, educação e saúde. Essa ênfase em transforma comunidade do Lago do Socó em RESEX pontuado pelos moradores pode significar duas constatações.

A primeira dessas "constatações" de é que a institucionalização (criação) da RESEX Mapuá não significou nenhuma mudança, principalmente, na melhoria da educação e saúde da comunidade do Lago do Socó. A segunda "constatação" é que, apesar desses moradores enfatizarem que não houve nenhum resultado positivo na criação da RESEX Mapuá, ainda paira a crença coletiva (BOURDIEU, 1977), imaginário/ideário, de que a institucionalização em um local específico convergiram os olhares e as atenções do Estado e da população brasileira, e conseqüentemente seriam capazes de imprimir políticas sociais mais robustas e continuadas.

A partir dessas constatações têm-se algumas críticas ao projeto SANEAR Amazônia. A principal crítica é "Política Pública Teste", "modelo" que já havia sido incrementados na RESEX Alto Juruá, que depois foram transportados para RESEX Mapuá, via contribuição do Memorial Chico Mendes. Apesar dessa "Política Pública Teste" obterem resultados

significativos, principalmente concernente, a diminuição de doenças provenientes de consumo hídrico (dos rios) e a promoção da sustentabilidade (sócio)ambiental, ela possui dois pontos questionáveis: 1) não é política pública continuada e intersetorial; e, 2) não se processou de forma democrática, de participação social no desenho da política pública, contrariando um dos pilares do Plano de Utilização da RESEX Mapuá, que é participação e organização comunitária, com debate e a deliberação de ações e políticas, a partir do CD da RESEX Mapuá.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho de dissertação buscou-se identificar e analisar os instrumentos do Estado e dos atores sociais o processo de construção de uma política de promoção de sustentabilidade socioambiental na RESEX Mapuá, no Marajó, desde sua criação, em 2005. Para tanto, estão contemplados neste trabalho alguns objetivos específicos: a) Analisar os interesses e os impactos advindos da institucionalização enquanto RESEX; b) Identificar e caracterizar as políticas de desenvolvimento já promovidas na RESEX Mapuá; c) Identificar e analisar os conflitos sociopolíticos das políticas públicas para promoção da sustentabilidade na RESEX Mapuá, tomando como análise o Projeto SANEAR Amazônia.

Esses objetivos convergiam com a relevância desse estudo (justificativa), principalmente ao perceber que muitos trabalhos sobre UC, particularmente sobre RESEX, vem pesquisando: i) os conflitos étnicos, territoriais e ambientais nas RESEX; ii) os planos de manejo e conselhos deliberativos; iii) os espaços e usos de conservação e preservação de seus ecossistemas; iv) a articulação dos pontos i e ii. Contudo há lacunas no debate sobre UC, dentre elas: a) o papel do Estado, os seus instrumentos de planejamento e gestão; b) como o Estado dialoga com os atores locais no processo de sustentabilidade socioambiental e os conflitos entre esses "atores"; c) como os "atores locais" conduzem e orientam por si mesmo sua sustentabilidade socioambiental, tendo o Estado como auxiliador financeiro do processo.

A hipótese era: 1) o principal instrumento do Estado é uso de dispositivo jurídico (o decreto que cria a Reserva Extrativista Mapuá é um deles) como forma de conter um possível desflorestamento bem como valorizar identidades e saberes locais; e, 2) o Estado ser financiador e facilitador de políticas construídas pela associação de moradores locais da RESEX. Já o instrumento dos atores sociais na Reserva Mapuá pauta-se, sobretudo pela criação de parcerias com o governo federal e estadual para qualificar e capacitar os atores sociais a desenvolverem e se apropriarem de tecnologias sociais, principalmente relacionadas à área de saneamento e saúde, configurando-se uma espécie de autonomia dos atores locais da tutela do Estado. Alguns pontos dessa hipótese se confirmaram, contudo “emergiram” pontos de debates interessantes sobre a RESEX Mapuá.

Com a “institucionalização” da Reserva Extrativista Mapuá, algumas políticas públicas foram direcionadas para a RESEX tais como o PAA, PNAE, Bolsa Família, Bolsa Verde, Programa Manejo Florestal Comunitário Familiar e, ultimamente, o projeto SANEAR Amazônia. Isso, segundo alguns relatos obtidos em campo, melhorou muito a vida da população. Dentre as comunidades analisadas (Bom Jesus, Vila Amélia e Lago do Socó) foi

possível perceber que a última ainda se encontra com pouca visibilidade em relação às políticas públicas para a RESEX.

Já os instrumentos dos atores sociais se pautam basicamente pela criação de parcerias com o governo federal e estadual para qualificar e capacitar os atores locais a desenvolverem e se apropriarem de tecnologias sociais principalmente relacionadas à área de saneamento e saúde. Nesta direção, é possível citar o projeto SANEAR Amazônia, pois é o maior até então direcionado para a RESEX. O projeto visa inicialmente, beneficiar 760 famílias de três Reservas Extrativistas, dentre elas, a RESEX Mapuá, com meta de 300 Tecnologias Sociais de acesso à água.

Em relação aos conflitos advindos com a institucionalização da RESEX, autores como Costa (2010), Silva (2009; 2007) e Simonian (2005) apontam que os conflitos em UC ocorrem em razão de instrumentos inadequados ou pouco eficientes para atender às populações. Esses conflitos, segundo Vianna (2008) e Dumith (2014), são comuns nas UC de uso sustentável. A partir de Acselrald (2004) os conflitos variam de acordo com a visão acerca da apropriação, uso e significação do território.

Assim o Estado e os atores sociais são dotados de uma visão divergente acerca do mundo simbolicamente construído. Tomando como exemplo o projeto SANEAR, enquanto o Estado e alguns atores sociais o enxergam como melhoria na qualidade de vida da população local há alguns moradores indiferentes ao referido projeto e outros acreditam que este não esteja adequado à realidade de Mapuá.

Outros conflitos observados se deram em relação à invasão das terras gerando inclusive brigas e assassinatos na RESEX. Segundo o que foi relatado, nem com a institucionalização da Reserva houve melhoria ou maior controle em relação às agressões vivenciadas entre os próprios comunitários. Na maioria dos casos esse fator está diretamente relacionado ao excessivo consumo de álcool e drogas.

Mesmo com essa conjuntura consumo de álcool e drogas e conflitos fundiários lançou o que se considera como “Política Pública Teste”, um “modelo” que já havia sido incrementados na RESEX Alto Juruá, que depois foram transportados para RESEX Mapuá, via a contribuição do Memorial Chico Mendes. Apesar dos resultados significativos, principalmente concernente, a diminuição de doenças provenientes de consumo hídrico (dos rios) e a promoção da sustentabilidade (sócio) ambiental, ela possui dois pontos questionáveis: 1) não é política pública continuada e intersetorial; e, 2) não se processou de forma democrática, de participação social no desenho da política pública, contrariando um dos pilares do Plano de Utilização da RESEX Mapuá, que é participação e organização

comunitária, com debate e a deliberação de ações e políticas, a partir do CD da RESEX Mapuá.

O Estado manifesta-se no Marajó e na RESEX Mapuá, **sobretudo**, como mediador (de conflitos) e impondo um sistema de regras e normas/leis (no qual a lei que criou a RESEX é uma delas) visando dispersar a visão de coparticipação da gestão/planejamento da RESEX e tentando desmistificar ou abandonar a herança histórica tutelar sobre comunidades tradicionais, contudo produzindo um quadro de desproteção social, principalmente na Comunidade Lago do Socó.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: uma proposta de desenvolvimento para a floresta amazônica. In: *Pará desenvolvimento: extrativismo vegetal e reservas extrativistas*. Belém: IDESP, 1989, p. 3-29.
- _____. Política de uso dos recursos naturais renováveis: a Amazônia e o extrativismo. *Revista de Administração Pública*, v.26, n.1, p.145-162, 1992.
- _____. *A construção social de políticas ambientais*. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. 2002. 811f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília,DF, 2002.
- _____. A construção social de políticas ambientais. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 18, p. 39-59, 2008.
- ANDERSON, A. Extrativismo vegetal e reservas extrativistas. In: ARNT, Ricardo(org.). *O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- ARAGÓN, L. E. *Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate*. São Paulo: Huicitec, 2013.
- ARAÚJO, L. M. de; MELO, J. M.; PACHECO, A. S. Outra Belle Époque: patromônio, economia e relações de poder na Amazônia Marajoara. In: COLÓQUIO NACIONAL HISTÓRIA CULTURAL E SENSIBILIDADES, 4., 2014, *Caderno de resumo*. Caicó: UFRN, 2015.
- ARCE, P. A. et al. Conflitos socioambientais em unidades de conservação em áreas urbanas: o caso do parque Tizo em São Paulo. *HOLOS*, v. 1, n, 30, p. 75-85 2014.
- ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente e Sociedade*, n. 5, p. 79-93. 1999.
- BATISTA, I. M. S. *Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá*. 2010. 199f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- _____; SIMONIAN, L. T. L. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense? *Novos Cadernos NAEA*, v. 16, n. 1, p. 203-220, 2013.
- BOLETIM INFORMATIVO. *Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais*. Manaus: UEA Edições, 2014.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação?* 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, P. Le langage autorisé [Note sur les conditions sociales de l'efficacité du discours rituel]. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v.1, n.5-6, p.183-190, 1975.

_____. La production de la croyance [contribution à une économie des biens symboliques]. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 13, p. 3-43,1977.

_____. Habitus, code et codification. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 64, p. 40-44, 1986.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. *Razones prácticas - sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Anagrama, 1997.

_____. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

_____. *Pascalian Meditations*. California: Stanford University Press, 2000a.

_____. *Quelques Propos Sur Le Champ Politique*. Lyon: Press University Lyon, 2000b.

_____. *Campo de poder, campo intelectual - itinerario de un concepto*. Editorial Montessor, 2002.

_____. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Decreto Presidencial s/n, de 20 de maio de 2005. Dispõe sobre a Reserva Extrativista Mapuá no Município de Breves, no Estado do Pará, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 21.05.2005.

_____. Portaria n.º 39 de 25 de junho de 2008. Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mapuá. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 25.06.2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150180&idtema=1&search=para|breves|censo-demografico-2010:-sinopse->>>. Acesso em: 21 out. 2015.

_____. Lei n.º 9.985 de 18 de junho de 2000. Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Cisternas. Brasília, DF, 2015.

_____. *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó*. Brasília, DF: Casa Civil. Belém/PA: Secretaria de Estado de Integração Regional, 2007.

_____. Lei Federal 11.516 de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*, 2007.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Semiárido Recebe 158 mil tecnologias para captar e armazenar água em cinco anos*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/01/semiarido-recebe-158-mil-tecnologias-para-captar-e-armazenar-agua-em-5-anos>>. Acesso em 21 fev. 2016.

BRUNDTLAND, G. H. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CARDOSO, M. S. C. Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Soure: práticas sociais e ordenamento do território. In: MARIN, R. E. A. et al. *Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental*. Rio de Janeiro: CASA 8, 2015. p. 131-161.

CARDOZO, L. S et al. Discussões do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia, Brasil: da gestão pesqueira à ambiental. *Revista Gestão Costeira Integrada*, XX, 2012.

CARSON, R. *Primavera silenciosa*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

CASTRO, E. M. R. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. *Revista Novos Cadernos NAEA*, v. 2, n. 1, p. 31-50, 1999.

CAVALCANTE, S. C. F. *A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas*, 2002, 223 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

CIRILO, B. B. *O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local: o estudo de caso da área de proteção ambiental da Ilha do Combu, em Belém, Pará*, 2013, 197 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Belém, 2013.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. *Resolução CONAMA nº. 357*, de 17 de março de 2005. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 mar. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=2005>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

COSTA, A. P. *Políticas públicas e desenvolvimento nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã – Pará*. 424 f.: Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

COSTA, A. C. G.; MURATA, A. T. A problemática socioambiental nas Unidades de Conservação: conflitos e discursos pelo uso e acesso aos recursos naturais. *Sustentabilidade em Debate*, v. 6, n. 1, p. 86-100, 2015.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DELÉAGE, J.-P. En quoi consiste l'écologie politique? *Ecologie & Politique*, v.2, n.40, p. 21-30, 2010.

DIEGUES, A. C. S. *O Mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DUMITH, R. C. Inserção das Unidades de Conservação na Legislação Ambiental Brasileira. *Revista da ANPEGE*, v. 9, n. 12, p. 71-87, 2013.

_____. Dinâmicas do sistema de gestão na Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia, Brasil: análise da robustez institucional. *Journal of Latin American Geography*, v. 13, n. 1, 2014.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. *Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 21, p. 246-260, 2003.

FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Org.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Belém: UNAMAZ; UFPA; NAEA, 2006.

FERREIRA, L. V. et al. *Protected areas or paper parks: the importance of protected areas in reducing deforestation in Rondonia, Brazil, 2006*. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

FOLADORI, G. El desarrollo sustentable: teoría, método y dificultades intrínsecas. *RA EGA (UFPR)*, v.3, p. 47-66, 1999a.

_____. Sustentabilidade ambiental y contradicciones sociales. *Ambiente & Sociedade*, v. 2, n.5, p. 19-34, 1999b.

FOLADORI, G.; TOMMASINO, H. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 1, p. 41-56, 2000a.

_____. El enfoque técnico y el enfoque social de la sustentabilidad. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 98, p. 67-76, 2000b.

_____. La solución técnica a los problemas ambientales. *Revista Katálisis*, v. 15, n.1, p. 79-83, 2012.

FREITAS, J. S. *Efeitos da intervenção governamental na Reserva extrativista do Alto Juruá no período 1992 a 2010: identificação dos pontos fortes e fracos*, 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Manaus, 2012.

FREITAS, J. S.; RIVAS, A. F. Unidades de conservação promovem pobreza e estimulam agressão a natureza na Amazônia. *RGSA: Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 8, p. 18-34, 2014.

FREITAS, J. S.; FLORENTINO, D. G.; SOUZA, J. V. F. O Mito das Unidades de Conservação de Uso Sustentável da Amazônia. *DELLOS: Desarrollo Local Sostenible*, v. 8, p. 1-22, 2015.

FREITAS, J. S. et al. O falido modelo de unidades de conservação de uso sustentável da Amazônia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Globalização em Tempos de Regionalização: repercussões no território, 7., 2015, Santa Cruz do Sul- RS. *Anais...*Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. p. 1-18.

FURLANETO, E. L. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. *Rev. Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. suplementar, p. 55-67, 2008.

GOHN, M. G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, E. L. dos. *S. Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá*, 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Belém, 2007.

GUIMARÃES, F. Um olhar sobre o objeto de pesquisa em face da abordagem interdisciplinar. In: GUIMARÃES, Flávio, FERNANDES, Aliana, Maria do Carmo, Brasileiro (Org.). *O Fio que une as pedras: a pesquisa interdisciplinar na pós-graduação*. Biruta: São Paulo, 2002. p. 13-25.

GUSDORF, G. Passé, present, avenir de la recherche interdisciplinaire. In: UNESCO. *Interdisciplinarité et sciences humaines*. Paris: Unesco, 1983.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neoinstitucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, p. 193-224, 2003.

HERRERA, J. A. *Dinâmica e desenvolvimento da agricultura familiar: o caso de Vila Amélia - Breves Pará*. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar, Belém, 2003.

HOMMA, A. K. Reservas Extrativistas: uma opção de desenvolvimento viável para a Amazônia? *Pará desenvolvimento*, Belém, n. 25, 1989.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. *Portaria nº 39*, de 25 de junho de 2008. Dispõe sobre a criação do Conselho Deliberativo da RESEX Mapuá.

_____. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em: 20 dez. 2015a.

_____. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em: 30 dez. 2015b.

JAPIASSÚ, H. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOURNÈS, C. Les idées politiques du mouvement écologique. *Revue française de science politique*, v.29, n.2, p. 230-254. 1979.

KERN, D. C. *Viagem ao rio Mapuá, Ilha de Marajó, Município de Breves-PA*. Belém: MPEG, 2008.

LEFF, E. (Coord.). *A Complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Discursos sustentáveis*. trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Geramond, 2001. p. 1956-2232. E-book.

MAGALHÃES, A. P. F. *Metodologia aplicada ao turismo de base comunitária em reservas extrativistas: valoração da atividade turística - o exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves/PA*, 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, 2014.

MARIN, R. E. A. *Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental*. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

_____; TELES, E. Território quilombola no rio Mutuacá e seus afluentes: tensões e interferências das políticas ambientais. *Povos Tradicionais no Arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental*. Rio de Janeiro, Casa 8, 2015. p. 71-98.

MARTINS, C. P.; SCHAAN, D. P.; SILVA, V. F. V. Arqueologia do Marajó das Florestas: fragmentos de um desafio. In: SCHAAN, P. D.; MARTINS, P. C. (Org.). *Muito além dos campos: arqueologia e história da Amazônia Marajoara*. Belém: GKNORONHA, 2010.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, v. 9, n. 1, 2006. p. 41-65.

MEMORIAL CHICO MENDES. *Plano de Trabalho*. Belém, 2015. (Em PDF).

_____. *SANEAR Amazônia completa 8 meses de implementação e já beneficiou 50% das famílias*. Disponível em: <<http://memorialchicomendes.org/2015/12/31/sanear-amazonia-completa-8-meses-de-implementacao-e-ja-beneficiou-50-das-familias/>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MORIN, E. El pensamiento ecologizado. *Gazeta de Antropología*, n. 12, p.1-12. 1996a.

NORTH, D. Economic performance through time: *American Economic Review*, v. 84, n.3, jun. 1994. p.359-368.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PACHECO, A. S. A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN, P. D.; MARTINS, P. C. (Org.). *Muito além dos campos: arqueologia e história da Amazônia Marajoara*. 1. ed. Belém: GKNORONHA, 2010.

PADUA, J. A. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, H. (Org.). *Ecologia e política mundial*. Petrópolis: Vozes, 1991. p.136-161.

_____. "Herança romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico?". *Varia História*, v.33, p.58-75. 2005.

PARÁ. Secretaria de Planejamento. *Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Marajó*. Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/perfil_regiao_marajo.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2016a.

_____. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. *Radar de Indicadores das Regiões de Integração. Tabela 28 – IDHM e dimensões*. Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa20162019/perfil_regiao_marajo.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2016b.

PAULA, E. A. *(Des) envolvimento insustentável na Amazônia ocidental*. Rio Branco: EDUFAC, 2013.

PECCATIELLO, A. F. O. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 24, p. 71-82, 2011.

PINTO, J. *Reserva Extrativista de Mapuá: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental (consolidado)*. Breves: ICMBIO, 2008.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia*. São Paulo: FGV, 2002.

REBIA – Rede Brasileira de Informação Ambiental. *Governo de Dilma é o que menos criou Unidades de Conservação no país*. Disponível em: <<http://revista.rebia.org.br/artigos/unidades-de-conservacao/405-governo-de-dilma-e-o-que-menos-criou-unidades-de-conservacao-no-pais>>. Acesso em: 20 dez. 2015

REDIG, J.; SILVA, C. N. Unidades de Conservação e a Viabilidade do Ecoturismo: Uma Proposta de Gestão para Parques. *Revista Humanitas*, Belém: UFPA, v.26, p. 53-64, 2009;

RELATÓRIO Analítico do Território do Marajó. Belém: UFPA, MDA, 2012. 79 p.

RENÓ, F. de A. G.; RENÓ, J. S. D.; SANTOS, M. M. D. *Reserva Extrativista de Mapuá e Sustentabilidade em Breves*. 2010. 55f. (Monografia de Pós-Graduação) - Universidade Salgado de Oliveira, Curso de Pós-Graduação em Gestão e Educação Ambiental. Universidade Salgado de Oliveira. Rio de Janeiro, 2010.

RIBEIRO, F. P.; CALLOU, A. B. F. Capital social de pescadores e a criação da Reserva Extrativista de Rio Formoso – Pernambuco. *Revista Extensão Rural*, v. 22, n. 4, p. 24-42, 2015.

RODRIGUES, J. C. *Educação Ambiental e Estratégias Empresariais na Área Portuária: um estudo da Companhia Docas do Pará (CDP)*. 219f. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

ROSA, B. N. L.; SILVA, J. B. Por uma Sociologia da Alteridade: ética e diálogo na ação pública em unidades de conservação. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 1, p. 185-210, 2015.

SALERA JÚNIOR, G. *Projeto Açaí na Merenda Escolar*. Breves, Ilha de Marajó (PA), 2010.

SANEAR AMAZÔNIA. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/encontros-tematicos/agua-e-soberania-e-seguranca-alimentar-e-nutricional-18-e-19-de-agosto/apresentacoes/adevaldo-dias-memorial-chico-mendes-e-cns.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016

SANTOS JUNIOR, G. da S. *Ações e políticas do Estado e da sociedade acerca da geração de renda na Reserva Extrativista Marinha de Soure, Marajó, PA*. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, 2006.

SCHAAN, D. P. *Marajó: arqueologia, iconografia, história e patrimônio*. Erechim: Habilis, 2009.

SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 18, n. 4, p. 927-935, 2013.

SILVA, C. N. Unidades de Conservação como proposta de sustentabilidade. *Revista Cosmos* (Presidente Prudente), v.2, p. 21-24, 2004.

SILVA, J. B. da. *Unidades de conservação e organizações de populações tradicionais sul-amapaenses: problemas, tendências e perspectivas*. Belém, 2007. 374 f., Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Belém, 2007.

SILVA, J. B. et al. Conflitos sociopolíticos, recursos hídricos e programa um milhão de cisternas na região semiárida da Paraíba. *Novos Cadernos NAEA*, v. 18, p. 69-92, 2015.

_____. Sustentabilidade institucional em Reservas Extrativistas na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA*, Belém, n. 316, p. 3-20, 2013. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/novosite/paper/>>. Acesso: 05 fev. 2015.

SILVA, J. B. ; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, reservas extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)*, v. 33, p. 163-175, 2015.

SILVA, K. Conscientização, tradição e desenvolvimento: a conquista da terra, o uso dos recursos naturais e conflitos étnicos em unidades de conservação no estado do Amazonas. *Revista Intratextos*, v. 6, p. 1-24, 2015.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N. ; SIMONIAN, L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP/UFPA/NAEA, 2000. p. 09-53.

_____. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (Org.). *Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA; UFPA, 2007b. p. 25-44.

_____. Uma relação que se amplia: fotografia e ciências sobre a Amazônia. In: KAHWAGE, Cláudia; RUGGERI, Sandro. *Imagem e Pesquisa na Amazônia: ferramentas de compreensão da realidade*. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2007. p. 15 a 52.

_____; PINTO, P. M.; CAMPOS, R. I. R. de. *Unidades de conservação em Martírios/Andorinhas: perspectivas ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas*. Belém, 2007.

_____. Saber local, biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial. *Seminário saber local/interesse global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimentos tradicionais realizado em Belém, entre 10-12 de 2003. Anais...* Belém: MPEG; CESUPA, p. 59-93, 2005.

TEIXEIRA, O. A. Interdisciplinaridade: problemas e desafios. *RBPG: Revista de Pós-Graduação*, v. 1, n. 1, 2004.

THOMPSON, P. A. *A voz do passado, história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VEIGA NETO, A. Interdisciplinaridade na pós-graduação: isso é possível? In: GUIMARÃES, F.; FERNANDES, A. (Org.). *O fio que une as pedras: a pesquisa interdisciplinar na pós-graduação*, São Paulo: Biruta, 2002. p. 26-35.

VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Anna Blume; FAPESP, 2008.

VIÉGAS, R. N. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 19, p. 145-157, 2009.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNCIDES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REPRESENTANTES DA AMOREMA

01. O que é a associação?
02. Quando e por que surgiu a associação?
03. Como a associação vem atuando?
04. O que é a RESEX Mapuá hoje? Como era antes? Quais as mudanças observadas?
05. Quais os maiores problemas da RESEX desde a sua criação?
06. Quais os conflitos na RESEX?
07. Como é a participação das comunidades na gestão da RESEX?
08. Como é a atuação do Estado na gestão da RESEX?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES DA RESEX MAPUÁ

01. Existem políticas públicas sendo desenvolvidas na RESEX Mapuá? Quais?
02. Como são realizadas as visitas técnicas referentes ao acompanhamento e monitoramento da RESEX Mapuá?
03. Como a comunidade compreende as ações do Estado em relação à qualidade de vida dos povos tradicionais da RESEX Mapuá?
04. Em quais condições os moradores da RESEX desmatam suas áreas? O que tem sido feito para evitar o desmatamento de novas áreas?
05. Há algum programa remunerado de incentivo para manter o modelo de desenvolvimento condizente com RESEX?
06. O que a comunidade estabelece como regra para a RESEX Mapuá?
07. Apesar de todas as diretrizes legais na Resex Mapuá, os resultados obtidos são condizentes aos esperados? O que pode melhorar?
08. Há programas sociais permanentes na RESEX Mapuá? Correlacione-os conforme sua eficácia.
09. Qual a fonte de renda da comunidade?
10. A comunidade faz parte de alguma organização comunitária? Qual?
11. Como é avaliada a atuação da AMOREMA na sua comunidade?
12. Quais os três maiores problemas e dificuldades vivenciados na sua comunidade?
13. A criação da RESEX trouxe alguma melhoria para a comunidade? Qual?
14. Como era Mapuá antes?
15. O que é a RESEX Mapuá hoje? Quais as mudanças observadas?
16. Quais as atividades na RESEX que prejudicam os moradores?
17. Quais os maiores conflitos na RESEX?
18. Como são avaliados o saneamento básico, a saúde, a educação e a moradia na sua comunidade?
19. A comunidade entende o projeto SANEAR como melhoria na qualidade de vida da população?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS INSTITUIÇÕES

01. Há quanto tempo você trabalha nesta instituição? Explique a sua função.
02. Existem ações da instituição na qual você trabalha desenvolvidas na RESEX Mapuá? Quais?
03. Como são realizadas as visitas técnicas referentes ao acompanhamento e monitoramento da RESEX Mapuá?
04. Como você compreende as ações do Estado em relação à qualidade de vida dos povos tradicionais da RESEX Mapuá?
05. Quais as condições para o morador extrair madeira na Reserva Extrativista Mapuá?
06. Existe algum plano de manejo para extração da madeira para construções internas e/ou comercialização externa?
07. Existe algum plano de manejo para extração de açáí? Como ele é realizado?
08. Em quais condições os moradores da RESEX desmatam suas áreas?
09. O que tem sido feito para evitar o desmatamento de novas áreas?
10. Há algum programa remunerado para os comunitários manterem o modelo condizente com RESEX?
11. Quais as regras para os trabalhadores conviverem com esse modelo de UC?
12. Quais as práticas realizadas pelos moradores da RESEX consideradas eficazes observadas pelos órgãos públicos?
13. Apesar de todas as diretrizes legais na Resex Mapuá, os resultados obtidos são condizentes aos esperados? O que pode melhorar?
14. Há programas sociais permanentes na RESEX Mapuá? Correlacione-os conforme sua eficácia.

APÊNDICE D - TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Pesquisa de mestrado - **Analisar os instrumentos do Estado e dos atores sociais quanto ao uso sustentável da RESEX Mapuá, Marajó, Pará, Brasil**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Eu, _____ com _____ anos de idade, fui convidado(a) a participar do projeto de pesquisa: **Analisar os instrumentos do Estado e dos atores sociais quanto ao uso sustentável da RESEX Mapuá, Marajó, Pará, Brasil**, que tem como objetivo: Avaliar os instrumentos do Estado e dos atores sociais quanto ao uso sustentável na RESEX de Mapuá. Fui informado (a) que este estudo esta sendo realizado pela Universidade Federal do Pará, por meio do **programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES)**, orientado pelo Prof^a Dr^a. Ligia T. Lopes Simonian. Estou consciente que, após a deste termo, minha participação no trabalho se dará de forma livre e sem nenhum constrangimento através de perguntas previamente lidas por mim (ou para mim), abordando questões sobre o uso público, sustentabilidade e a participação dos atores sociais da RESEX de Mapuá. Fui informado(a) que: a) Durante o processo de entrevista, posso interromper o entrevistador e pedir esclarecimentos. b) A minha participação na pesquisa é voluntária e se eu tomar a decisão de não participar não me trará qualquer tipo de prejuízo. c) Posso deixar de responder qualquer questão. d) As informações obtidas por essa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. O que você relatar na entrevista será gravado, transcrito e analisado em uma Dissertação de Mestrado. e) Minha participação neste estudo poderá beneficiar a sociedade, ajudando na consciência na cidadania do povo mapuaense. f) Em caso de dúvida posso solicitar informações ao responsável: Vanessa Silva do Amaral, e-mail: vs.amaral@yahoo.com ou vsamaral@ufpa.br. Declaro que li ou que leram para mim e concordo em participar desta entrevista.

Breves-PA /...../.....

Assinatura do entrevistado

ANEXOS

ANEXO A - DECRETO DE 20 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Mapuá, no Município de Breves, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo no 02018.008666/200212,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Mapuá, na Ilha de Marajó, no Município de Breves, no Estado do Pará, com uma área aproximada de noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três hectares e noventa e três centiares, tendo por base as Cartas SA22XA, SA22XC, com escala 1:250.000, publicada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 50°33'23.22"WGr e 01°03'32.19"S, localizado na confluência do Rio Mapuá com o Rio Aramá; deste, sobe pelo Rio Aramá, no sentido montante, seguindo pela linha divisória dos Municípios de Breves e Anajás, por uma distância aproximada de 38.047,971 metros, até Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 50°19'06.84"WGr e 00°57'35.71"S, localizado na confluência do Rio Aramá com o Rio Aramá Grande; deste, segue pela margem esquerda do Rio Aramá Grande, no sentido montante, seguindo o limite municipal, por uma distância aproximada de 25.854,955 metros, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 50°11'24.15"WGr e 01°04'17.75"S, localizado na nascente do Rio Aramá Grande; deste, segue pela linha divisória dos Municípios de Breves e Anajás, por uma reta de azimute 95°11'25" e distância aproximada de 28.198,938 metros, até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 49°56'15.52"WGr e 01°05'40.54"S, localizado na nascente do Igarapé Fundo; deste, segue pelo referido igarapé, sentido jusante, seguindo o limite municipal, por uma distância aproximada de 13.195,229 metros, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 50°00'16.84"WGr e 01°10'19.41"S, localizado na confluência do Igarapé Fundo com um Igarapé sem denominação; segue por estes igarapés sem denominação, no sentido montante, seguindo o limite municipal, por uma distância de aproximadamente 2.173,449 metros, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas 49°59'13.35"WGr e 01°10'44.63"S, localizado na linha divisória dos Municípios de Anajás, Breves e São Sebastião da Boa Vista; deste, segue pela linha divisória dos Municípios de Breves e São Sebastião da Boa Vista, por uma reta de azimute 174°10'21" e distância aproximada de 15.412,654 metros, até o Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 49°58'22.52"WGr e 01°19'03.92"S, localizado na linha divisória dos Municípios de Breves, São Sebastião da Boa Vista e Curalinho; deste, segue por uma reta de azimute 274°32'13" e distância aproximada de 1.643,400 metros, até o Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 49°48'20.27"WGr e 03°19'17.79"S, localizado no Braço Esquerdo do Rio Mapuá; deste, segue pela margem direita do referido rio, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 18.284,004 metros, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 50°06'24.60"WGr e 01°18'05.49"S, localizado na confluência do Braço Esquerdo do Rio Mapuá com o Rio Mapuá; deste, segue pela margem esquerda do Rio Mapuá, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 88.792,707 metros, até o Ponto 1, início deste

memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de duzentos e trinta e um mil, seiscentos e onze metros e quatorze centímetros.

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger o meio ambiente e garantir a utilização dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista, residente na área de sua abrangência.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA administrar a Reserva Extrativista Mapuá, adotando as medidas necessárias para a sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando os contratos de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições neles estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei no 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificadas na Reserva Extrativista Mapuá, para os fins previstos no art. 18 da Lei no 9.985, de 2000.

§ 1º O IBAMA fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata este artigo, podendo, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do DecretoLei no 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2º A Procuradoria Geral Federal, órgão da Advocacia Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao IBAMA, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na unidade de conservação de que trata este Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Marina Silva

ANEXO B - OFÍCIO 078 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2002

PROTOCOLO / GEREX /
IBAMA-PA
Proc.: 8666/02-12
Fls.: 02
Rubrica: *blea*

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Breves
Fundado em 06 de Julho de 1985 C.N.P.J. 04.316.964/0001-02
Rua Tancredo Neves, 199 Fone: 3783 30-47 CEP 68.800-000 Breves-Pará

Ofício n.º 078 Breves(PA), 04 de novembro de 02

Ao : IBAMA / CNPT

Prezado Senhor,

Nós abaixo assinado, moradores da ilha de Marajó, município de Breves, local donde tiramos nosso sustento dos rios e da floresta de forma auto-sustentável. Vimos encarecidamente até este órgão requerer uma vistoria técnica na área conhecida como Mapuá, município de Breves, com o intuito de criação de uma reserva extrativista. Certos de sermos atendidos aproveitamos desde já ensejo o para elevar nossos votos de consideração e estima.

DOCUMENTO

02018.015415/02-78
PA/PROTOCOLO
DATA: 25 NOV 2002 *[assinatura]*

Atenciosas saudações,

Luiz Carlos Albuquerque Monte
Presidente do STR

Luiz Carlos Albuquerque Monte
Presidente do Sindicato dos
Trab. Rurais do Breves

ANEXO C - PORTARIA Nº 39, DE 25 DE JUNHO DE 2008

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – INSTITUTO CHICO MENDES, de acordo com o texto da Lei nº 516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente; e pela Portaria nº 153, de 06 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 09 de junho de 2008, Seção 2, pág. 37; Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências; Considerando o Decreto de 20 de Maio de 2005, que criou a Reserva Extrativista Mapuá, no Estado do Pará; e, Considerando as proposições feitas no Processo ICMBio nº 02070.000515/2008-77,

R E S O L V E:

Art.1º Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mapuá, criado com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação.

Art.2º O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mapuá é composto pelas seguintes representações:

- I – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- II – Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA;
- III - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;
- IV - Câmara Municipal de Breves;
- V - 13ª Unidade Regional de Educação – URE;
- VI - Secretaria Municipal de Recursos Hídricos e Agricultura – SEMARHA;
- VII - 9º- Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará;
- VIII - Secretaria Municipal de Educação – SEMED;
- IX - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTRAS;
- X - Comunidade Santa Rita de Cássia;
- XI - Comunidade Vila Amélia;
- XII - Comunidade Santíssima Trindade;
- XIII - Comunidade São Benedito do Aramã;
- XIV - Comunidade São Sebastião do Mapuá Miri;
- XV - Comunidade Bom Jesus;
- XVI - Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Socó;
- XVII - Comunidade São Sebastião do Canta Galo;
- XVIII - Comunidade Assembléia de Deus;
- XIX - Comunidade Santa Maria;
- XX - Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré;
- XXI - Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;
- XXII - Comunidade São Benedito do Mapuá;
- XXIII - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Mapuá – AMOREMA;
- XXIV - Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Lago do Jacaré;
- XXV - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Breves;

§ 1º O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mapuá será presidido por servidor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, indicado pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

§2º O titular e o suplente do Instituto Chico Mendes deverão ser indicados pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais da Autarquia.

Art.3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mapuá serão fixados em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião. Parágrafo único. O Conselho Deliberativo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até 90 dias, contados a partir de sua posse, em data a ser marcada após a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art.4º Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Deliberativo deve ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembléia Geral e submetida à decisão dessa Presidência.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA CANUTO MEDEIROS

ANEXO D - RESULTADO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2015**MEMORIAL CHICO MENDES - MCM
RESULTADO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2015**

O Presidente do MEMORIAL CHICO MENDES - MCM, entidade sem fins lucrativos e qualificada como OSCIP, inscrita no CNPJ.MF sob nº 01.934.237/0001-02, tornar público o resultado provisório da avaliação da Comissão de Seleção de Propostas ao Edital de Chamada Pública 01/2015: As entidades classificadas por lote são: Lote 1: Centro dos Trabalhadores da Amazônia, CNPJ 04.593.380/0001-76 ; Lote 2: Associação S.O.S Amazônia, CNPJ 14.364.434/0001-85; Lote 3: Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre, CNPJ 63.590.269/0001-95; Lote 4: Associação de Mulheres do Baixo Cajari, CNPJ 06.228.998/0001-62; Lote 5: Associação dos Produtores Rurais de Carauari, CNPJ 00.984.909/0001-21; Lote 6: **Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Mapuá, CNPJ 08.044.741/0001-86**; Lote 7: Instituto Vitória Régia, CNPJ 05.670.699/0001-10. Fica aberto o prazo de 5 dias uteis para apresentação de recursos. O resultado classificatório encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.memorialchicomendes.org.

Manaus, 7 de abril de 2015.
ANTONIO ADEVALDO DIAS DA COSTA